

CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DINIZ

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS
SOCIAIS DA PERIFERIA: memórias e experiências dos Clubes
de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)**

ASSIS

2018

CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DINIZ

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS
SOCIAIS DA PERIFERIA: memórias e experiências dos Clubes
de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)**

**Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis,
para a obtenção do título de doutor em História (Área
de conhecimento: História e Sociedade)**

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva

Bolsista: Capes

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

D585p

Diniz, Carlos Alberto Nogueira

O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988 / Carlos Alberto Nogueira Diniz. Assis, 2018. 203 f. : il.

Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr^a Lúcia Helena Oliveira Silva

1. Clube de Mães. 2. Mulheres - História. 3. Movimentos sociais - São Paulo. 4. Memória. 5. Custo de vida. I. Título.

CDD 301.44



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA PERIFERIA:
memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988

AUTOR: CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DINIZ

ORIENTADORA: LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área:
HISTÓRIA E SOCIEDADE pela Comissão Examinadora:

Profª Drª LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Depto. de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. MARIA DE FÁTIMA DA CUNHA
UEL / Londrina

Profa. Dra. ANA HELOISA MOLINA
UEL / Londrina

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES
Depto. de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. JORGE MIKLOS
UNIP / São Paulo

Assis, 31 de julho de 2018

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, Conceição. Vozes-
Mulheres. *In Poemas da recordação e
outros movimentos*. Belo Horizonte:
Nandyala, 2008)

Dedico este trabalho à minha esposa, Zaíra Paldinho Montani Diniz; aos meus pais, Gustavo Nogueira Diniz e Zilda Rodrigues Diniz; e a meu irmão, Marcio Roberto Nogueira Diniz, incentivadores de meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, gostaria de agradecer a algumas pessoas que muito colaboraram nesta difícil jornada de estudos.

Agradeço à minha orientadora, a professora Lúcia Helena Oliveira Silva, que apoiou o trabalho, colaborando com ele desde o início.

À minha família, que sempre apoiou meus estudos durante estes anos, especialmente à minha esposa Zaíra; à minha mãe, Zilda; a meu pai, Gustavo; e a meu irmão, Marcio.

Agradeço aos professores Maria de Fátima da Cunha; André Figueiredo Rodrigues; Paulo Alves; Wilton Carlos Lima da Silva; Ana Heloisa Molina, minha professora desde a graduação; e a todos os professores, pelo conhecimento e pelas novas reflexões sobre a história e a vida.

Agradeço as senhoras Odete Marques e Maria Freitas, grandes lideranças dos Clubes de Mães, pelas entrevistas, e a todas as mulheres que participaram desse movimento ajudando a construir uma história de dedicação, coragem e luta pela democracia e pela dignidade humana.

À Capes, pela concessão da bolsa que permitiu a finalização do projeto de pesquisa.

E também a meus colegas de turma pelas experiências, pela amizade e pelos momentos de confraternização.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)**. 2018. 203f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2018.

RESUMO

Neste trabalho analisamos a construção da memória e as experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo entre os anos de 1972, seu início, e de 1988, marcado pelas mobilizações em torno da criação da nova constituição. Os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo foram grupos da Igreja Católica formados basicamente por mulheres, que durante muito tempo se resumiram à promoção de oficinas sobre serviços domésticos e artesanato, mas, a partir da década de 1970, com o apoio de agentes de pastoral e de setores da Igreja Católica ligados à denominada Teologia da Libertação, acabaram se tornando protagonistas na articulação e mobilização dos principais movimentos sociais da periferia de São Paulo. A luta por água potável e saneamento básico foi a primeira demanda social liderada pelas mulheres dos Clubes de Mães da zona sul. Houve também a luta por creches e escolas, a participação da mulher na construção da nova constituição já nos anos 1980, mas a principal atividade foi a criação do Movimento Custo de Vida (MCV). O MCV não contestou somente os preços dos alimentos e os salários dos trabalhadores, mas todo o sistema socioeconômico imposto pela Ditadura Militar, que gerou miséria, desigualdade e exclusão social. Mesmo desempenhando um papel tão importante na história recente do Brasil, as participantes dos Clubes de Mães se ressentem de uma valorização maior desse legado de luta e protagonismo das mulheres da periferia de São Paulo.

Palavras-chave: Clubes de Mães, Movimento Custo Vida, movimento social, memória e história social das mulheres.

Diniz, Carlos Alberto Nogueira. **The protagonism of women in the social movements of the periphery: memories and experiences of the Mothers' Clubs of the South Zone of São Paulo (1972-1988)**. 2018. 203f. Thesis (Doctorate in History) São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018.

ABSTRACT

In this work we analyze the memory construction and the experiences of the Mothers' Clubs of the South Zone of São Paulo between the years 1972 and 1988, marked by the mobilizations around the creation of the new constitution. The Mothers' Clubs of the South Zone of São Paulo were groups of the Catholic Church, basically formed by women, that for a long time was summarized the promotion of workshops on domestic services and handicrafts, but from the 1970s with the support of pastoral agents and sectors of the Catholic Church that were linked to the so-called Liberation Theology ended up becoming protagonists in the articulation and mobilization of the main social movements in the periphery of São Paulo. The struggle for clean water and basic sanitation was the first social demand led by the women of the Mothers' Clubs of the South Zone, there was also the struggle for nurseries and schools, the participation of women in the construction of the new constitution already in the 1980s, but the main activity was the creation of the Cost of Living Movement. The Cost of Living Movement has not only challenged the price of food and workers' wages, but also the entire socioeconomic system imposed by the Military Dictatorship that generated misery, inequality and social exclusion.

Even though they play such an important role in the recent history of Brazil, the participants of the Mothers' Clubs resent a greater appreciation of this legacy of struggle and protagonism of women from the outskirts of São Paulo

Keywords: Mothers' Clubs, Cost of Living Movement, social movement, memory and social history of women.

LISTA DE SIGLAS

ACO: Ação Católica Operária

AEL-Unicamp: Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp

AP: Ação Popular

Alesp: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Arena: Aliança Renovadora Nacional

Ceas: Centro de Estudos e Ação Social

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

Cedem-Unesp: Centro de Documentação e Memória da Unesp

Cedic-PUC: Centro de Documentação e Informação Científica da PUC

CMZS: Clube de Mães da Zona Sul

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPV: Centro Pastoral Vergueiro

Deops-SP: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

Dieese: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DOI-Codi: Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FMI: Fundo Monetário Internacional

FSP: Folha de São Paulo

GSP: Grande São Paulo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JOC: Juventude Operária Católica

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MCC: Movimento Contra a Carestia

MCV: Movimento do Custo de Vida

Oesp: O Estado de São Paulo

OSM-SP: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PT: Partido dos Trabalhadores

SABs: Sociedades Amigos de Bairro

UNE: União Nacional dos Estudantes

INDÍCE DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Clube de Mães Jardim Esther, 1977. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem)..... | 48 |
| Figura 2 – Panfleto divulgando o abaixo-assinado do Movimento Custo de Vida. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem)..... | 49 |
| Figura 3 – Trecho do Jornal “Nós Mulheres” de outubro de 1979. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem)..... | 50 |
| Figura 4 – Os movimentos sociais, sindicatos e CEBs lutando pelo direito à livre organização na década de 1970..... | 72 |
| Figura 5 – Uso de animais como meio de transporte frequente nas décadas de 1960 e 1970 na região de Santo Amaro..... | 73 |
| Figura 6 – Região sul de São Paulo, bairro do M’Boi Mirim, ano de 1970..... | 75 |
| Figura 7 – A primeira linha de ônibus da região do M’Boi Mirim: Vila Remo-Santo Amaro, na década de 1950..... | 76 |
| Figura 8 – Crianças brincando de carrinho de rolimã na década de 1970..... | 77 |
| Figura 9 – Moradores no início da década de 1970 lutando pelos seus direitos sociais..... | 78 |
| Figura 10 – Moradores no início da década de 1970 lutando pelos seus direitos sociais..... | 79 |
| Figura 11 – Reunião do Clube de Mães da zona sul de São Paulo, Vila Remo, 1977..... | 84 |
| Figura 12 – Formação do Clube de Mães da zona sul de São Paulo, 1977.... | 85 |
| Figura 13 – Reunião da coordenação do Clube de Mães, início dos anos 1980.. | 119 |
| Figura 14 – Cartaz de um encontro do Clube de Mães dos anos 1970..... | 122 |
| Figura 15 – Questionário aplicado em reunião do Clube de Mães de Campo Limpo..... | 127 |
| Figura 16 – Panfleto convocando as mulheres do Clube de Mães da Vila Remo a debater a construção da Constituição de 1988..... | 133 |
| Figura 17 – Tabela com a variação anual do custo de vida na cidade de São Paulo, 1960-1984..... | 141 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura18 – História em quadrinhos ilustra o sofrimento e a realidade dos trabalhadores diante do alto custo de vida. Jornal Boletim, do Movimento Custo de Vida. Número 1. Outubro de 1977. Acervo de Periódicos Centro Pastoral Vergueiro..... | 142 |
| Figura 19 – Charge produzida pelos próprios militantes ilustra a relação desigual e de exploração experimentada pelos trabalhadores participantes do Movimento Custo de Vida. Acervo Centro Pastoral Vergueiro..... | 145 |
| Figura 20 – Fotografia da Assembleia do Custo de Vida realizada no Colégio Santa Maria, em São Paulo, 20/6/1976. Crédito: Sérgio Sade/Revista Veja..... | 147 |
| Figura 21 – Instruções para mobilizações do Movimento Custo de Vida. Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Número 1. Outubro de 1977. Acervo dos Periódicos Centro Pastoral Vergueiro..... | 149 |
| Figura 22 – Nacionalização do Movimento Custo de Vida. Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Número 1. Outubro de 1977. Acervo de Periódicos Centro Pastoral Vergueiro..... | 150 |
| Figura 23 – Delegação do Movimento Custo de Vida em Brasília com os pacotes contendo as listas com os abaixo-assinados. Jornal Boletim, do Movimento Custo de Vida. Setembro de 1978. Acervo de Periódicos Centro Pastoral Vergueiro..... | 152 |
| Figura 24 – Jornal Boletim, do Movimento Custo de Vida. Janeiro de 1979. Acervo de Periódicos Centro Pastoral Vergueiro..... | 159 |
| Figura 25 – Trecho do Jornal “Nós Mulheres” de outubro de 1979. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem)..... | 160 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| CAPÍTULO I – LUGARES E FRAGMENTOS DA MEMÓRIA DOS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO..... | 22 |
| 1.1 A história dos Clubes de Mães e a memória | 22 |
| 1.2 Os Clubes de Mães: uma história social das mulheres..... | 33 |
| 1.3 A formação do acervo do Clube de Mães da zona sul de São Paulo do Cedem/Unesp..... | 39 |
| CAPÍTULO II – O SURGIMENTO DO CLUBE DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO (1972-1973)..... | 55 |
| 2.1 Um breve histórico sobre o contexto social e político do surgimento dos Clubes de Mães..... | 55 |
| 2.2 Memórias e experiências do início dos Clubes de Mães | 71 |
| CAPÍTULO III – ELAS OUSARAM LUTAR. QUEM ERAM ESSAS MULHERES?..... | 88 |
| 3.1 A questão da maternidade..... | 88 |
| 3.2 Os Clubes de Mães e o cotidiano das mulheres..... | 95 |
| CAPÍTULO IV – AS COMUNIDADES COMO ESPAÇO DE LUTA..... | 105 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1 A questão social na Igreja Católica | 105 |
| 4.2 A Igreja Católica e os Clubes de Mães em São Paulo: luta por direitos e dignidade..... | 114 |
| 4.3 O Clube de Mães da zona sul de São Paulo e o Movimento Custo de Vida (1973-1982)..... | 135 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 162 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 167 |
| | |
| ANEXOS..... | 176 |

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, pretendemos analisar as experiências e a memória dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo no período entre 1972 e 1988. Essas datas correspondem, respectivamente, à fundação do Clube de Mães como movimento social e à promulgação da Constituição Cidadã de 1988, período também emblemático para este estudo porque concentra o maior número de fontes e documentos sobre o assunto.

Antes de fazer uma introdução sobre os pontos e as abordagens da pesquisa, quero relatar as motivações acadêmicas e pessoais que me motivaram a pesquisar as memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo.

Em etapa anterior, em minha dissertação de mestrado, relatei o início da minha relação com o objeto de pesquisa: a memória do operário Santo Dias. Sua morte ocorreu de maneira inesperada no início da década de 1990; eu tinha 10 anos de idade. Lembro-me de uma visita a uma comunidade católica muito pobre, que ficava no interior de uma favela no bairro de São Mateus, na zona leste de São Paulo. Essa comunidade tinha o nome de Santo Dias. Eu, garoto que cursava a catequese, perguntei para minha professora se o nome era de um santo católico. Ela me disse que não.

Segundo minha catequista, Santo Dias foi um operário que lutou pelo direito dos pobres e dos trabalhadores e se tornou um símbolo dessa luta após sua morte. Ao entrar na pequena capela de chão batido, tijolos crus e coberta com telhas Eternit, observei que a admiração com que Santo Dias era apresentado aproximava-se muito da veneração de um santo católico. Era uma comunidade marginalizada pela miséria que sofria com a violência que desde aquele tempo já assombrava as favelas e periferias de São Paulo, situação amenizada pela nossa entrega de ovos de páscoa para as crianças do local durante a visita.

Meu primeiro contato com o objeto de pesquisa foi já no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem) e na pesquisa de mestrado, pois muitas pessoas próximas a Santo Dias participavam ativamente dos Clubes de Mães, e percebi que grande parte das mobilizações envolvendo os trabalhadores da região sul de São Paulo começava a partir dali.

Lendo as fontes, percebi a riqueza das experiências dessas mulheres que, mesmo vivendo em bairros onde faltava tudo, conseguiram se organizar e lutar por aquilo que achavam justo. Os estudos de gênero que fiz pelo sindicato dos professores também contribuíram para o meu interesse em pesquisar sobre os Clubes de Mães, com um acervo disponível no Cedem ainda pouco explorado.

As fontes para o estudo sobre o Clube de Mães da zona sul de São Paulo foram constituídas com base numa documentação reunida e entregue pela religiosa Cecília Hansem ao Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem). Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo ainda são pouco estudados na perspectiva histórica, pois existe muito mais ênfase em movimentos e ações que surgiram oriundas desses clubes, como o Movimento Custo de Vida (MCV), os Movimentos por Creche, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) mais atuantes da cidade e as Pastorais Sociais.

Fundamental para o entendimento do contexto histórico estudado foram as obras *Quando os novos personagens entram cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, de Eder Sader; *Militantes de clubes de mães*, de Maria Salette Joaquim; *O problema não está na mulher*, de Moema Viezzer; *A força da periferia*, de Maria da Glória Marcondes Gohn; e *Santo Dias, quando o passado se transforma em história*, de Jô Azevedo. No livro de Sader (1988), os Clubes de Mães são descritos como um grupo de socialização e mobilização social. O autor apresenta, através das falas das militantes, as contradições e mudanças que ocorreram na maneira de organizar e pensar o grupo.

No início, segundo Sader (1988), os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo não tinham autonomia e dependiam das mulheres do Lions Clube para realizarem suas atividades. Mas a partir do momento em que conseguiram coordenar o grupo de forma autônoma, as mulheres dos clubes passaram a refletir melhor sobre sua realidade e a buscar maneiras de transformá-la utilizando metodologias e diretrizes da Teologia da Libertação, que coloca o pobre oprimido no centro da discussão teológica e analisa também a causas históricas dessa opressão.

Finalmente em 1971 Gustavo Gutiérrez publica o livro inaugural desta teologia com o seu *Teologia da Libertação*, perspectivas. Já antes, em maio do mesmo ano, Hugo Assmann publicava o livro coletivo *Opresión-liberación: desafio de los cristianos* (Montevideo) e em dezembro Leonardo Boff terminava em forma de artigos o seu *Jesus Cristo Libertador* (Petrópolis). Estava aberto assim o caminho

para uma teologia feita a partir da periferia e articulada com as questões desta periferia que representavam e continuam representando ainda um imenso desafio à missão evangelizadora das Igrejas (BOFF, 2001, p113).

Na América Latina, teólogos, bispos, religiosos e leigos estiveram, sobretudo a partir do início da década de 1970, comprometidos com uma dimensão histórica e política da fé cristã, principalmente em relação aos pobres e na luta contra os regimes autoritários da época.

Em *Militantes de clubes de mães*, de Maria Salete Joaquim (2013), e em *O problema não está na mulher*, de Moema Viezzer (1989), são apresentadas as experiências de Clubes de Mães que cresceram em outras regiões de São Paulo e conseguiram mobilizar as mulheres influenciadas pela luta pioneira dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo. Viezzer faz um debate sobre a condição da mulher e discute os papéis de gênero e de poder dentro das estruturas políticas e da Igreja.

A *força da periferia*, de Maria da Glória Gohn (1985), analisa a luta por creches em São Paulo no final da década de 1970 e início dos anos 1980, e apresenta uma participação importante dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo nos movimentos sociais por creche e escola. As mulheres foram protagonistas nos avanços e nas conquistas das creches, pois eram as principais interessadas, já que os cuidados dos filhos ficavam praticamente a cargo delas, e a falta de creches as impedia, principalmente as mulheres da periferia, de ter uma vida profissional fora do lar, inclusive melhorando a vida da família.

O livro *Santo Dias, quando o passado se transforma em história*, de Jô Azevedo, é uma biografia do operário de mesmo nome contextualizada com o auge dos movimentos sociais da década de 1970. Dias é apresentado como um importante líder sindical ao lado de sua esposa, Ana Dias, uma das principais lideranças dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo. Portanto, o livro apresenta raros e importantes depoimentos de pessoas que viveram e participaram daquele período.

Entre as fontes do acervo do Cedem utilizadas na pesquisa, destaco questionários, pautas de reuniões e entrevistas transcritas feitas com as principais lideranças do clube de mães à época. A bibliografia e os registros orais ajudaram a construir uma narrativa das experiências e memórias dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo como elementos primordiais para compreender os movimentos

sociais no Brasil, que mais tarde alimentaram a luta pelo retorno ao regime democrático.

No primeiro capítulo, buscamos refletir sobre o legado deixado pelos Clubes de Mães e sobre a possibilidade de preservar, rememorar, ou seja, de repensar a memória e as experiências das mulheres, em especial as do Clube de Mães da zona sul de São Paulo.

Pretendemos apresentar a formação do acervo do Clube de Mães e fazer uma reflexão sobre a relação entre história social e memória, sobre os lugares de memória dedicados à história das mulheres e sobre como a existência desses espaços possibilitam aos pesquisadores fazer novas abordagens históricas em relação aos sujeitos marginalizados pelas narrativas e pelos espaços de memória convencionais. No caso do Brasil, essa invisibilidade acontece principalmente com negros, pobres, trabalhadores, indígenas, mulheres e LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). Esse primeiro capítulo tende a ser um diálogo com o objeto de pesquisa e com as inúmeras e fecundas formas de abordagem em relação aos grupos historicamente excluídos.

O capítulo II foi dividido em duas partes. Na primeira, fizemos uma breve contextualização dos denominados “Anos de Chumbo”, ou seja, o período entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970. Esse foi um período de extrema repressão no Brasil, e a Igreja Católica era um dos poucos canais que restavam de contestação ao regime e à ordem social vigente. Foi nessa época que surgiram os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo. Por último, relato como se deu o surgimento desses primeiros clubes e seu engajamento religioso e político com o decorrer do tempo.

No capítulo III, identificamos as mulheres que participaram dos Clubes de Mães através de entrevistas, registros e documentos. Buscamos também problematizar as várias motivações que levaram essas mulheres a promover, por intermédio dos clubes, uma participação política em um sentido mais amplo. Observo que o Clube de Mães surgiu tendo por princípio uma perspectiva assistencialista de senhoras da classe média que eram associadas do Lions Clube. Mas com o tempo ele acabou se dinamizando, extrapolando as funções pensadas inicialmente, criando um movimento de cunho social, político, religioso e contestatório em relação à realidade excludente das famílias dessas mulheres.

Com base nos registros das experiências dessas mulheres foi possível construir uma análise sobre a questão de gênero e sobre o silenciamento de seu protagonismo na história dos movimentos sociais do período, ou seja, as mulheres agiram e construíram relações de classe, políticas e identidades independente do que era esperado para elas.

No capítulo IV, procuramos contextualizar os Clubes de Mães como um espaço de organização das mulheres com apoio da Igreja Católica, principalmente em relação às questões sociais. Mesmo sendo um grupo formado por mulheres leigas, ele não deixava de ser parte das atividades promovidas pela Igreja Católica. A mudança das diretrizes quanto ao trabalho pastoral e social dos Clubes de Mães só foram possíveis porque, à época, a Igreja Católica passava por transformações implementadas desde 1960 pelo Concílio Vaticano II e pelos documentos gerados nos encontros de Medellín, na Colômbia (1968), e de Puebla, no México. Foi necessário um breve histórico sobre as orientações feitas pela Igreja Católica em relação às questões sociais desde a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, até o surgimento da Teologia da Libertação na América Latina, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II e dos documentos de Medellín e Puebla. Na segunda parte do capítulo, apresento parte da experiência das militantes dos Clubes de Mães nas diversas mobilizações e lutas por direitos. Busco historicizar as primeiras mobilizações dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo e os subsídios oferecidos às participantes.

Com o surgimento de formações e cursos, as mulheres foram aprendendo a importância da educação para si e para seus filhos. O aprendizado e o processo de educação informal para aprender a reivindicar, segundo Odete Marques, teve um caráter libertador, pois dava condições de lutar por melhorias concretas na vida e no cotidiano.

O livro *A força da Periferia*, de Gohn, ajudou muito a entender esse período de lutas por creches, além dos documentos, panfletos e depoimentos, que contribuíram bastante para a abordagem dessas mobilizações.

As mobilizações e ações dos Clubes de Mães tiveram papel decisivo no denominado Movimento Custo de Vida (MCV). Esse movimento ganhou repercussão nacional e contestou diretamente os dados oficiais do governo militar. Por meio dele, foi possível detectar o arrocho salarial dos trabalhadores e a ampla dificuldade de acesso às necessidades básicas de alimentação, por isso, na última parte do

capítulo, procuramos destacar o papel decisivo dos Clubes de Mães na existência e no crescimento do MCV, apontando as mudanças que ocorreram nesse movimento que nasceu graças ao Clube de Mães e que sofreu mudanças no decorrer do tempo, sejam essas transformações de cunho ideológico ou estratégico em relação à conjuntura social e política da época. O MCV expôs todo um sistema socioeconômico do Brasil da segunda metade da década de 1970, que era caracterizado pela exclusão e pela repressão à classe trabalhadora.

No início, descrevemos o que foi o MCV tendo por base as documentações do acervo do Clube de Mães e analisamos uma importante mas restrita bibliografia sobre o tema, nas quais se destacam livros, dissertações e pesquisas¹.

O MCV, que passou a se chamar Movimento Contra a Carestia a partir de janeiro de 1979, acabou incorporando muitas pautas, como a reforma agrária, as greves dos metalúrgicos e a luta pela anistia dos exilados, e aglutinou grupos políticos diversos advindos principalmente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), trotskistas e pessoas que estavam na clandestinidade pertencentes a diferentes organizações de esquerda já desarticuladas pela repressão. A principal dificuldade do movimento foi mobilizar o povo para as ações e ao mesmo tempo contemplar as demandas e os objetivos políticos de cada grupo envolvido no movimento.

¹UYTDENBROEK, Xavier. *Movimento do Custo de Vida: um movimento que rompeu o cerco da repressão*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1987. Infelizmente, essa importante análise sobre o MCV – a mais completa já produzida – não foi utilizada por [quase] nenhum dos trabalhos elaborados, a partir de 1988, sobre os movimentos sociais. Exceção feita à dissertação sobre um grupo de mulheres da região do Cupecê que participou do MCV, realizada por Maria Cecília Domezi, e que nos possibilitou tomar conhecimento da obra de Uytendenbroek. EVERS, Tilman. “Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”. In: MOISÉS, J. et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p.74-98. DOMEZI, Maria Cecília. *Elas ergueram as panelas – donas de casa: da luta contra o custo de vida à construção da cidadania*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1997. Em razão da dificuldade de acesso à dissertação do autor, utilizamos neste relatório o livro: NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. Curitiba: Juruá, 2002, que é, nas palavras do autor, a adaptação quase literal dos capítulos de sua dissertação: EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. “*Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984)*”. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 1994. SADER, Eder. 1988, *Op. cit.* e DOIMO, Ana Maira. 1995. Em ambos os casos, trata-se de livros que correspondem à versão publicada da tese dos autores defendidas, respectivamente, em 1987 e 1994, na FFLCH-USP. (MONTEIRO, 2015, p.32),

CAPÍTULO I – LUGARES E FRAGMENTOS DA MEMÓRIA DOS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

O Silêncio

(...) Como estar ao alcance dessa profunda meditação do silêncio. Desse silêncio sem lembrança de palavras. Se és morte, como te alcançar?

É um silêncio que não dorme: é insone: imóvel mas insone; e sem fantasmas. É terrível – sem nenhum fantasma. Inútil querer povoá-lo com a possibilidade de uma porta que se abra rangendo, de uma cortina que se abra e diga alguma coisa. Ele é vazio e sem promessa. Se ao menos houvesse o vento. Vento é ira, ira é vida. Ou neve, que é muda, mas deixa rastro – tudo embranquece, as crianças riem, os passos rangem e marcam. Há uma continuidade que é a vida. Mas este silêncio não deixa provas. Não se pode falar do silêncio como se fala da neve²

Clarice Lispector

1.1- A história dos Clubes de Mães e a memória

Os Clubes de Mães da zona sul tiveram um papel decisivo na formação e mobilização dos principais movimentos sociais de São Paulo durante as décadas de 1970 e 1980, mas o reconhecimento deste fato praticamente não existe quando se pensa em termos de historiografia, museus, arquivos e lugares dedicados à memória coletiva dos movimentos sociais do período. O silêncio inquietante presente faz analogia com o trecho da crônica de Clarice Lispector que serve como epígrafe ao capítulo, e também incomoda militantes dos Clubes de Mães, como a participante Odete Marques, que reflete a trajetória da luta da comunidade e a fragilidade da memória do legado deixado por essas mulheres.³

A memória coletiva, como o próprio nome já diz, é resultado de uma construção coletiva de vários grupos sociais e instituições, mas também está em consonância com a relação entre a história e a memória. A memória dos Clubes de Mães e sua documentação esteve – até pouco tempo antes da criação do acervo no

² LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo (crônicas publicadas no Jornal do Brasil de 1967 a 1973)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 129.

³ MARQUES, Odete. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz. São Paulo, julho de 2016.

Cedem, em 2003 – restrita aos grupos de mulheres que ainda participavam das atividades da Igreja Católica, principalmente na região da Vila Remo, e a alguns vizinhos amigos mais próximos. Com a doação do acervo ao Cedem e a abertura para pesquisas, têm sido mais constantes as consultas e a retomada dessa temática.

Entender a relação entre história e memória é importante no sentido de compreender a relevância mnemônica do objeto estudado. Procurei demonstrar a relação entre história e memória por meio de alguns de seus principais estudiosos – Bergson, Michael Pollak, Maurice Halbwachs e Marc Bloch. O objetivo dessa abordagem foi entender a memória como uma construção coletiva e produzida por intermédio das relações dos diversos atores sociais que a compõem.

Nesse sentido, Bergson, ao entender a memória como algo subjetivo e não localizado em algum lugar do cérebro, rompe com as perspectivas “fiscalistas” que tendiam a ver o homem como se fosse uma máquina composta por peças e engrenagens. Foi com Halbwachs (2004, p.55) que os estudos sobre a memória e a memória coletiva conseguiram avanços importantes. Halbwachs (2004, p.57) concebe a memória como construída de forma coletiva através das relações sociais e cotidianas vivenciadas pelo indivíduo.

A memória, portanto, sofre um processo constante de troca e interação na sua constituição. O autor enfatiza a distinção entre memória e história, distinção que aparece também no texto *Lugares da memória*, de Nora (1996), e em Marc Bloch, dentro de uma nova perspectiva de construção do conhecimento histórico, na qual a multiplicidade de linguagens, fontes e problematizações em relação ao passado fazem com que a história e a memória tenham, também, por mais que rejeitem, um passado cheio de incertezas e de perguntas.

Nesse “labirinto” e, por que não dizer, nessa “batalha” pela memória, trabalhei com o texto de Pollak, *Memória, esquecimento e silêncio*⁴, com base no qual foi possível refletir sobre a memória constituída pelos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo como memória silenciada, na medida em que ela representa as mulheres e outros grupos excluídos de nossa sociedade.

⁴ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

No século XIX, durante a formação dos Estados Nacionais na Europa, a história teve um papel importante de construção da identidade nacional. Toda nação tinha que possuir um passado que unificasse o povo e fortalecesse suas raízes como nação.

A história passou então a constituir-se como disciplina, buscando construir um método que a qualificasse como ciência. O alemão Leopold von Ranke, principal expoente da escola metódica, propôs uma história oficial, valorizando, sobretudo, os documentos oficiais escritos como fontes confiáveis.

A história política de curta duração que privilegiava o factual e os grandes personagens prevaleceu, principalmente no século XIX, tendo grande repercussão na França.

Gabriel Monod mostra a via do duplo modelo da história profissional: a Alemanha, capaz de organizar um ensino universitário eficaz, e a tradição erudita francesa, depois dos trabalhos dos beneditinos. Ele considera que é a Alemanha que contribuiu com a maior parte do trabalho histórico de nosso século [...] Pode-se comparar a Alemanha a um vasto laboratório histórico (DOSSE, 2004, p. 39).

Nota-se, na expressão “laboratório histórico”, a busca pela cientificidade por parte dos historiadores franceses, buscando inspirar-se na proposta metódica alemã de trabalho. Nesse momento, a história valorizava o fato, o político, enquanto outras ciências, como a antropologia, estavam buscando estabelecer estruturas nas quais os diferentes grupos humanos estariam destinados a percorrer suas sociedades. Nesse caso, o fator histórico pouco importava, principalmente quando eram estudadas comunidades consideradas “primitivas”.

O historiador deveria demonstrar total imparcialidade em relação ao objeto, já que pretendia narrar “os fatos exatamente da forma como ocorreram”, sendo, nesse sentido, destituídos, como sujeitos históricos, de qualquer influência política ou social sobre seu trabalho.

A história, nesse momento, tinha o papel de consolidar as identidades nacionais pela construção e identificação da nação com seu passado e por meio de sua memória, mas essa perspectiva, em relação à temporalidade, pressupunha um passado “pronto”, sem problematizações.

A produção do conhecimento histórico apresentava uma proximidade com a memória e tinha a função de preservá-la, ou, por que não dizer, de construir uma

memória coletiva, um passado comum que também possibilitasse a proposição de expectativas comuns em relação ao futuro.

No início do século XX, com o surgimento da *Escola dos Annales*, houve uma revisão dos métodos e buscou-se a separação da história factual e a valorização de uma história problema, em que a interdisciplinaridade e a multiplicidade das fontes passaram a ser extremamente importantes:

A batalha empreendida pelos Anais, por uma história dialética entre o passado e presente, ocorre em duas frentes: de um lado, contra os eruditos confinados à restituição do passado, sem qualquer preocupação com os problemas atuais, e de outro, contra os economistas e sociólogos, quando eles têm tendência a ocultar a densidade temporal dos objetos estudados. A especificidade do tempo do historiador é justamente manter-se nessa tensão entre um sentimento de continuidade do presente diante do passado e o sentimento de um fosso que aumenta e que institui uma descontinuidade entre duas dimensões (DOSSE, 2004, p. 73-74).

Dessa maneira, a história social possibilitava uma abordagem de longa duração, valorizando aspectos da economia, da cultura e das diferentes classes sociais. O fato não deixa de ser importante, mas é no processo histórico que as transformações e rupturas se apresentam.

Com a *Escola dos Annales*, aconteceu um abandono da história política, fato que, segundo Dosse, impossibilitou a reflexão sobre os regimes fascistas que chegaram ao poder no período entre guerras, sendo Marc Bloch vítima da ocupação nazista:

De fato, eles passaram ao largo do fenômeno fascista, nazista e estalinista, o que faria Marc Bloch afirmar, em uma mal velada autocrítica, em 1940: “Adeptos das ciências do homem ou sábios de laboratórios, talvez fomos desviados da ação individual por uma espécie de fatalismo inerente à prática de nossas disciplinas. Elas nos habituaram a considerar, sobre todas as outras coisas, na sociedade e na natureza, o jogo das forças massivas [...] Isso é interpretar mal a história [...] Preferimos confinar-nos na amedrontada quietude de nossos escritórios [...] Será que fomos bons cidadãos? (DOSSE, 2004, p. 75).

Nesse sentido, Marc Bloch questionou o papel dele e de outros historiadores diante da conjuntura em que viveu, e se foram capazes de realmente problematizar o passado com relação à realidade em que viviam.

É necessário refletir, mesmo que brevemente, sobre a relação entre a história e a memória e suas implicações políticas, institucionais e sociais por meio de alguns de seus mais importantes pesquisadores.

Entre os principais estudiosos da memória, alguns estudos tornaram-se clássicos, como os de Bergson, no final do século XIX, e de Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX.

Bergson, por intermédio da obra *Matéria e memória*, de 1896, buscou romper com o obscurantismo e o reducionismo cientificista. Ele defendia a existência de dois tipos diferentes de memória. Uma viria a ser a memória proveniente dos “mecanismos motores do corpo”, e a outra era advinda das lembranças independentes do corpo físico:

No diálogo que ele tentou não deixar de manter com as ciências de sua época, Bergson, que procura articular a metafísica com as descobertas mais recentes da ciência, esforça-se por acolher o que aparece de novo sobre o psiquismo humano, evitando toda forma de reducionismo. Quando, em 18 de abril de 1861, o doutor Broca demonstra que um paciente tornara-se afásico na sequência de um choque que lesara o lado esquerdo de seu cérebro, impõe-se a tese da localização das faculdades languageiras numa parte do cérebro. “Foi a idade das localizações” [...] Essa tese é uma tendência reducionista exemplificada, no século 18, por La Mettrie, em sua obra sobre O homem máquina (DOSSE 2004, p. 278).

A obra de Bergson foi importante como início dos estudos sobre a memória, pois rompe, por exemplo, com a perspectiva fisicalista, como a obra do século XVIII *Homem máquina*, de La Mettrie:

Quando Bergson dedica-se a escrever *Matéria e memória*, publicada em 1896, sua intervenção situa-se sobre o terreno do diálogo com as ciências para demonstrar em que sentido elas não podem sustentar posições reducionistas. Trata-se de reagir aos trabalhos de Théodule Ribot, autor de *Doenças da memória*, que considera, em 1881, que as ciências do cérebro demonstram a localização precisa das lembranças. É o confronto com essa tese que conduz Bergson a diferenciar dois tipos de memória. Ele distingue, de fato, uma memória-hábito, que advém da parte sensório-motora do corpo, e uma memória-pura, coextensiva da consciência em relação à duração. O dinamismo desta última resulta, segundo Bergson, de uma relativa autonomia em relação a seu suporte corporal (DOSSE 2004, p. 278-279).

De acordo com Ecléa Bosi, Bergson utiliza-se da figura de um cone invertido sobre uma base e, segundo essa metáfora, as lembranças passariam como se fossem num funil, no qual, na base do objeto, estariam as lembranças que viriam ao presente filtradas pela memória:

Para tornar mais evidente a diferença entre o espaço profundo e cumulativo da memória e o espaço raso e pontual da percepção imediata, Bergson imaginou representá-la pela figura de um cone invertido: na base estariam as lembranças que “descem” para o presente, no Vértice estariam os atos perceptuais que se cumprem no plano do presente e deixam passar as lembranças: “Esses dois atos de percepção em lembrança se penetram sempre, trocam sempre alguma coisa de suas substâncias por um fenômeno de endosse” (DOSSE, 2004, p. 278-279).

A memória é um hábito que se caracteriza, segundo Bergson, pelos atos e pelas repetições do cotidiano, por ações repetidas que ajudariam nas tarefas diárias e mecânicas. Já as memórias ligadas ao sonho e ao devaneio seriam autênticas ressurreições do passado por meio de lembranças isoladas independentes de ações cotidianas e que trariam à tona o passado:

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado (BOSI, 2007, p. 48).

Segundo Ecléa Bosi, pode existir dentro da perspectiva de Bergson um conflito entre essas duas memórias. Para a autora, a rotina do cotidiano e o utilitarismo do dia a dia deixariam pouco espaço para as experiências de rememoração, e estas estariam restritas a poucos momentos e aos sonhos. Da mesma forma, os “homens sonhadores” sentem extrema dificuldade de se adaptar aos hábitos de socialização, enquanto ao homem da ação restaria apenas o sono como espaço para a ação e a experiência do inconsciente.

A análise do cotidiano mostra que a relação entre essas duas formas de memória é, não raro, conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para

os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho.

O contrário também é verdadeiro. O sonhador resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação. Este, por sua vez, só relaxa os fios da tensão quando vencido pelo cansaço e pelo sono (BOSI, 2007, p. 48).

Ecléa Bosi expõe em seu trabalho uma das principais rupturas de Bergson com os estudos mecanicistas da memória, que procuravam localizar dentro do cérebro a memória.

Bergson atribui à memória a liberdade e a espontaneidade espiritual. Para o autor, todo o passado estaria conservado integralmente no espírito, mas sua existência seria de forma inconsciente:

O convívio de inconsciente e consciente é ora tenso, ora distenso. quando a percepção-para-a-ação domina o comportamento. Distenso, no caso de o passado alagar o presente: “O espírito humano pressiona sem parar, com a fatalidade da memória, contra a porta que o corpo lhe vai entreabrir: daí os jogos da fantasia e o trabalho da imaginação, liberdades que toma com a natureza. O que não impede de reconhecer que a orientação de nossa consciência para a ação parece ser a lei fundamental da vida psicológica (BOSI, 2007, p. 49).

O passado está presente integralmente no espírito, mas de forma inconsciente – esse é o eixo principal da obra *Matéria e memória*, de Bergson. Para o autor, existe um convívio entre consciente e inconsciente que é regido por conflito e ausência.

Dentro dos estudos da memória, destaca-se Maurice Halbwachs, estudioso de tradição da sociologia francesa e um dos principais “herdeiros” de Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia e também um dos principais interlocutores do positivismo. Ele estuda a memória não tendo por base o indivíduo, e sim a sociedade. Para Halbwachs, a memória é produzida socialmente:

Para entender o universo de preocupações de Halbwachs é preciso situá-lo na tradição da sociologia francesa, de que é um herdeiro admirável. Halbwachs prolonga os estudos de Émile Durkheim que levaram à pesquisa de campo as hipóteses de August Comte sobre a precedência do “fato social” e do “sistema social” sobre fenômenos de ordem psicológica, individual (BOSI, 2007, p. 53).

O autor analisa a memória como fenômeno social diferentemente de Bergson, para o qual a memória adquire um aspecto subjetivo.

No estudo de Bergson defrontam-se, portanto, a subjetividade pura (o espírito) e a pura exterioridade (a matéria). À primeira filia-se a memória; à segunda, a percepção. Não há, no texto de Bergson, uma tematização dos sujeitos que lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas; como estão ausentes os nexos interpessoais, falta rigor, um tratamento da memória como fenômeno social. Nada como um sociólogo para se propor a preencher esse vazio. Fazendo-o, acaba modificando, quando não rejeitando, os resultados a que chegara a especulação de Bergson. Halbwachs desdobra e em vários momentos refina a definição de seu mestre, Émile Durkheim: “Os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem (BOSI, 2007, p. 54).

Para Halbwachs, a memória é produzida socialmente através da relação dos indivíduos com a sociedade. Ela é resultado de interações com pessoas e relações com o presente, portanto é produzida por um indivíduo no contato social e de forma coletiva.

A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Os contatos e as relações sociais estabelecidos durante a vida são decisivos na construção da memória de um indivíduo. Sendo assim, a lembrança bergsoniana, segundo a interpretação de Ecléa Bosi da teoria de Halbwachs, somente seria possível se um adulto mantivesse os mesmos hábitos, representações e costumes da infância.

A memória individual não está isolada. Frequentemente, toma como referência pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apóia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica (HALBWACHS, 2004, p. 57).

Segundo Halbwachs, a memória se diferencia da história oficial e é ao mesmo tempo influenciada por esta e pela memória coletiva. Assim, entendemos que a

memória dos Clubes de Mães é parte da memória e influenciada pela historiografia e pela memória coletiva.

Tal sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros (HALBWACHS, 2004, p. 51).

Halbwachs acredita que a memória é construída também pelas experiências concretas dos indivíduos e, portanto, é produzida pelo coletivo. Em seu texto, ele busca sempre distinguir a memória coletiva e a história, mas é preciso salientar que a concepção de história até aquele momento consistia em uma história nacional e dos grandes personagens, que excluía a memória e o papel da história das classes populares.

Eliza Barchega Casadei propõe uma discussão entre Halbwachs e Marc Bloch a respeito do conceito de memória coletiva, de forma que os dois pontos principais da discussão são a maneira com que Halbwachs observa a transmissão das lembranças e a divisão que faz entre memória coletiva e história.

A autora cita uma resenha de *Les Cadres* feita em 1925 por Bloch sobre a obra de Halbwachs, na qual teria elogiado o trabalho deste, mas não deixado de tecer críticas ao seu livro.

Em sua resenha sobre *Les Cadres* feita em dezembro de 1925 para *Revue de Synthèse*, Marc Bloch elogia o trabalho de Halbwachs, apresentando-o como uma “obra extremamente rica e sugestiva” para os estudos históricos. Não obstante isso, o historiador tece uma série de críticas ao livro que, de certa forma, marca um ponto de partida sobre as depurações que teóricos posteriores dariam em torno desta temática (CASADEI, 2010, p.156).

É preciso entender que a concepção de história que Halbwachs tinha ao produzir *A memória coletiva* era ligada ao historicismo do século XIX, já que as novas perspectivas de Bloch quanto a uma “história problema” ainda não estavam em voga. As críticas de Bloch ao trabalho de Halbwachs são quanto a pelo menos parte do fenômeno entendido por ele como memória coletiva.

Para o autor, parte do que é definido como memória coletiva se caracteriza como “fatos de comunicação entre indivíduos”, já que vários fatores influenciam na

transmissão da memória, como a diferença entre as gerações, as distorções ou mesmo os problemas de comunicação entre os indivíduos.

Para entendermos a crítica de Bloch, é necessário sublinhar que, para ele, pelo menos uma parte dos fenômenos que são chamados de memória coletiva é, na verdade, “fatos da comunicação entre indivíduos”. Isso porque “para que um grupo social cuja duração ultrapassa uma vida humana se lembre não basta que os diversos membros que o compõem em um dado momento conservem no espírito as representações que dizem respeito ao passado do grupo”. Antes de qualquer coisa, “é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens” (CASADEI, 2010, p. 156).

Outra crítica de Bloch, segundo Casadei, está na aproximação que Halbwachs faz entre memória individual e coletiva em contraponto à memória histórica, caracterizada como superficial e resumida.

A história, para Halbwachs, é entendida como a representação de um passado “sob uma forma resumida e esquemática”, como “o epitáfio dos fatos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas”. Essas informações frias da História só adquirirão um sentido mais denso se puderem ser correlacionadas a alguma vivência pessoal da própria pessoa ou de seu grupo mais imediato ligado pelos vínculos entre gerações. É somente através do vínculo geracional que se pode efetuar a transição entre a memória aprendida e a memória vivida (CASADEI, 2010, p. 157).

Para Bloch, tanto a memória quanto a história estão condicionadas ao presente e, portanto, não é possível que a primeira, assim como a segunda, tenham a possibilidade de reconstruir o passado como um todo.

A concepção de história de Bloch é justamente uma ruptura com a historiografia factual e com o historicismo do século XIX, que é justamente o conceito que Halbwachs tinha da história.

O passado, conforme Bloch, não é algo acabado, e sim um “conjunto vivo” de representações. Para o autor, deve haver uma troca incessante entre o presente e o passado para que exista uma melhor compreensão de ambos. Segundo Casadei, a distinção entre história e memória de Halbwachs perde o sentido, pois ambas as representações do passado estão condicionadas ao presente.

E isso porque o passado se apresenta como um conjunto vivo de representações, que podem mudar tão incessantemente quanto o presente: “essa solidariedade das épocas tem força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo”. E assim, se “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”, também “talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe sobre o presente” (BLOCH, 1998, p. 65).

De acordo com Casadei, Michael Pollak ressaltou a violência simbólica presente nas memórias coletivas, questão não trabalhada por Halbwachs, que, pelo contrário, concebia a memória como fator de coesão de um grupo. No contexto do século XIX, a nação era o modelo ideal de um grupo.

Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva (CASADEI, 2010, p.160).

Nesse sentido, Pollak aponta o aspecto subversivo das memórias subterrâneas que, em meio ao seu silêncio, acabam vindo à tona em momentos de crise e ruptura.

Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

Com base nessas considerações, percebemos a memória dos Clubes de Mães como subterrânea ou não. A história social das mulheres em si pode ser considerada parte de um processo de rememoração, uma memória subterrânea, ainda mais das mulheres advindas das classes populares. Do ponto de vista institucional, a memória das mulheres que participaram dos Clubes de Mães não tem nenhuma representação considerável e não está presente em praças, escolas, comunidades, instituições, prêmios ou lugares. A única exceção é o acervo dedicado ao Clube de Mães do Cedem.

Dessa forma, entendemos que a memória dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo é uma memória “subterrânea”, pois representa um legado de luta social e de mobilização daquelas que estão excluídas da cidadania e do acesso aos serviços básicos. Rememorar os Clubes de Mães é também trazer à tona fragmentos de luta, de resistência de mulheres e trabalhadoras que até hoje se encontram nas periferias de São Paulo, mas também revelar uma série de relações complexas (religiosas, de gênero, políticas e sociais) que contribuíram para o processo histórico.

1.2 Os Clubes de Mães: uma história social das mulheres

A história dos Clubes de Mães, longe de ter um caráter meramente descritivo, traz em seu conteúdo uma complexidade de relações sociais, religiosas e políticas que vão muito além da dicotomia opressor-dominado, mas ampliam as possibilidades de compreensão do papel das mulheres nos movimentos sociais na São Paulo dos anos 1970.

Primeiramente, procuramos compreender a importância do estudo das memórias e experiências dos Clubes de Mães como uma história social das mulheres, abordando sua história sob a perspectiva da História Social de Thompson⁵, especialmente alicerçada nos conceitos de experiência histórica, de economia moral e nas críticas de Joan Scott⁶, estabelecendo diálogos que visem ao enriquecimento do trabalho.

Gohn (2007), em *Teoria dos movimentos sociais*, apresenta os principais estudos sobre esses movimentos apoiados em diferentes perspectivas e teorias dentro dos paradigmas latino-americanos, e principalmente brasileiros. Nos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil, é possível perceber a necessidade de trabalhos que problematizem de maneira específica a participação das mulheres nesses movimentos.

Problematizar a participação feminina é fundamental, na medida em que as mulheres, em grande parte dos movimentos sociais do fim da década de 1970, nas

⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981 p. 208.

⁶ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: n.2, jul./dez. 1989. 109

CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) ou nas Pastorais Sociais, eram a maioria. No entanto é pouco enfatizada a experiência e a memória das mulheres que participaram ativamente desses movimentos, no caso, os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, que teve seu início em 1972.

Tendo por base o conceito de experiência⁷, de Edward P. Thompson, é possível analisar todo o dinamismo que envolve o agir e o pensar social das mulheres que participavam dos Clubes de Mães. A opressão dos maridos sobre as mulheres participantes, a pobreza e a falta de perspectivas em relação ao papel social imposto a elas pela família desde a infância, o racismo em relação à mulher negra e pobre relegada aos ofícios domésticos, enfim, as opressões e relações de classe ocorriam em todos os aspectos da vida dessas mulheres e encontraram um espaço de resistência justamente na partilha de suas experiências de vida.

Entretanto, mesmo diante de todas as dificuldades, as mulheres dos Clubes de Mães foram protagonistas no processo de mobilização de vários movimentos sociais da periferia de São Paulo nos anos 1970.

As experiências das participantes, analisadas por intermédio de documentos ou entrevistas, apresentam a participação efetiva dessas mulheres nos movimentos por saneamento, saúde, creche e em relação ao custo de vida.

As lutas e questões do cotidiano passaram a ser tema central de algumas pesquisas⁸, e isso se deu em contraposição às análises estruturalistas totalizantes que não conseguiam mais analisar a realidade brasileira dada a complexidade, o dinamismo e as singularidades dos fenômenos e dos sujeitos sociais que estavam envolvidos no processo histórico. O livro de Sader (1988), *Quando os novos personagens entram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, foi oportuno ao refletir sobre o nascimento de novas formas de mobilização e novos atores sociais, como as mulheres, os pobres, enfim, a classe trabalhadora se organizando em movimentos de base, sindicatos e partidos diante da Ditadura Militar e posteriormente no processo de redemocratização.

⁷ A experiência é um termo que exprime o que seria uma mediação entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981, p. 112).

⁸ Idem, p.279.

As mulheres foram as protagonistas nos movimentos sociais das periferias de São Paulo, basta salientar que a luta por creches, por saneamento, o Movimento Custo de Vida (MCV), as campanhas pela anistia e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram a participação ativa das mulheres, e em especial dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo.

A principais militantes dos Clubes de Mães foram Odete Marques, hoje especialista em educação da terceira idade; a religiosa belga Cecília Hansen, assessora e responsável pela criação do acervo; Irma Rosseto Passoni, mais conhecida como Irma Passoni, deputada constituinte e várias vezes eleita parlamentar, além de apresentar durante alguns anos um programa de TV sobre política na Rede Vida; Maria de Souza Reis, ativa nas atividades da comunidade e militante fundadora do Partido Trabalhadores (PT) na região da Zona Sul de São Paulo; Maria Cecília Luna, conhecida com Dona Lurdes; e Benedita Evangelista, grande militante, junto como seu marido, Cenerino Evangelista de Andrade. Além dessas, há ainda Neide de Fátima Martins, enfermeira e militante do Clube de Mães, principalmente em relação às questões de saúde e saneamento; e Ana Dias, viúva do operário Santo Dias, que participaram recentemente da Comissão da Verdade sobre a Ditadura Militar.

Nos Clubes de Mães, apesar da luta constante pela valorização das mulheres, militantes como Neide e Lurdes não se identificavam como feministas por discordarem de algumas práticas, teorias e restrições em relação à participação dos homens nos movimentos das mulheres.

Para as participantes dos Clubes de Mães, práticas radicais e sectárias afastavam as mulheres, principalmente aquelas das camadas mais populares. Na América Latina, o movimento feminista foi também importante, mas, segundo Gohn, ficou restrito a grupos específicos e mais intelectualizados. A grande maioria das mulheres, especialmente as pertencentes às classes populares, estavam mais presentes nas lutas por melhorias e por condições básicas de sobrevivência, mas esse aspecto não diminui o caráter político dessas mobilizações:

O maior contingente de participação de mulheres foi nos movimentos populares, como demandárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandárias de direitos e igualdade entre os sexos. Foram elas que lutaram por creches, transportes, saúde etc. Elas participaram, e participam, dos mutirões para a construção da casa própria como mão de obra e como gerenciadoras dos processos. E a participação

das mulheres nos movimentos populares, tanto urbanos como rurais, é um tema ainda pouco estudado. Certos aspectos da cultura popular que estabelece “lugares e atribuições” para homens e mulheres sempre estiveram presentes no interior dos movimentos populares (GOHN, 2009, p.293)

De modo geral, as lutas mais frequentes das mulheres dos movimentos sociais envolviam o cotidiano na busca por melhores condições de vida. Mas as questões de cunho político estavam presentes desde o início da formação nos movimentos populares, mas foram incorporando novas demandas, como os direitos da mulher e a luta por democracia.

As reflexões sobre a condição feminina foram sendo colocadas pelas próprias participantes no decorrer da luta, sendo incorporadas nas pautas do movimento, como foi o caso da participação da mulher na formulação da Constituição de 1988.

Na historiografia brasileira vem crescendo o número de trabalhos sobre a história das mulheres, seja em relação à História Social ou à perspectiva de gênero e suas subjetividades. Mas trabalhos sobre os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo são poucos. Na década de 1970, a historiografia brasileira estava preocupada em estudar as grandes estruturas e períodos, e mesmo nos estudos relativos aos movimentos sociais a história das mulheres teve pouco destaque.

Nos anos 1980, no Brasil, tivemos importantes trabalhos na área da história social das mulheres, fundamentados, sobretudo, no marxismo revigorado thompsoniano. A história das mulheres não precisava mais se ancorar na figura do oprimido, mas construir uma narrativa que explicitasse relações complexas de resistência e inserção social.

A partir da segunda metade da década de 1980, historiadoras como Scott buscaram se distanciar da história social e passaram a ter o pós-estruturalismo como referencial teórico para os estudos de gênero. Nesse sentido, Joan Scott (1989)⁹ defende uma perspectiva de gênero na qual as concepções do feminino e do masculino estejam no centro das discussões e da produção historiográfica, e não à margem.

No Brasil, inicia-se em seguida – Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e eu – um grupo de estudos do gênero, com o firme propósito de constituir um núcleo de pesquisa. A idéia foi reforçada pela participação no seminário “Uma Questão de Gênero”, realizado

⁹ Idem, p.8

num hotel-fazenda próximo a Itu, em São Paulo. Naquele momento reuniram-se intelectuais feministas de todo o país, algumas vindas do exterior, debatendo as novas propostas epistemológicas do feminismo. Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elisabeth Lobo, Lia Zanotta, Lena Levinas eram algumas das brilhantes acadêmicas presentes. Não tardamos em criar na Unicamp o Núcleo de Estudos do Gênero Pagu, nome, aliás, sugerido por Elisabeth Lobo. (RAGO, 1998, p.49)

No Brasil, a partir da década de 1980 e 1990, houve a busca de novos referenciais teóricos, objetos de pesquisa e perspectivas. Esse novo olhar buscou evidenciar novos sujeitos sociais e as análises não se restringiam mais ao viés econômico, mas demonstravam uma visão mais sutil e perspicaz das subjetividades e das relações humanas. Como exemplo, cito a criação de grupos de trabalho focados na relação de gênero, como o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, na Unicamp; o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (Nigs), da UFSC; e importantes trabalhos que abordaram a questão de gênero e da mulher.¹⁰ Existem historiadores como Luiz Mott, fundador do grupo gay da Bahia, que vem produzindo importantes trabalhos de gênero abordando temas como a homossexualidade e a diversidade sexual a partir de várias temáticas.¹¹

¹⁰ ABREU, Martha. *Meninas perdidas: o cotidiano do amor na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília, EDUNB, 1993; ALMEIDA, Ângela Mendes. *O gosto do pecado*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; BELLINI, Lígia. *A coisa obscura, mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1989; CUNHA, Maria Clementina Pereira da Loucura, *gênero feminino: as mulheres de Juquery na São Paulo do início do século XVIII*. *Revista Brasileira de História*, v.9, n.18, ago/set, 1989; DEL PRIORE, Mary *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José ; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, EDUSFC, 1994; PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1981; QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajadores do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite, prostituição e códigos da sexualidade feminina*. Campinas: Unicamp, 1990 e *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; ROSA, Alice. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo Hucitec/Unicamp, 1988; SAMARA, Eni Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero, 1989; SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, e polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992; SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1910*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986; VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

¹¹ MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987 e *O sexo proibido, virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papyrus, 1988 e *Rosa Egípcia, uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília, EDUNB, 1993;

O Clube de Mães da zona sul de São Paulo, nosso objeto de pesquisa, será estudado por intermédio da história social das mulheres, valorizando sobretudo sua experiência histórica e procurando compreender porque os homens não se mobilizaram em torno de lutas por melhores condições de vida. A experiência histórica dessas trabalhadoras e mulheres que formaram o Clube de Mães é que produziu uma memória coletiva a respeito do movimento. E mesmo que esquecido ou marginalizado pela “história oficial”, é sempre possível partilhar e repensar parte dos fragmentos de seu legado. Portanto, a memória como “fruto” das relações humanas também se transforma em meio à experiência dos autores sociais que a constituem e, assim como a história, traz sempre consigo um “pouco do presente” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Edward P. Thompson concebe classe como uma relação histórica que não pode ser enquadrada como uma “peça” que ajude a compor um arcabouço teórico. Enfim, por se tratar de uma relação histórica, a classe é composta por pessoas e situações reais que impossibilitam qualquer análise antecipada. As relações históricas produzidas pelas mulheres que participaram dos Clubes de Mães nascem de uma identidade incomum entre as participantes, assim como das dificuldades e problemas sociais que enfrentavam em seu cotidiano.

Os Clubes de Mães da zona sul adquiriram com o tempo um caráter político e social, e incorporaram elementos que remetem à cultura, aos ideais de luta e de resistência de grupos e movimentos sociais (pastorais sociais, associações de bairro, grupos de direitos humanos e partidos de esquerda), transformando-se no Movimento Custo de Vida (MCV). Grande parte das mulheres que participaram do MCV sofreram junto com seus familiares as dificuldades, privações e experiências que em grande parte influenciaram suas escolhas políticas e ideológicas.

O que pode ser questionado é por que tantas trabalhadoras que sofreram ou sofrem as mesmas privações não se mobilizaram/mobilizam em sindicatos ou associações contestadoras. Contudo, é preciso lembrar que a classe operária também não pode ser entendida como algo fixo que surgiu de forma determinada, e que todos os operários submetidos às mesmas situações teriam as mesmas reações.

Thompson (1987) concebe a classe operária como uma relação histórica e não ligada a determinismos. Essa relação é constituída historicamente pelos próprios trabalhadores, pela produção, pela cultura e pelo contexto histórico em que

está inserida, portanto a classe operária não surgiu pronta e acabada ou já estava determinada a existir, ela surgiu através de relações históricas, visto que a própria concepção de classe se constitui como relação:

Classe, e não classes, por razões cujo exame constitui um dos objetivos deste livro. Evidentemente, há uma diferença. “Classes trabalhadoras” é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras (THOMPSON, 1987, p. 9).

A construção da memória dessas mulheres ocorre dentro de um processo de relações de classe, porque a memória também é constituída por relações humanas, e portanto não está isenta dos antagonismos presentes na sociedade capitalista. O acervo dedicado ao Clube de Mães da zona sul de São Paulo só existe porque a religiosa belga Cecília Hansen reuniu e preservou parte dos materiais produzidos, algo que seria muito difícil de preservar se dependesse somente das mulheres do movimento. Segundo Cecília Hansen, muita coisa se perdeu nas chuvas, mudanças e pelo próprio desconhecimento da importância de preservar os materiais por parte das militantes.

O estudo sobre os Clubes de Mães exige do pesquisador sensibilidade em relação ao mundo e ao contexto específico daquelas mulheres que vivenciaram em seu cotidiano nas periferias da zona sul de São Paulo o início das grandes transformações sociais e políticas do Brasil contemporâneo, e nessa empreitada, a história social fundamentada nas experiências concretas dessas mulheres pode ajudar.

1.3 A formação do acervo do Clube de Mães da zona sul de São Paulo do Cedem/Unesp

Irmã Hansen e muitos dos que contribuíram com os documentos e a manutenção da memória dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo também compartilharam da experiência de luta, de repressão, de privações que motivaram sua vida e posteriormente a construção de sua memória. Irmã Hansen nasceu na Bélgica nos anos 1930 e foi criança durante a ocupação nazista em seu país. A experiência de viver em um país ocupado pelos nazistas, segundo ela, a fez desde cedo ter um cuidado especial com a preservação da vida humana e, sobretudo, com as

lembranças e memórias. O cuidado e o zelo de Irmã Hansen pela memória fez com que grande parte dos documentos sobre os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo não se perdessem.

Neste subitem podemos entender o processo de formação do acervo dedicado ao Clube de Mães da zona sul de São Paulo localizado no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem). Podemos dizer que é um lugar para preservação e pesquisa sobre a memória dos Clubes de Mães, o qual tem sido fecundo para novas pesquisas. O Cedem foi fundado a partir de núcleos de pesquisa de historiadores que tinham o objetivo de criar um centro de arquivos e de levantar documentações sobre a história da Unesp.

O acervo do Cedem, desde outubro de 1996, encontra-se disponível para consulta e tem como característica a dedicação de grande parte dele à esquerda brasileira, destacando-se os acervos de Mario Pedrosa, do PCB, e de movimentos sociais diversos, como o Fundo Santo Dias e o Fundo do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, objeto de minha pesquisa¹².

De acordo com Nora (1996), as diferenças entre “lugares de história” e “lugares de memória” começam no momento em que há uma aceleração da história, causando assim uma ruptura entre ambas, fazendo com que se percam as tradições, experiências e costumes. Os “lugares de história” são onde se encontram instrumentos para seu estudo, como arquivos, bibliotecas, dicionários, museus, cemitérios, santuários etc., ou até mesmo a memória de testemunhas de outra época.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição daquilo que sempre se faz, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (NORA, 1996, p. 8).

Segundo Nora (1996), a história se desenvolve como um exercício regulado da memória, contudo faz nascer uma grande preocupação historiográfica, pois tenta se livrar da memória propondo uma história da história, ou seja, uma consciência

¹² CORREA, Anna Maria Martinez. Os Centros de Documentação e Memória da Unesp. O Centro de Documentação e Memória (Cedem). In: SILVA, da Lopes Zélia (org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999, p.80-81.

historiográfica cujo estudo basear-se-ia em uma idade historiográfica *versus* um momento histórico, o que causaria o fim de uma tradição de memória.

Os “lugares de memória” assentam-se em resíduos do passado; a sociedade também se utiliza da memória, principalmente para a conservação e transmissão de valores impostos pela Igreja, pela escola, pela família ou até mesmo pelo Estado, mas a memória também pode ser vista como fonte ideológica. Na maioria dos casos ela não é espontânea, mas necessita de “lugares de memória” para que não caia no esquecimento.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1996, p.13).

Isso acontece porque as pessoas não vivem verdadeiramente suas lembranças, pois acabam vivendo sobre uma memória reconstituída pelo material concreto ou simbólico em que possam ancorar suas lembranças.

A relação entre o historiador e o arquivo é condicionada por vários fatores: institucionais, políticos, técnicos e sobretudo metodológicos. Nesse sentido, a pesquisa vai além da problemática que o historiador apresenta, ligando-se diretamente às relações estabelecidas tanto com as fontes quanto com a busca e o acesso a estas.

O historiador, quando elabora um projeto de pesquisa e estabelece objetivos para seu projeto, na medida em que o trabalho avança, pode se deparar com limitações e também com surpresas, mesmo que já conheça parte do acervo.

A relação do historiador com o acervo é também marcada pela experiência concreta da pesquisa, na qual ele também é colocado diante de questões materiais, técnicas, metodológicas e de disponibilidade e característica das fontes. Portanto, o trabalho de pesquisa não acontece de forma unilateral entre o historiador e a fonte, mas é condicionado por outras variáveis notadamente complexas do social.

Os chamados “lugares da memória”, segundo Nora, não se resumem à documentação material das elites e de figuras importantes, mas se constitui através de novos lugares e também de novos sujeitos históricos que compõem a sociedade.

No Brasil, um importante acervo dedicado à história social e dos diversos grupos sociais é o de Edgard Leuenroth. Ele foi comprado de sua família em 1974 pela Unicamp, e funcionou durante quase dez anos de forma clandestina, pois

abrigava uma documentação importante sobre o movimento operário e a esquerda brasileira¹³.

Para o fortalecimento da pesquisa, principalmente no que se refere às ciências humanas, é necessária uma política séria de investimento na manutenção e formação de centros dedicados à preservação documental do patrimônio histórico e documental do Brasil, mas essa preocupação é recente e atribuída quase sempre às universidades. No Brasil, durante muito tempo houve negligência em relação ao patrimônio documental e histórico.

As universidades, com a necessidade de avanços em relação à pesquisa a partir da década de 1970, começaram a criar paulatinamente centros dedicados à memória e ao patrimônio histórico, sendo muitos deles ligados a arquivos e museus, segundo Camargo. O Cedem, utilizado em minha pesquisa, é o Centro de Documentação e Memória da Unesp, ou seja, faz parte da universidade.

Os centros de documentação das universidades transformaram-se em centros de pesquisas importantes para pesquisadores, tanto para os alunos e professores quanto para pessoas não ligadas diretamente à universidade. Isso propiciou aos pesquisadores a viabilização de seus estudos e a especialização em mais temáticas, com a disposição e reunião dessas fontes de pesquisa.

Além de ajudar na pesquisa, os centros de documentação também puderam, ao longo do tempo, ser repensados por meio das próprias abordagens e reflexões a respeito da memória coletiva e das temáticas abordadas pelos historiadores.

A pesquisa e as novas perspectivas em relação aos documentos e ao que seja uma fonte possibilitaram para os pesquisadores, principalmente os relacionados às ciências humanas, repensar os arquivos e descobrir nas documentações novas possibilidades de abordagem de seus objetos de pesquisa. A história, assim como as outras ciências humanas, tem, portanto, além da acolhida de novas fontes para seus arquivos nas universidades, a possibilidade permanente de redescoberta destas com sentido argumentativo e de análise.

A simples existência desses acervos já demonstra por parte das universidades e de outros setores da sociedade, como movimentos sociais,

¹³CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação nas universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, da Lopes Zélia (org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999, p.58.

sindicatos, militantes e partidos de esquerda, a vontade de construir uma nova história em que o plural e o conflito também estejam presentes na constituição dos espaços de memória. O Clube de Mães da zona sul de São Paulo é parte de uma memória frágil e fragmentada e, por que não dizer, subterrânea, se fizermos uma reflexão alicerçada na perspectiva de Pollak (1989) sobre as memórias marginalizadas. O objetivo deste texto é justamente descrever parte dessas mulheres que participaram desse movimento, demonstrando o quão necessário é a rememoração e junção desses fragmentos para que possamos refletir sobre esses sujeitos históricos.

A construção dos movimentos sociais no Brasil, especialmente em meados da década de 1970 e início dos anos 1980, tem sido objeto de análises e estudos por parte de pesquisadores há algum tempo. Sem dúvida nenhuma, os acontecimentos dessa época caracterizam-se sobretudo por trazerem para o cenário da história do país aqueles que, mais do que quaisquer outros, foram espoliados profundamente, tendo os seus mínimos direitos de sobrevivência (alimentação, moradia, água, luz, esgoto, coleta de lixo etc.) historicamente negados, vivenciando assim várias experiências de luta e de organização coletiva. A memória dessas lutas e experiências (nos bairros, nas fábricas), hoje ainda dispersas, precisa ser rememorada e estudada.

A documentação, ainda que fragmentada no nível de consciência e politização de uma geração de trabalhadores que nem sempre tinham experiências de luta, será de fundamental importância para se ter uma compreensão dos atuais movimentos sociais no país do ponto de vista da classe trabalhadora, compreensão essa vista pela dinâmica interna dos movimentos. Se, por um lado, a reconstituição das primeiras tentativas de organização popular é prejudicada pelas dificuldades em se ter depoimentos, entrevistas de agentes "anônimos" dessas lutas, por outro, devemos considerar a contribuição, nesse sentido, de setores ligados à Igreja.

A Igreja, pelas suas características específicas como instituição, manteve uma certa autonomia de trabalho, abrigando no seu espaço, incentivando e subsidiando as lutas populares. Quando falamos nos esforços das primeiras tentativas de organização e mobilização populares, percebemos que, concomitantemente com essas preocupações, sentiu-se a necessidade de formação de centros de estudos, de debates, de reflexão, de documentação, seja como locais aglutinadores para esses movimentos, seja como fonte de subsídios e de formação. Surgiram nessa

época várias iniciativas, principalmente vinculadas às propostas da Igreja pós-Medellín (Encontro de Medellín, na Colômbia, em 1968, que apresentou uma opção preferencial da Igreja latino-americana pelos pobres), que desenvolveram trabalhos no sentido de contribuir com os movimentos populares, documentando-os, preservando-os e, sobretudo, constituindo-se como fonte de informação sobre os marginalizados.

No dia 30 de maio de 2003, Irmã Hansen concedeu à jornalista Jô Azevedo uma entrevista na qual pôde falar de sua participação nos movimentos sociais e pastorais na periferia de São Paulo no processo de criação do Fundo Santo Dias e do Clube de Mães, e um dos fatos mais dramáticos daqueles anos de militância, que foi o assassinato do operário Santo Dias.

Primeiramente, Irmã Hansen falou do contexto histórico e social da Igreja e do Brasil que a levou para a convivência e militância entre as classes populares da periferia de São Paulo, mais precisamente na Vila Remo:

No fim dos anos 60, início dos anos 70, a Igreja de São Paulo, aqui quero falar especialmente da Região Sul, estava num processo de mudanças pós-conciliar, inspirando-se nos documentos de Medellín (Conferência dos Bispos Latino-Americana)

Um das grandes preocupações do Mons. Ângelo Gianola, Vigário Episcopal da Região Sul naquela época, era o povo da periferia de sua região, marginalizado e excluído da sociedade e abandonado pela Igreja. Poucos padres e religiosas atuavam nos meios populares. Na mesma época D. Paulo Evaristo Arns fez um apelo a todas as congregações religiosas para liberar e enviar religiosas para as periferias.¹⁴

Como agente de pastoral e participante ativa dos Clubes de Mães, ela teve um papel fundamental na formação de quadros e na concepção mais progressista das atividades desses clubes. Para isso, foi fundamental uma nova concepção de Igreja e a participação dos leigos, que promoveram o protagonismo social e político das participantes dos clubes de mãe, mulheres antes restritas ao mundo doméstico e a uma religiosidade focada apenas em orações. Belga de nascimento, Irmã Hansen vivenciou na Bélgica dos anos 1960 a forte influência dos chamados padres

¹⁴Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

operários franceses, que procuravam viver a fé dentro dos sofrimentos e das angústias da modernidade e das contradições que a sociedade capitalista provoca. Em suas palavras:

Este apelo veio ao encontro do meu objetivo de missão. Vim recentemente da Europa com grande desejo de trabalhar entre os pobres para que todas pudessem ter mais vida. Irmã Mariclara Nunes e as noviças já tinham contato com Vila Remo nos fins de semana e conheciam os padres. Então, um dia o Pe. Luís Giuliani e Pe. Egídio (não sei o sobrenome) vieram me convidar para conhecer o trabalho. Fui ver e fiquei. Morei e trabalhei 17 anos nessa área. Minha apresentação oficial em Vila Remo foi no dia 16 de abril de 1972 com a presença de D. Paulo, Mons. Ângelo, alguma Irmãs. Em janeiro de 1989 deixei Vila Remo para iniciar uma nova missão na periferia de São Luís MA.¹⁵

Ao falar de suas atividades na Vila Remo, Hansen descreve seu trabalho, destacando sua ação com os pobres e uma nova perspectiva de sua fé, muito ligada à Teologia da Libertação e ao seu primeiro contato com Ana e Santo Dias, importantes lideranças que participavam da comunidade local:

Quando cheguei em Vila Remo já existia uma pequena equipe que se chamava Coordenação da Paróquia, formada pelo Padres, Irmãs que moravam em Santa Margarida, leigas, entre eles Ana e Santo. Logo fui integrada nesta equipe. Nosso grande empenho existia em formação de Comunidades de Base fundamentadas na Teologia de Libertação e alimentadas pela Palavra da Bíblia numa ótica a partir do oprimido (CEBI). Uma fé encarnada na realidade nos despertou para as necessidades do povo. Assim surgiram os movimentos. Eu participei mais do movimento das mulheres (clubes de mães), movimento das creches, escolas, transporte e sobretudo do movimento do custo de vida. Todos esses anos fazia parte da coordenação dos Clubes de Mães, mais tarde denominado Grupo de Mulheres. Coordenava também durante muitos anos a catequese na paróquia que se realizava na mesma linha. Muitas lideranças dos movimentos e políticos surgiram desse grupo.¹⁶

A religiosa também fala dos momentos de convívio com Ana e Santo Dias, que também foi líder sindical. Percebe-se que as lutas e as mobilizações sociais

¹⁵ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

¹⁶ idem

estavam integradas, pois muitos homens e mulheres trabalhadores da Vila Remo participavam das atividades da Igreja, mas também estavam ligados aos sindicatos e a pastorais sociais:

Não lembro mais exatamente o dia e o lugar. Eu sei que foi logo no início quando cheguei em Vila Remo, na casa deles. Sempre tivemos muito contato e amizade. Santo e Ana gostavam de convidar-nos para um churrasco ou uma janta. Também muitas festas passávamos juntos.

O primeiro passeio com equipe de coordenação da paróquia foi em dezembro de 1972 na praia de Bertioga. Brincamos, conversamos muito, nos divertimos bastante. Santo gostava de contar piadas e rimos muito. Foram dias muito agradáveis e de convivência que criaram laços e amizade. Às vezes eu ia após as reuniões para a casa da Ana. E Santo estava lá fazendo a janta. Perguntava como foi a reunião. E quando Ana e eu desanimávamos por causa das tensões e brigas no Movimento do Custo de Vida, Santo nos encorajava com muita firmeza e a convicção dele nos fortalecia para enfrentar a luta. Aliás, Santo sempre estava junto conosco nas lutas...¹⁷

A religiosidade e a luta social por mais dignidade e melhorias nas condições de vida motivava todos os participantes da comunidade. Essas características marcadas pelo engajamento social e militante das Comunidades Eclesiais de Base e dos setores progressistas da Igreja Católica naquele período tiveram como diretriz principal a Teologia da Libertação:

O Concílio Vaticano II acentuou o termo Igreja Povo de Deus. Medellín aplicou o Concílio para a realidade da América Latina. Uma parcela da Igreja colocou as resoluções em prática, isto é, colaboraram para que o próprio povo fosse protagonista de sua história. Todas as pessoas que se dedicaram a esse trabalho no meio do povo tinham convicção, esperança e fé naquilo que faziam. Não era um trabalho isolado, mas atuava em equipe e comunitariamente, ligado a outros grupos que tinham o mesmo objetivo. Era um trabalho inclusivo, todas tinham chance de participar. Santo era uma pessoa de destaque e vivência profunda nesse novo Ser Igreja.¹⁸

¹⁷ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

¹⁸ Idem

Irma Hansen também cita algumas mulheres que participaram do Clube de Mães, além de valorizar o apoio da comunidade à greve dos metalúrgicos na comunidade. Nessa fala ela demonstra o engajamento das comunidades nas mobilizações da classe trabalhadora, seja nas lutas sociais ou no movimento sindical:

Já encaminhei as mesmas perguntas para Edni e Monika. E indico mais Odete Marques, Maria José Cavalcanti, Célia Maria de Assis. Muitas e muitas pessoas poderiam dar um testemunho belíssimo do Santo. Nós todas estávamos acompanhando e apoiando as greves, porque a luta operária era a nossa também. Todas as nossas atividades estavam interligadas. Nós ajudávamos nos fundos de greve. No 1. de maio de 1980 foram 5 ônibus da nossa área para apoiar a manifestação. Eu estava presente.¹⁹

Irmã Hansen relata que havia reunido muito mais documentação, mas a falta de conservação e até de valorização por parte das comunidades fez com que muita coisa se perdesse, mas mesmo assim pôde preservar parte importante da história dos Clubes de Mães da zona sul. A decisão de doar a coleção de documentos para o Cedem foi de extrema importância para que eles não se perdessem ou fossem descartados. Essa documentação já serviu de apoio para trabalhos importantes, resultando na dissertação de mestrado e no livro *Como pode um povo vivo viver nesta carestia. O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*, de Tiago Nunes Sampaio.

O acervo é composto por documentos iconográficos, periódicos, entrevistas transcritas e gravadas em som, panfletos, questionários, atas de reuniões, material de formação, desenhos e também materiais díspares de outras pautas e movimentos em que muitas mulheres também estavam envolvidas.

Os documentos iconográficos são fotos e desenhos da época dos Clubes de Mães, mas infelizmente pouco numerosos, o que se deve ao pouco recurso financeiro e tecnológico da época para produzir imagens, de forma que muita coisa

¹⁹ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

se perdeu pelo caminho. Algumas das fotos foram tiradas durante as reuniões dos Clubes de Mães, e outras durante as mobilizações do MCV e nos bairros.

Nos anos 1970, o acesso às máquinas fotográficas não era barato, e, para fazer uma simples fotografia, era necessário pagar um fotógrafo profissional que passava pelos bairros populares para tirar fotos de crianças e famílias. As fotografias do MCV também são poucas, pois muitas delas também foram tiradas por profissionais do fotojornalismo, como Nair Benedicto e Ricardo Alves. Esses fotógrafos registraram grande parte das mobilizações sociais do final dos anos 1970 e início da década de 1980 no centro de São Paulo

Os panfletos e materiais produzidos também não são numerosos, pouco material sobreviveu a todos esses anos. No Centro Pastoral Vergueiro é possível encontrar muito mais material iconográfico e periódicos porque lá possui, desde o início, um tratamento técnico de armazenamento e preservação dos documentos.



Figura 1 – Clube De Mães Jardim Esther 1977. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

A imagem acima é uma das poucas fotos tiradas das reuniões dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo que se encontram disponíveis no acervo do Cedem; o documento está com a imagem bastante comprometida em razão do tempo e do armazenamento inadequado. Essa fotografia retrata as mulheres confeccionando artesanatos para venda e uso próprio. Segundo Irmã Hansen, muito material estragou devido a uma chuva na paróquia onde estavam armazenados antes da doação ao Cedem. A principal riqueza dos documentos iconográficos é a criatividade de produzir materiais didáticos e de formação política com poucos recursos, o que é possível de notar no cartaz abaixo, que convoca as mulheres a ajudar a coletar assinaturas para o MCV.

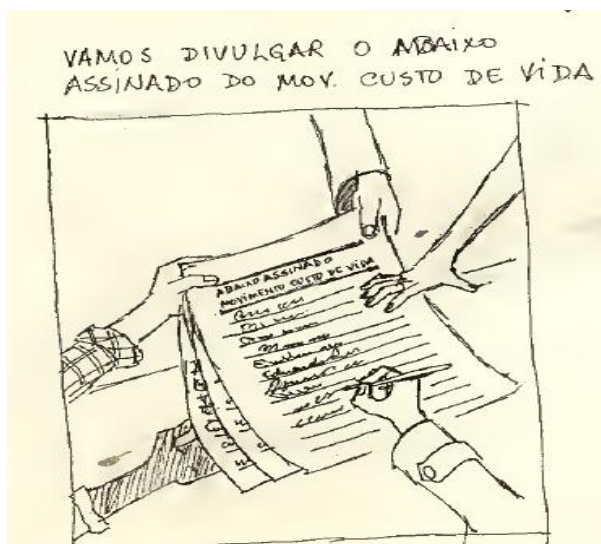


Figura 2 – Panfleto divulgando o abaixo-assinado do Movimento Custo de Vida. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

Apesar de existirem livros e um acervo sobre esses clubes, a História Oral foi a melhor maneira de identificar e saber quem eram as mulheres que participaram dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo. Nas atas das reuniões percebe-se o objetivo de organizar as mobilizações e buscar uma metodologia de trabalho nesses clubes que tivesse uma diretriz programática, mas que também estivesse aberta às peculiaridades de cada grupo. A participação era coletiva e as formações deviam buscar uma inculturação com a realidade das mulheres participantes, ou seja, penetrar na cultura e no cotidiano daquelas pessoas.

Entre os periódicos do acervo destacam-se “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres e Mulherio”. O jornal “Brasil Mulher” reunia mulheres da esquerda que permaneceram

no Brasil e recém-chegadas da clandestinidade. Já o “Nós Mulheres” partia da perspectiva da esquerda que estava no exílio. A história da imprensa feminista, com destaque para esses dois periódicos, é apresentada no livro *Da guerrilha à imprensa feminista – a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*, de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, que também defendeu a tese de doutorado *A imprensa feminista no pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres* pela PUC de São Paulo (KUBIK, 2014, p.260)²⁰.



Figura 3– Jornal Brasil Mulher 1975. Ano 1, Edição 0. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

A imagem acima é capa da edição 0 do jornal “Brasil Mulher”, lançado em 9 de outubro de 1975. Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite participaram da equipe editorial do jornal, mas a primeira teve um contato mais próximo com os

²⁰ Se dependesse exclusivamente das pautas e do público-alvo, avaliam as autoras, o BM e o Nós Mulheres até poderiam ser o mesmo jornal. No entanto – e essa é uma das riquezas desse trabalho – os bastidores contam outras histórias, que talvez só pudessem ser resgatadas por aquelas que as vivenciaram. Enquanto o BM reunia a esquerda que permaneceu no Brasil e era recém-egressa das prisões, o Nós Mulheres – apresentado a partir da perspectiva de quem produzia o BM – é visto como de esquerda, mas mais vinculado a exiladas que puderam retornar antes da Anistia. As divergências, que partiam das vivências de cada uma, se traduziam em posicionamentos nos editoriais: no número zero, o BM se apresentava como um jornal pela equidade. KUBIK, Maíra. *Da guerrilha à imprensa feminista - a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*, A ousadia de falar. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.32, p.259-261, jan./jun. 2014, p.260.

Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, principalmente nas formações e promovendo um diálogo entre as feministas e a mulheres da comunidade.

O jornal *Mulherio*²¹ foi fundado já nos anos 1980, por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, com apoio da Fundação Ford, entre elas a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e a jornalista responsável Adélia Lopes, tendo como objetivo o debate de temáticas relativas às mulheres e ao feminismo.

Mas o que mais contribuiu para a pesquisa foram as entrevistas transcritas feitas em 2003 pela jornalista Jô Azevedo no período de organização do acervo. Irmã Hansen, responsável pelos documentos; Neide, enfermeira e militante dos Clubes de Mães; Lurdes, também militante; e Benedita forneceram uma rica entrevista para o Cedem. As narrativas e as falas dessas mulheres expressam, mesmo que de maneira fragmentada, a experiência individual e coletiva de cada uma, algo muito difícil de encontrar ou perceber nos arquivos e fontes convencionais.

A principal fonte histórica e metodológica utilizada para conhecer parte das mulheres que participaram dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo foram as entrevistas e relatos escritos em livros e documentos.

A História Oral tem como origem epistemológica a pretensão de ser uma “contra-história”, ou seja, a história daqueles que nunca tiveram voz. Mas mesmo que ela tenha passado por mudanças de paradigma e se institucionalizado dentro das universidades, persiste como importante instrumento de manutenção de memórias e de construção de identidades no que diz respeito aos estudos de novos sujeitos, grupos e singularidades, além de estudar grupos sociais tidos como privilegiados e presentes nos espaços de poder (JOUTARD, 2000)

²¹ Na década de 80, pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil preocuparam-se em sistematizar informações sobre o assunto. No início, a proposta era compor um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e estudiosos do tema, fornecendo dados de forma sistemática e abrangente sobre os problemas que envolviam a mulher brasileira.

Em sua edição número zero, o grupo, constituído de pesquisadoras e jornalistas, deixa entrever o fio condutor que permeará o jornal quando anuncia o compromisso de tratar as matérias veiculadas "de uma maneira séria e conseqüente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática..." Assim, declarada de público a intenção, levam a letra impressa à risca e transformam, claro que entre altos e baixos, o singular boletim de março/abril de 1981 em um tabloide efervescente e precursor de tendências até 1988.

Ao relatar, de modo breve, a história do *Mulherio*, há que se considerar três períodos marcantes e definidores dos rumos tomados. No primeiro, de março de 1981 a setembro de 1983, foram publicados 15 números, tendo como responsável pelo projeto a pesquisadora Fúlvia Rosemberg, e como editora a jornalista Adélia Borges. No início, a publicação do jornal recebeu subsídios da Fundação Ford para se concretizar. Fundação Carlos Chagas.

A História Oral foi muito importante para a formação de novos espaços da memória e conseqüentemente para a constituição de novas identidades e para a valorização de grupos antes excluídos por uma história supostamente oficial e coesa, na qual os conflitos e vozes dissonantes não apareciam. Ela pode, através mesmo dos momentos de silêncio e de suas lacunas, encontrar memórias que por diversos motivos estão escondidas nas falas e nos discursos. Problematizar essas memórias e perceber a forma com que foram construídas pode ajudar o historiador a romper com os discursos comuns e que muitas vezes relegam a segundo plano práticas políticas e de autonomia de mulheres que, como outros grupos, são marginalizadas pela história oficial ou vistas como meros autômatos.

Pollak fala sobre a disputa entre as memórias oficiais e as memórias subterrâneas. No caso dos Clubes de Mães, seu legado, apesar de existirem documentações, depende também da busca de fragmentos de memórias que ainda permanecem subterrâneas.

Mais do que isso, o que a emergência destas memórias vêm ocasionando, conforme aponta Pollak, é a disputa entre memórias ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, encontra-se marginalizada (POLLAK, 1989, p.84).

A História Oral é, portanto, de grande importância para esta pesquisa, pois possibilitou escutar as experiências das mulheres que realmente participaram e construíram o movimento.

A simples escolha do personagem ou do grupo a ser lembrado, e daquilo que deve ser lembrado, já se constitui como um elemento de fragmentação da memória e do passado. Mas é preciso dizer que nos silêncios, nas lacunas e nas escolhas feitas pelos organizadores dos arquivos também se encontram os discursos que prevalecem e são esquecidos no processo de constituição da memória.

A memória e a história são representações do passado, e ambas estão ligadas ao presente, tendo, portanto, implicações no presente. A disputa pela memória também se traduz em uma luta política e ideológica, que pode ser travada pelo historiador mesmo que não seja essa sua intenção.

O historiador não é um elemento exógeno à sociedade, logo, qualquer que seja sua postura, ele recebe influências do meio social, ideológico, cultural e político em que está inserido. A busca por uma “ingênua neutralidade” pode muitas vezes

levá-lo a uma perspectiva utilitarista e questionável quanto ao papel social do historiador na sociedade atual.

Ao analisar as memórias e experiências dos Clubes de Mães, não pretendo exaltá-las como “mulheres heroínas” em contraposição aos personagens que costumam figurar como protagonistas do processo de redemocratização e luta contra a ditadura no Brasil, mas perceber, apoiado nos fragmentos que constituem sua memória, silêncios, lacunas e construções que ajudam a compreender parte importante da participação popular na resistência e na difusão de espaços alternativos de democracia e organização social. Propor uma abordagem sobre a memória dos Clubes de Mães é também trazer para a atualidade questões que nortearam a luta dessas mulheres e que também inquietam aqueles que se encontram nas “fileiras” da luta contra a desigualdade, a exclusão e a exploração, ainda tão presentes na sociedade brasileira atual.

Pode-se, através dos fragmentos de registros da vida de mulheres simples da periferia, encontrar peculiaridades e sutilezas do cotidiano que, mesmo pequenas, revelam aspectos brutais e desumanos que encontraram eco em grande parte da vida das mulheres pobres brasileiras.

Para Michael Pollak, é necessário trazer à tona memórias que estavam encobertas e com isso estabelecer uma luta entre as memórias oficiais e as memórias subterrâneas do silêncio.

Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, de trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 3).

O autor, em *Memória, esquecimento e silêncio*, fala sobre o trauma dos dissidentes e perseguidos políticos durante o período do stalinismo na União Soviética e de como os ressentimentos causados pelas décadas de repressão e silêncio fizeram emergir a memória subterrânea dessas pessoas e suas reflexões a respeito do passado. No caso dos Clubes de Mães, a memória representa também a problematização da história recente do Brasil, e tem como consequência o aparecimento de novas vozes que foram silenciadas pelo regime militar. É preciso

lembrar que, na disputa pela memória, visões de cunho “maniqueísta” devem ser interpretadas dentro de um jogo político e ideológico que também caracteriza a memória coletiva.

Portanto, é necessário estar atento ao contato com as fontes e relatos que constituem a memória dos Clubes de Mães, não em relação à sua legitimidade, mas no que se refere aos variados discursos que a compõem.

A memória das mulheres que participaram dos Clubes de Mães e o seu legado estarão sempre ligados à luta dos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores. A prática de sua rememoração consiste também em uma prática política de rememoração de seu legado.

Walter Benjamin²² precisou de uma profunda influência do presente na construção do conhecimento histórico. O ato de reconstrução e de rememoração daquilo que estava perdido ou daqueles que foram derrotados consiste também em uma ação política no presente. Com essa ruptura consegue-se promover novas reflexões sobre a realidade presente.

A autora Jeanne Marie Gagnebin trabalha a questão da memória a partir da experiência, utilizando justamente a perspectiva de rememoração de Walter Benjamin e a própria experiência do autor em relação ao trauma diante do contexto da ocupação nazista, o que o levou ao suicídio.

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um Lumpensammler) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não saiba o que fazer (GAGNEBIN, 2004, p. 1990).

É preciso, segundo Gagnebin, ir além das aparências para produzir uma narrativa que não seja superficial e enxergue nos detalhes, nas “sucatas documentais” e nos fragmentos de documento a riqueza e a profundidade da experiência histórica humana. O Fundo dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo contribui de maneira singular para uma pesquisa que tende a valorizar as minúcias e os fragmentos de discursos presentes em todos os tipos de fontes.

²² A história é objeto de uma construção cujo lugar não é homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras (BENJAMIN, 1994, p. 229).

CAPÍTULO II – O SURGIMENTO DO CLUBE DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO (1972-1973)

Quando secar o rio da minha infância

Quando secar o rio de minha infância,
secará toda dor.

Quando os regatos límpidos de meu
ser secarem, minh'alma perderá sua
força.

Buscarei, então, pastagens distantes
Irei onde o ódio não tem teto para
repousar.

Ali, erguerei uma tenda junto aos
bosques.

Todas as tardes me deitarei na relva,
e nos dias silenciosos farei minha
oração:

Meu eterno canto de amor: expressão
pura de minha mais profunda angústia
Nos dias primaveris, colherei flores
para meu jardim da saudade.

Assim, exterminarei a lembrança de
um passado sombrio.

Frei Tito de Alencar²³

Paris, 12 de outubro de 1973

2.1 Um breve histórico do contexto social e político do surgimento dos Clubes de Mães

O contexto social de exclusão e repressão política iniciado com o Golpe de 1964 teve como seu ápice de autoritarismo o período conhecido como “Anos de

²³ Caçula entre 11 irmãos, Tito de Alencar Lima nasceu em Fortaleza em 14 de setembro de 1945. Frei Tito militou na JEC (Juventude Estudantil Católica), entrou para a ordem dos dominicanos em 1966, passando a residir e estudar em São Paulo. Foi preso pela primeira vez em 1968 durante o Congresso dos Estudantes em Ibiúna, e em 1969 no convento da rua Caiubi, em São Paulo. Foi levado ao Dops e durante meses foi vítima das mais terríveis torturas promovidas principalmente pelo delegado Fleury. Libertado em 1971, passou por Chile, Itália e França (Paris), até cometer suicídio no convento de L'Arbresle em 10 de agosto de 1974. O poema “Quando secar o rio de minha infância” expressa o trauma vivenciado por Frei Tito diante do horror da tortura, que o levou ao desespero do suicídio (BETO, Frei. Batismo de Sangue. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.200.)

Chumbo” (1968-1974), principalmente a partir do decreto do Ato Institucional Nº 5, durante o final do governo do General Costa e Silva, ocorrendo uma violenta repressão contra os grupos de esquerda armados ou não durante o Governo Médici.

A oposição de esquerda (PCB, PCdoB, VPR, MR8, Val Palmares) ao regime ficou totalmente desarticulada, e os setores progressistas da Igreja Católica, em especial aqueles ligados à Teologia da Libertação, passaram a ser o principal foco de resistência e denúncia contra a Ditadura Militar. Esse contexto possibilitou o surgimento de movimentos populares que, a exemplo do Clube de Mães, contestavam a ordem e a situação social vigente através da mobilização e da participação coletiva, buscando formas alternativas de democracia e participação política negadas pelo poder institucional vigente na época.

Nesta parte do trabalho procuramos fazer um breve histórico sobre o contexto social e político em que surgiram os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, começando pelo Golpe de 1964 e passando pelo final da década de 1960 e início dos anos 1970, que realmente marcaram o endurecimento da repressão e o surgimento de movimentos sociais ligados à Igreja Católica com os Clubes de Mães.

Em abril de 1964, instaurou-se no Brasil a Ditadura Militar após a derrubada do presidente João Goulart pelos militares. Ditadura essa que se caracterizou pela censura, pela perseguição, pela prisão e pela tortura de pessoas consideradas subversivas e contrárias ao regime. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, e com a entrada de seu vice, João Goulart, o Brasil viveu um tenso período político. As organizações sociais e os grupos sindicais ganharam força por conta das “reformas de base” prometidas por João Goulart. Mesmo com a inflação em alta, as centrais sindicais conseguiram um considerável aumento no salário dos trabalhadores, enquanto no campo foram criadas várias “Ligas Camponesas”, fazendo crescer a luta por melhores condições no meio rural, visando à implantação da Reforma Agrária.

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital

estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais (REIS, 2005, p13)

A luta política envolveu vários setores da sociedade brasileira, não se configurando apenas nas esferas do setor político-institucional, mas atingindo trabalhadores urbanos e rurais, soldados, estudantes, escritores, intelectuais, artistas, empresários etc. No início da década de 1960, mais precisamente de 1961 a 1963, os movimentos sindicais estavam bem articulados e atuantes. Para se ter uma ideia da força sindical, nesse momento foram registradas 435 greves contra 177 nos anos de 1958 a 1960.

A constante atuação dos sindicatos na política fez com que inúmeros deles se unificassem, formando assim as centrais sindicais, que podiam mobilizar trabalhadores de diferentes categorias em torno de uma mesma pauta. Dentre as centrais sindicais que surgiram, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi a que mais se destacou. O CGT apoiava a maioria das iniciativas políticas do governo Goulart, atuando mais precisamente como um órgão político, diferenciado dos demais sindicatos, não somente nas camadas urbanas, mas também junto ao trabalhador rural, que no final da década de 1950 começava a se reunir. Alguns camponeses se mobilizavam sem a influência de sindicatos ou partidos políticos. Diante dessa realidade, diferentes grupos políticos se aproximaram.

De um lado, amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, setores estudantis de algumas grandes universidades públicas, além de muitos graduados das forças armadas. O movimento pelas reformas lhes conferira uma importância política considerável, e percebiam, com razão, que a concretização delas haveria de consolidar uma repartição de poder e de riqueza que certamente lhes traria grandes benefícios, materiais e simbólicos. Por isso mesmo, acionavam os mecanismos do pacto nacional-estatista, tensionando-os ao máximo, exigindo as reformas. Contudo, na medida em que essas não se concretizavam, desiludiam-se com a Lei e passavam, crescentemente, a defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: reforma agrária na lei ou na marra (REIS, 2005, p.14)

Os trabalhadores rurais ganharam força com o surgimento das Ligas Camponesas. Essas ligas eram formadas por pequenos agricultores e pelos que não obtinham propriedade. Elas lutavam contra a dominação política e econômica

exercida pelos grandes latifundiários. Nesse contexto, várias lideranças camponesas foram assassinadas, outras sofreram algum tipo de violência, sempre a mando dos latifundiários.

A elite e os demais setores conservadores também se mobilizaram à medida que a esquerda crescia. Várias organizações foram criadas para defender os setores ligados à direita, como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), o Movimento Anticomunista (MAC), entre outros.

No final da década de 1950 foi criado, com o propósito de defender a democracia, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que, em 1962, se uniu ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes).

Aproveitando-se dos trabalhadores, estudantes e religiosos com posicionamentos políticos mais conservadores, o Ipes/Ibad²⁴ financiava e apoiava as facções de direita dentro da Igreja Católica, dividia o movimento estudantil e apoiava associações sindicais com interesses patronais, para conter as de origem esquerdista. Esse grupo, formado por grandes empresários, crescia em contraposição ao aumento das mobilizações populares.

Em 1963, o grupo obteve a marca de 500 empresários filiados, sendo que 70% estavam ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Tal número se deveu também à crise econômica na qual o país se encontrava.

A elite conservadora estava preocupada com o crescimento dos sindicatos, dos movimentos estudantis e com a agitação no campo em prol da Reforma Agrária. Enfim, a direita via que era hora de agir, especialmente depois do grande comício de 13 de março de 1964, em que o presidente Jango conseguiu reunir mais de 200 mil pessoas na estação Central do Brasil, e em seu discurso deixou bem clara sua intenção:

²⁴ O IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foi criado em 1959 e fazia a ligação entre o governo dos Estados Unidos e os políticos brasileiros. Era patrocinado pelo governo norte-americano, empresários nacionais e estrangeiros e financiava campanhas políticas para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e governo dos Estados com o objetivo de criar uma rede de opositores a João Goulart. Foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, em 1962 por causa das fraudes no financiamento das campanhas políticas e fechado em 1963. O IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado em 1961, era composto e financiado por empresários do eixo Rio-São Paulo, dirigente de multinacionais e militares de alta oficialidade. Tinha por função a produção de bens culturais que divulgassem a ideologia anticomunista, a organização de manifestações públicas contra o governo Goulart e o planejamento de uma política econômica para o regime militar nos moldes desejados pelo governo norte-americano.

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. [...] Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários? O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois, do que se fez em todos os países desenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar [...]. (GOULART, discurso na Central do Brasil: 1964).

João Goulart propôs o início das “reformas de base,” como a nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares e também a desapropriação de terras improdutivas para fins da reforma agrária. A classe média e os demais setores conservadores realizaram, em 19 de março de 1964, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade,” acusando Jango de ser cúmplice do comunismo internacional, fazendo com que as tensões em torno do governo aumentassem.

As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam. Sem ainda saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressara na longa noite da Ditadura Militar (REIS, 2005, p.17)

No dia 31 de março de 1964, as tropas militares saíram às ruas e derrubaram o presidente João Goulart. A fim de evitar uma possível guerra civil, Jango deixou o país.

Às 20h30 o presidente abandonou a granja do Torto e voou para Porto Alegre num avião da FAB. Nem sequer passou pelo palácio do Planalto para limpar a mesa ou o cofre. Deixou à mulher, Maria Thereza, uma linda gaúcha de 27 anos, a tarefa de tirar os filhos da cama, juntar algumas malas e segui-lo para o Sul. Ela viajou com um tailleur, duas mudas de roupa e uma bolsa de maquiagem. O avião em que embarcaria pousou no Torto com a ajuda de automóveis com faróis acesos a balizar a pista (GASPARI,2002, p.111).

Com a implantação do golpe e conseqüentemente com a repressão, a esquerda (Ação Popular, Partido Comunista do Brasil, setores do Partido Comunista do Brasil ligados ao militante Carlos Marighela, estudantes) muda seu foco de luta, pois o inimigo a enfrentar passa a ser um regime autoritário. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) preferiu continuar lutando estrategicamente pelo retorno da legalidade pela via institucional. Após o golpe de 64, vários atos institucionais foram criados, centralizando cada vez mais o poder em torno do regime.

Depois do golpe de 1964, os sindicatos sofreram intervenção por parte do regime militar, e os trabalhadores perderam o direito de greve (Lei 4.330, de junho de 1964) e o direito de estabilidade no emprego com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (1966). Isso possibilitou criar uma política de arrocho salarial que colocou a classe operária em uma situação difícil. Havia, assim, uma perda em relação aos direitos e ao mesmo tempo o aumento da repressão aos trabalhadores por parte do regime.

A nova política econômica, criadora do arrocho salarial, fez-se vingar em cima de alguns pontos: a proibição do direito de greve, através da famigerada Lei 4.330, de junho de 64, e a fixação dos índices de aumentos da negociação entre operários e patrões, como antes de 64, que passou a ser prerrogativa absoluta do Estado. Porém, para que o “o arrocho” pudesse ser efetivamente implantado, foi necessário acabar com outra conquista do movimento operário anterior a 64: o regime de estabilidade no emprego. Criou-se então, em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instrumental necessário para as grandes empresas despedirem, compulsoriamente e a seu bel-prazer, grandes contingentes de mão-de-obra em épocas anteriores ao dissídio coletivo, para sua posterior recontração em faixas salariais abaixo daquelas determinadas pelos já irrisórios índices de aumento (ANTUNES, 1985, p. 77).

Embora ruim pela impossibilidade de barganha dos trabalhadores diante dos patrões, a intervenção nos sindicatos possibilitou aos primeiros repensar um novo tipo de sindicalismo, ou seja, a criação de uma oposição sindical que rompesse com o “peleguismo” e com o paternalismo presentes nos sindicatos até então. A partir de 1968, os trabalhadores, após anos de arrocho salarial, conseguiram se mobilizar

com as greves de Osasco, nas quais houve dura repressão por parte das forças armadas. O regime endureceu, e entre seus vários atos, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5)²⁵ deu amplos poderes para que os órgãos de repressão combatessem qualquer tipo de oposição ao governo.

Em Osasco, com forte sustentação nas comissões fabris, a greve foi dirigida por um comitê eleito, composto por grevistas e membros da diretoria sindical. Os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco provinham de uma chapa de oposição, eleita em 1967 com base nas empresas, cuja prática insistiu na defesa da organização fabril, na democratização da entidade, na negociação direta com o patronato. Manifestavam-se abertamente contra o regime militar, opunham-se aos encaminhamentos legalistas e burocráticos do MIA e advogavam a ação direta das massas assalariadas contra o arrocho salarial. A greve foi deflagrada pela pressão direta dos trabalhadores das empresas em que estavam mais organizados, como a Cobrasma, a Lonaflex, a Brown Boveri, a Barreto/Keller (Ibrahim, 1986:51-71). O movimento grevista esgotou-se na estrutura oficial, o que desnudou, de modo amargo, o papel que esta representava no controle da classe operária, já no quadro de ausência de demagogia populista e de fechamento político. Mas não poderia ser outro o seu fim, numa conjuntura de repressão que inviabilizava o avanço político e organizativo necessário para o movimento efetivar sua proposta autônoma (BATISTONI, 2001, p. 43).

A greve de Contagem (MG), em 1968, foi uma das poucas mobilizações dos trabalhadores por melhores condições e contra o arrocho salarial, mas foi também reprimida pelos militares e, segundo Antunes, a desorganização e a presença estudantil no movimento tiveram “consequências nefastas”, de forma que a greve durou apenas quatro dias. Apesar dos fracassos em 1968, metalúrgicos de São Paulo conseguiram organizar um grupo de oposição sindical, mas era difícil apresentá-lo à classe operária como uma alternativa para a repressão e a pouca representação desta:

²⁵ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Verbete CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

A gente não teve condições de passar, realmente, para a ofensiva, enquanto operário. Mas conseguimos um avanço, porque saímos da era mais crítica, que foi o tempo em que a gente passou realmente se preparando mais, de 1965 a 1968. A gente achava que 1968 já era possível, mas não foi (NOSELLA, 1980, p. 39).

A partir de 1968 a repressão aumentou, e apesar da participação nas eleições, era difícil fazer frente como chapa de oposição dos sindicatos que, em sua maioria, haviam sofrido intervenção do governo. Em 1968, “o ano que não terminou”, parafraseando o título do livro de Zuenir Ventura, em várias partes do mundo surgiram revoltas e manifestações contra o poder estabelecido, fosse qual fosse o sistema. Em maio desse mesmo ano, as ruas de Paris foram tomadas por jovens estudantes revolucionários que contestavam “tudo”, desde o governo ao Partido Comunista Francês. Na Tchecoslováquia socialista, os trabalhadores que promoveram a Primavera de Praga eram reprimidos pelos tanques soviéticos, nos Estados Unidos a luta era pelos direitos civis dos negros e contra a Guerra do Vietnã, e no Brasil destaca-se a Marcha dos Cem Mil, a batalha entre os estudantes do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP em São Paulo.

Os governos dos generais da chamada “linha dura”²⁶, Artur Costa e Silva (1967- 1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), promoveram o endurecimento do regime e da repressão²⁷. Uma das saídas foi a participação nas pastorais sociais da igreja, sendo a pastoral operária o principal instrumento de articulação dos trabalhadores a partir da base, mas é preciso salientar que religiosos e leigos da Igreja Católica não ficavam imunes à repressão do regime militar. No livro *Batismo de sangue* (1982), Frei Beto relata a perseguição sobre os frades dominicanos e em especial destaca o drama vivenciado por Frei Tito, que ficou traumatizado pelas

²⁶ Esse pensamento teve início antes, o interior da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, sob influência norte-americana, que desenvolveu a teoria de intervenção no processo político nacional. A síntese da teoria da preservação da Defesa Nacional afirmava que não se tratava mais de fortalecer o poder nacional contra eventuais ataques externos, mas reunir forças para combater um “inimigo interno” que procurava solapar as instituições MIKLOS, Jorge. *Diálogo dos Deuses Direitos dos Homens: Direitos Humanos e o diálogo inter-religioso na ação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns*. São Paulo: Plêiade, 2013, p.147.

²⁷ Baixado o AI-5, “partiu-se para ignorância”. Com o Congresso fechado, a imprensa controlada e a classe média de joelhos pelas travessuras de 1968, o regime bifurcou a sua ação política. Um pedaço, predominante e visível, foi trabalhar a construção da ordem ditatorial. Outro, subterrâneo, que Delfim Netto chamava de “a tigrada”, foi destruir a esquerda. Faziam parte do mesmo processo, e o primeiro acreditava que o segundo seria seu disciplinado caudatário. Desde 1964, a máquina de repressão exigia liberdade de ação. Com o AI-5, ela a teve e foi à caça. GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.345.

sessões de tortura e acabou se suicidando em 1974, na França. Kenneth Serbin, na obra *Diálogos nas sombras (2002)*, analisa as documentações e os depoimentos de encontros entre os generais do regime e a cúpula da Igreja Católica no Brasil entre os anos de 1970 e 1974, em que se destaca a atuação nos bastidores do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, na proteção e libertação de presos políticos durante a Ditadura Militar.

Nesse espaço, entre 1968 e 1974, a coisa fechou tanto, que a gente não podia se posicionar nem como oposição sindical. Então, o que sobrou para a gente foram algumas pastorais operárias e coisa do gênero, para poder ter uma atuação, ter mais liberdade. A igreja, inclusive, favoreceu isso nessa época. Mas entre 1973 e 1974, quando a gente estava consolidando realmente um trabalho e estava mesmo dando uma direção para a coisa e a categoria estava percebendo toda a manobra que o regime estava aplicando, a gente recebeu uma puta дума cacetada que foram as prisões. Em 1974 prenderam muitos companheiros aqui em São Paulo (NOSELLA, 1980, p. 40).

Entre os principais movimentos, destacam-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁸, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Custo de Vida (MCV)²⁹, os diversos sindicatos, sobretudo o dos metalúrgicos, e as Pastorais Operárias em São Paulo, essenciais para os movimentos de greve do final dos anos 1970.

Os ativistas sindicais e dos movimentos sociais que participavam das CEBs também colaboraram na organização do apoio da Igreja na

²⁸ A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos que pertence a um mesmo bairro popular, favela, vila ou zona rural, e que se reúne regularmente para ler a Bíblia e discuti-la à luz da sua própria experiência de vida. As CEBs fazem parte de uma diocese e têm ligações mais ou menos regulares com os agentes pastorais: padres, religiosos e, sobretudo, religiosas. Pouco a pouco, os debates e as atividades da comunidade se ampliam, geralmente com a ajuda do clero progressista, e ela começa a assumir tarefas sociais: lutas por habitação, eletricidade e água dentro das favelas, luta pela terra no campo. Em alguns casos a experiência dessas lutas conduz à politização e à adesão de inúmeros animadores ou membros das CEBs aos partidos de classe ou às frentes revolucionárias. LOWY, M. *Marxismo e teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991, p.46.

²⁹ O Movimento Custo de Vida surge (porém não com esse nome) a partir de clubes de mães na zona de M'Boi Mirim, na região sul de São Paulo. MOISES, José Álvaro. *Alternativas Populares da Democracia: Brasil anos 80*. Petrópolis RJ, 1982.

greve dos metalúrgicos em 1978-80. A sobreposição de papéis entre os membros dessas organizações era freqüente; os vínculos com a Igreja constituíam um componente essencial das redes dos movimentos sociais que se desenvolveram nos anos 1970 (KECK, 1991, p. 61).

O movimento sindical no ABC Paulista (Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul), desde o início do século XX, sempre se caracterizou como um dos mais atuantes de São Paulo. Antes mesmo de as indústrias automobilísticas e metalúrgicas surgirem, a classe operária já demonstrava grande poder de organização, mas muito longe do que foram as greves e manifestações do final dos anos 1970, como a greve da Scania, de 12 maio de 1978 ³⁰. John French, em *ABC dos operários* (1995), revela que a força de mobilização dos operários do ABC paulista vem já do início do século XX, antes da instalação das montadoras e multinacionais na região.

Antes da construção da ferrovia do café, a região conhecida hoje como ABC, sinônimo de ampla industrialização, era constituída apenas de pequenos vilarejos nutridos por economias de subsistência e pequenas olarias. Com a ferrovia, no final do século XIX, começou a mudar esse quadro e, posteriormente, se instalaram duas grandes fabricas têxteis gerando, a partir desse momento, constante industrialização nessa região.

Inicialmente, as relações entre empregados e patrões se davam de maneira tênue, já que grande parte dos operários era composta de imigrantes que tinham a mesma nacionalidade; o mesmo muitas vezes acontecia com os patrões. Pequenas oficinas e relações não bem definidas dificultavam a identificação desses trabalhadores como classe operária.

Havia poucos operários com a qualificação adequada, o que propiciava uma intensa procura por mão de obra qualificada. A partir de 1901, as empresas

³⁰ Paralisações parciais em São Bernardo, em setores da “Mercedes Benz” e da “Ford” e outros movimentos no interior das fábricas, sob severa repressão. Os trabalhadores da “Saab-Scania” cruzam os braços e realizam sua paralisação no dia 12 de maio. Essas ações deflagram um grande movimento, marcado por paralisações nas fábricas do ABC, que perduram até dezembro de 1978. Essa greve da Scania ficou conhecida como a dos “Braços cruzados, máquinas paradas”. Segundo Antunes “enquanto as greves de maio de 1978 assumiram a forma de paralisações parciais, por fábricas, os trabalhadores ficaram de 'braços cruzados, máquinas paradas' dentro das empresas, desencadeando uma ação que oscilou entre a herança de uma fase de resistência, defensiva, e um ressurgir com sinais de ofensividade” ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. São Paulo/Campinas, Editora Ensaio/Editora da UNICAMP, 1988, p. 167-168.

passaram a investir em tecnologia, e dessa forma diminuiu o poder de barganha de alguns empregados. Muitos operários decidiram que tinham que lutar coletivamente pelos seus direitos, mesmo que a relação capital/trabalho fosse, nesse momento, patrão/indivíduo.

Em 1905, Leuenroth funda o primeiro de uma série de jornais operários, “Terra Livre”, de tendência anarquista, e posteriormente, junto com seus companheiros radicais, constitui a Federação Operária de São Paulo (Fosp).

As reivindicações da classe operária eram vistas pelos patrões e classes políticas dirigentes como “caso de polícia”. Não existia diálogo, os patrões viam as relações com os empregados de maneira individual, portanto os operários não podiam impedir seus companheiros de trabalhar.

Os radicais anarquistas só conseguiam penetração na classe operária nos momentos de maior repressão, já que, nesses momentos, o “discurso anarquista” de uma união entre Estado, capitalismo e repressão tornava-se evidente.

O movimento operário teve seu apogeu entre 1917 e 1919, tendo como principal grupo os canteiros de Ribeirão Pires, que mesmo depois das derrotas de 1913-1914 continuavam mobilizados.

A influência anarquista nesse movimento dos canteiros era intensa, já que a visão de uma “sociedade de cooperativas”, guardadas as devidas proporções, tinha muito a ver com a atividade e o cotidiano dos canteiros, porque não existia forte presença do patronato. Comparado com o da indústria têxtil, seu serviço era feito por meio de tarefas.

Além disso, era necessária ampla qualificação para exercer o ofício dos canteiros, o que lhes dava forte poder de barganha. Ao contrário dos canteiros de Ribeirão Pires, os funcionários da grande indústria têxtil careciam, em sua maioria, de qualificação, o que prejudicava sua luta.

As elites industriais e políticas se uniram fazendo com que os anos 20 fossem de extremo enfraquecimento para o movimento operário. O movimento dos tenentes, apesar de haver algum suposto anseio das camadas médias, nada tinha de compromisso com a classe operária.

Com a Revolução de 1930, a causa operária vivia diante de incertezas. Mesmo que o novo governo resolvesse promover a legalização dos sindicatos e de alguma forma mudar a forma de resolver os conflitos de classe, o movimento operário estaria enfraquecido.

Segundo John French (1995, p.48) com a legalização dos sindicatos, o movimento operário viu a possibilidade de atuar dentro deles, mesmo que de maneira discreta. Os sindicatos e as categorias podiam, dessa forma, conseguir se estruturar melhor, ainda que a tendência fosse o conservadorismo, como no caso dos marceneiros de São Bernardo.

Nesse período surge a figura de Andreotti, que, junto com alguns companheiros, criou um nova União Operária, grupo que não era um sindicato, mas promovia debates em uma praça para refletir sobre os problemas do trabalhador. Andreotti adota uma postura diferente de seus antecessores, mais conciliatória, percebendo no Estado uma possibilidade de melhorias para os operários.

O fato de haver leis trabalhistas não significava o seu cumprimento, e isso acabou irritando os movimentos operários, que não viram, a partir de 1934, outra saída que não fosse uma luta em duas frentes. Deveriam tanto cobrar o governo quanto pressionar o patrão.

O agravamento das condições de vida das massas urbanas e rurais, e as tendências autoritárias de Vargas, forneceram os ingredientes para formar a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em março de 1935. A ANL era uma grande frente política formada por ex-tenentes, comunistas, socialistas, líderes sindicais e liberais aliados do poder.

Surgem então campanhas contra a "ameaça comunista". Getúlio Vargas começa a reprimir os militantes, e em 11 de julho de 1935 decreta a ilegalidade da ANL e manda fechar suas sedes. Ele estabelece uma política de coalizão com as elites e, no final do Estado Novo, tenta apelar às massas para conseguir apoio.

Segundo John French (1995,p.51), as lutas operárias no ABC foram tomando novos rumos de acordo com a conjuntura e suas possibilidades de resistência. Para o autor, o trabalhador tinha, ainda que difusa, a consciência de que a demagogia de Vargas era aceita apenas em relação às possibilidades de melhorias que apresentava, sem qualquer ilusão maior por parte dos operários.

O “novo sindicalismo”³¹ foi uma ruptura com o “sindicalismo pelego”, ou seja, parte dos trabalhadores do ABC, região que se tornou um dos principais complexos

³¹A partir de 1978, o cenário político e social é rico em experiências de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, numa perspectiva de unidade e luta contra o governo e contra os patrões. É uma luta salarial de caráter generalizante, que envolve uma série de categorias assalariadas. Surge uma série de fóruns intersindicais. A expressão política do novo processo social, deflagrada em maio de 1978 no ABC paulista, é a

industriais do país, revoltou-se contra os patrões e contra o governo, já que a realidade desses operários era marcada pela exploração e pelo arrocho salarial.

O MCV teve um papel importante entre os anos de 1973 e 1978 ao apontar as perdas salariais e o aumento do custo de vida para os trabalhadores. Essas análises e a formação das comissões de fábrica por militantes da Pastoral Operária ajudaram a fomentar as grandes greves metalúrgicas de 1978/1979.

Essas novas manifestações trouxeram novas lideranças sindicais, como Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, refletindo justamente o contexto histórico no qual a sociedade civil e principalmente os pobres começaram a se organizar. Essa organização, partindo em sua maioria de setores progressistas da Igreja Católica, começava a dar “voz” àqueles que nunca puderam de fato participar das decisões e exigir seus direitos.

O Brasil do final dos anos 1970 era um país de industrialização tardia que, após um grande crescimento econômico, demonstrou suas fragilidades com a crise do petróleo de 1973, ou seja, o “milagre econômico estava chegando ao fim”³². O crescimento econômico que o regime militar exaltava beneficiou sobretudo as camadas médias da população, destacando-se o consumo de bens duráveis como eletrodomésticos e automóveis. A maioria da classe trabalhadora foi excluída desse processo de desenvolvimento, e era carente de necessidades básicas como alimentação, saneamento e moradia.

Os Movimentos Sociais que surgem em São Paulo tinham em comum seu caráter democrático e participativo, construído a partir da base, trazendo uma experiência que essas pessoas, vivendo em um regime autoritário e excludente, não tinham. As CEBs, os movimentos contra a carestia, de mulheres faveladas, de negros, pela terra, todos eles refletiam os anseios da classe trabalhadora.

criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda – o PT –, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais, como o CONCLAT, que daria nas CGTs. É possível salientar ainda uma série de eventos de greves gerais e de greves por categorias, e ainda greves por empresas, que atingem as mais diversas expressões da classe trabalhadora e uma série de manifestações que indicam, no decorrer dos anos 80, o espírito de luta e resistência operária e popular de um Brasil que clamava por democracia política e social. Era uma "explosão do sindicalismo", ou ainda, de um "novo sindicalismo", que surgia e se desenvolvia partir de um mundo do trabalho estruturado, resultado da expansão capitalista dos anos 60 e 70. ALVES, Giovanni. **Do novo sindicalismo a concertação social, ascensão e crise do sindicalismo do Brasil (1978-1998)**. Revista Sociologia Política, n.15, Curitiba, Novembro, 2000.

³² A crise do petróleo e o arrefecimento econômico mundial vinham levantar o “véu de euforia” que o milagre produzira (MENDONÇA, Sonia R. & Fontes, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo, Editora Ática, 1998).

As mulheres, por meio dos espaços de participação na Igreja Católica e no diálogo com outras trabalhadoras, demonstraram também seu inconformismo, que não se resumiu a apenas uma esfera do social. A sua inquietação voltava-se em relação às más condições do bairro, à situação dos trabalhadores nas fábricas, ao custo de vida, enfim, contra toda situação de exclusão e exploração que caracterizava o regime militar no Brasil dos anos 1970.³³

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros (SADER, 1988, p. 313).

Os movimentos sociais que surgiram nos bairros e nas periferias de São Paulo nos anos 1970 tinham como principal característica a opção pela autonomia de organização dos pobres e trabalhadores. Não tinham acesso aos termos e conceitos próprios das humanidades, mas procuravam, com base nas experiências de seu cotidiano, mobilizar-se em torno de demandas e reivindicações em prol da coletividade, constituindo assim um novo sentido para a prática política.

Mas o cotidiano não pode ser pensado como um lugar mítico onde, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambigüidade de “conformismo e resistência”, expresso na “consciência fragmentada” da cultura popular (SADER, 1988, p.141).

Antes do surgimento dos movimentos populares nas periferias, parte importante da intelectualidade brasileira estava preocupada com os grandes temas nacionais e em como superar os retrocessos políticos pós-Golpe de 1964. Durante meados da década de 1960 e 1970, parte dos intelectuais da esquerda, como

³³ As transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil nas últimas décadas resultaram em dramáticos problemas sociais de todo tipo: marginalidade (o governo reconhece a existência de 40 milhões de pessoas vivendo em condições de miséria absoluta), migrações massivas, desemprego e subemprego, violência urbana, deterioração da qualidade de vida e das condições do meio ambiente (SOUZA, 1982, p.101).

Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso, buscava respostas para entender a realidade brasileira por meio de uma perspectiva da derrota, ou seja, da Ditadura Militar, que já durava alguns anos. O contexto político da época tinha uma importância latente para a problemática das pesquisas e questionamentos sobre como pensar o país dentro de uma conjuntura de repressão política e extrema desigualdade social. As perguntas poderiam ser feitas ao passado recente, mas também a um tempo mais distante, onde as continuidades e os resquícios de um Brasil colonial e escravista ainda estavam presentes.

Nelson Werneck Sodré, militar e historiador, apresentou uma concepção que representava a maioria do Partido Comunista Brasileiro³⁴ (Partidão), ou seja, via a sociedade brasileira dividida em dois grupos principais: a elite latifundiária ligada ao imperialismo internacional e à manutenção da economia agrária e exportadora; e a burguesia urbana industrial, constituída por trabalhadores e camadas médias de tendência nacionalista e progressista. A maioria dos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro acreditava que a elite agrária era responsável pelas relações de exploração que representavam o atraso e os resquícios das relações de servidão e escravidão. Com a união e o desenvolvimento dos setores progressistas, o país poderia criar as condições para a revolução. O Brasil teria, portanto, que percorrer todos os modos de produção para desenvolver as condições para a transição ao socialismo.

[...] o fato isolado, o caso único, o episódio irrepitível, não são suscetíveis de tratamento científico – não pertencem ao domínio da História. A base da vida em sociedade é a produção [...] O grau de desenvolvimento dos instrumentos de produção indica o poder da sociedade sobre a natureza, o seu grau de desenvolvimento. As épocas econômicas distinguem-se não pelo que os homens produzem, mas como produzem.

³⁴ O V Congresso do PCB (realizado em setembro de 1960) consolida esta orientação e põe como tarefa imediata a conquista da legalidade, para o que era necessário o Partido se adequar juridicamente à legislação partidária, inclusive com a mudança do nome “Partido Comunista do Brasil (PCB)”, que existia desde a fundação, em março de 1922, designando a Seção Brasileira da Internacional Comunista, para Partido Comunista Brasileiro – PCB. Posteriormente, o nome Partido Comunista do Brasil seria restaurado por dirigentes e militantes comunistas que saíram do PCB e criaram, em fevereiro de 1962, o PCdoB, uma outra organização comunista que, na época, discordava do processo de “desestalinização” ocorrido na União Soviética e, mais tarde, numa variação de sua linha político-ideológica (a exemplo do que voltaria a acontecer outras vezes na trajetória deste partido), haveria de se vincular ao maoísmo.

[...] a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último [...]. (SODRÉ, 1990, p. 3-4).

A análise do historiador Nelson Werneck Sodré sobre a sociedade brasileira demonstrou ser frágil na medida em que, durante o Golpe de 1964, a burguesia industrial, comercial e agrária, além de estar em muitos casos integrada por interesses comuns, no primeiro sinal de crise da ordem social burguesa apoiou o Golpe Militar.

Em suma, a noção de burguesia nacional não constitui unicamente fruto de uma falseada e apriorística visão da realidade brasileira. Ela representa um papel de grande relevo na política oportunista e de largas concessões a interesses estranhos à revolução, em que se envolveram importantes setores da esquerda que com isso se afastaram de sua rota natural e prejudicaram a marcha do processo revolucionário (PRADO JR., 1966, p. 224).

Caio Prado Júnior, de maneira reflexiva e heterodoxa, problematizou o Golpe de 1964 na obra *A revolução brasileira*, de 1966. Ele apontou erros e deficiências da esquerda brasileira em entender a realidade nacional buscando modelos stalinistas acrílicos e caracterizados por uma visão engessada e etapista da revolução. Por esse viés, Prado Jr. fez uma importante autocrítica sobre o Brasil pós-64, mostrando que a dialética e as múltiplas relações sociais presentes na sociedade à época foram ignoradas.

Sobre a mesma questão, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faizetto, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos elaboraram a Teoria da Dependência no início da década de 1970³⁵. Essa teoria questionava tanto o

³⁵Bambirra, Vânia. Capitalismo dependente latino-americano. Marini, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução (1969). Editora Insular, 1a. edição, Brasil, 2012. Dialéctica de La Dependencia (1973). Série Popular Era, 3a. edição, México, 1977. América Latina: dependência e integração. Ed. Brasil Urgente, 1992. Santos, Theotonio dos. El Nuevo Caracter de La Dependencia, Santiago, Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidade do Chile, CESO, 1967. Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter dela dependencia y el dilema latinoamericano (1969), Buenos Aires, Editora Periferia, 1972. Imperialismo y Dependencia (1978). Fundación

desenvolvimentismo autoritário das ditaduras sul-americanas como a solução desenvolvimentista etapista defendida por setores do Partido Comunista Brasileiro. A Teoria da Dependência colocava países capitalistas de industrialização tardia como o Brasil na periferia do capitalismo mundial e dependente dos países centrais.

O desenvolvimento de países periféricos como o Brasil estava atrelado à lógica dos países centrais do capitalismo. Os teóricos da Teoria da Dependência tiveram grandes dificuldades de se inserir no debate socioeconômico e acadêmico em razão da repressão no Brasil, e posteriormente da queda do governo de Salvador Allende no Chile, em 11 de setembro de 1973, um dos receptores dessa teoria. A dificuldade de inserção desses intelectuais no período pós-redemocratização e o avanço do neoliberalismo na América Latina nos anos 1980 e 1990 foram fatores decisivos para o enfraquecimento da influência desses estudos.

No final da década de 1970, grupos sociais excluídos da possibilidade de participação política e de acesso a demandas básicas como alimentação, moradia e educação começaram a ganhar espaço e interesse dos pesquisadores e intelectuais preocupados em entender a realidade brasileira.

Todos buscavam metodologias e teorias para interpretar as greves e a organização desses novos atores sociais e suas lutas por melhores condições de trabalho, moradia, alimentação, acesso à terra, direitos humanos e educação.

Ao analisar a construção da memória dos Clubes de Mães, é possível resgatar também parte da memória do movimento social brasileiro presente nas periferias de São Paulo que lutavam por escolas, creches, moradia, saneamento e sua importância no processo de redemocratização do Brasil. Nesse sentido, é preciso trazer à tona a experiência de mulheres da periferia que eram, em larga maioria, trabalhadoras pobres, muitas de origem negra, que ousaram reivindicar o básico.

2.2 Memórias e experiências do início dos Clubes de Mães

O Clube de Mães da zona sul de São Paulo foi durante as décadas de 1970 e 1980 um importante espaço de luta das mulheres, em especial das mulheres pobres da periferia que, através das reuniões e das mobilizações, puderam ressignificar seu papel como mulheres, mães e cidadãs. A luta contra a pobreza e a miséria eram as principais motivações dos movimentos sociais, e as mulheres eram as primeiras a sentir as consequências da exclusão social. Nesse sentido, o envolvimento de comunidades ligadas a setores progressistas da Igreja Católica foi de vital importância para a organização dessas mulheres.



Figura 4 – Os movimentos sociais, sindicatos e CEBs lutando pelo direito à livre organização na década de 1970. (Foto: Ricardo Alves)

A foto de 1978 mostra trabalhadores reunidos depois de uma assembleia do Movimento Custo de Vida próxima à Catedral da Sé, em São Paulo. A imagem demonstra a integração entre os vários movimentos sociais ligados à Igreja Católica em São Paulo.

Até a década de 1970, muitos bairros da região periférica de São Paulo, como a Vila Remo, tinham características mais rurais do que urbanas, apesar de fazerem

parte da capital paulista. Segundo Odete Marques,³⁶ ex-militante do Clube de Mães que residia na região de Santo Amaro desde a década de 1960, os bairros lembravam os vilarejos de cidades do interior, com criação de galinhas e porcos soltos nos quintais e nas ruas, não possuíam ruas asfaltadas, água encanada, saneamento básico ou coleta de lixo, e muitos trabalhavam em granjas e com agricultura, embora já houvesse grandes parques industriais.



³⁶ MARQUES, Odete. São Paulo julho de 2016. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz.

Figura 5 – O uso de animais como meio de transporte era frequente nas décadas de 1960 e 1970 na região de Santo Amaro. (Revista Movimento Nº1, 2014, Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp/Cedem).

Em Santo Amaro havia, na década de 1950, muitas chácaras para lazer e criação de animais; ali viviam muitas famílias que ainda gozavam de um ambiente de cidade do interior, mesmo morando em São Paulo. A industrialização crescente não demorou a chegar à região e rapidamente foi transformando a paisagem e as relações sociais.

A região de Santo Amaro também se expandiu e muitos loteamentos voltados para as camadas mais pobres da população foram criados. Apesar do alto valor dos terrenos, considerando os baixos salários pagos aos trabalhadores da região, os loteamentos vinham sem nenhuma estrutura e os moradores sofriam com as péssimas condições de vida.

Os bairros da região do M'Boi Mirim, na zona sul de São Paulo, foram crescendo junto com a industrialização que havia chegado à região de maneira descontrolada a partir de 1963. O inchaço populacional trouxe consigo o crescimento do comércio e dos sistemas bancários, que movimentaram os setores imobiliários e de construção civil.

O crescimento desordenado não significou somente progresso, mas evidenciou a desigualdade e também a miséria. São Paulo crescia de maneira assustadora e atraía muitas pessoas que fugiam da pobreza de todos os cantos do Brasil. Bairros como Vila Remo, Capão Redondo e Socorro, na região do M'Boi Mirim, foram aos poucos deixando as características rurais e adquirindo o formato das periferias atuais, onde a ausência do Estado e dos serviços públicos prevalecem.

Em entrevista, Dona Maria de Souza Reis falou das dificuldades que os migrantes passavam quando chegavam a São Paulo. Segundo ela, se os vizinhos e a Igreja Católica não ajudassem, muitos acabavam sucumbindo à miséria e à velocidade da capital paulista.

Veja no mapa abaixo amplo processo de urbanização que ocorreu em São Paulo entre os anos de 1963 e 1974. A grande maioria dos bairros cresceu sem nenhum tipo de infraestrutura ou planejamento. Entre as décadas de 1960 e 1970, aconteceu também um grande fluxo migratório para cidade de São Paulo, que não estava preparada para receber tamanha leva de migrantes. O mapa mostra o

crescimento populacional e dos bairros da periferia de São Paulo, com muitos migrantes em busca de melhores condições de vida e trabalho.

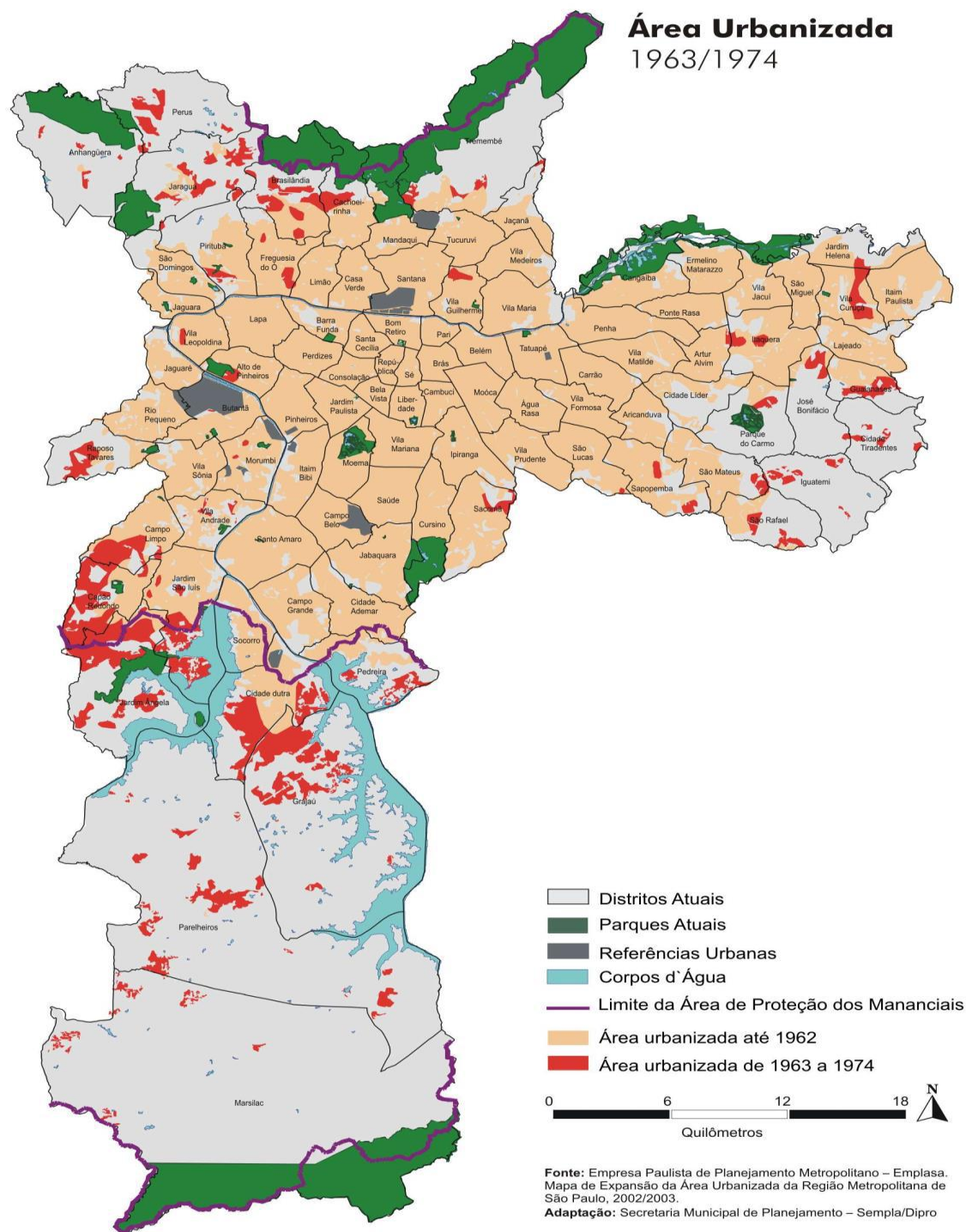


Figura 6 – Mapa da área urbanizada de São Paulo (1963-1974)³⁷

³⁷ MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2015, p.55.

As periferias de São Paulo cresceram para todos os lados, atraindo trabalhadores que buscavam empregos nas empresas metalúrgicas, de autopeças e na construção civil. Operários, mesmo sem estudo, conseguiam empregos em indústrias que produziam produtos de alta complexidade e valor agregado.

Na Vila Remo, segundo Odete Marques, no início da década de 1970 não havia coleta de lixo e os dejetos tinham que ser incinerados pelos próprios moradores. Não havia asfalto e água encanada, as crianças tinham que andar muito para conseguir ir à escola, o que era praticamente impossível quando chovia.



Figura 7 – Região Sul de São Paulo, Bairro do M'Boi Mirim, anos 1970. (Revista Movimento Nº1, 2014, Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp/Cedem).

Na imagem podemos ver as mulheres carregando água para uso doméstico, algo muito comum naquela época. Carregar água infelizmente era uma tarefa diária quase sempre incumbida às mulheres e crianças, fosse nas favelas, nas periferias ou no interior do Brasil. De acordo com a militante dos Clubes de Mães, Maria de Souza Reis, havia grande dificuldade com o banho e a higiene das crianças, pois as moradias eram muito simples e muitas vezes os moradores dividiam o poço e a casa

com os migrantes para não dormirem ao relento ou em contato com lama. Era comum cozinhar panelas grandes de sopa e polenta para ter comida e alimentação limpa para famílias numerosas e sem estrutura nenhuma, que chegavam o tempo todo a São Paulo.

O transporte coletivo era precário, e somente vinham até as localidades já urbanizadas. Aqueles que moravam nos bairros mais distantes sofriam para poder se locomover pela cidade. Muitos utilizavam bicicletas e cavalos para poderem se locomover para o trabalho, os estudos ou o lazer.



Figura 8 – A primeira linha de ônibus da região do M’Boi Mirim foi Vila Remo – Santo Amaro, na década de 1950 (Prefeitura de São Paulo, Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp/Cedem)

Segundo José Donizetti Martins, liderança comunitária da Vila Remo, em entrevista à Revista Movimento, a primeira e única linha de ônibus da região do M’Boi Mirim foi Vila Remo – Santo Amaro, que começou a circular na década de 1950. Maria de Souza Reis³⁸, militante do Clube de Mães, afirmou que muitos migrantes chegavam à região de Santo Amaro vindos do interior de São Paulo, do Paraná, de Minas Gerais e do Nordeste sem nenhum recurso. Essas pessoas

³⁸ REIS, Maria de Souza. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz. São Paulo, julho de 2016.

vinham muitas vezes sem documentos suficientes para obter um emprego na fábrica. Sem moradia, muitas delas passavam meses vivendo em barracos de lona ou madeira dependendo da ajuda da Igreja Católica e dos vizinhos.

As crianças brincavam e se divertiam do jeito que dava. Não havia creches e isso dificultou muito para que as mães pudessem trabalhar fora. Os quintais eram grandes e de terra batida, e as crianças inventavam brincadeiras simples como futebol, bolinha de gude, pipa e os famosos carrinhos de rolimã, que desciam as ladeiras em meio à poeira das ruas de terra.

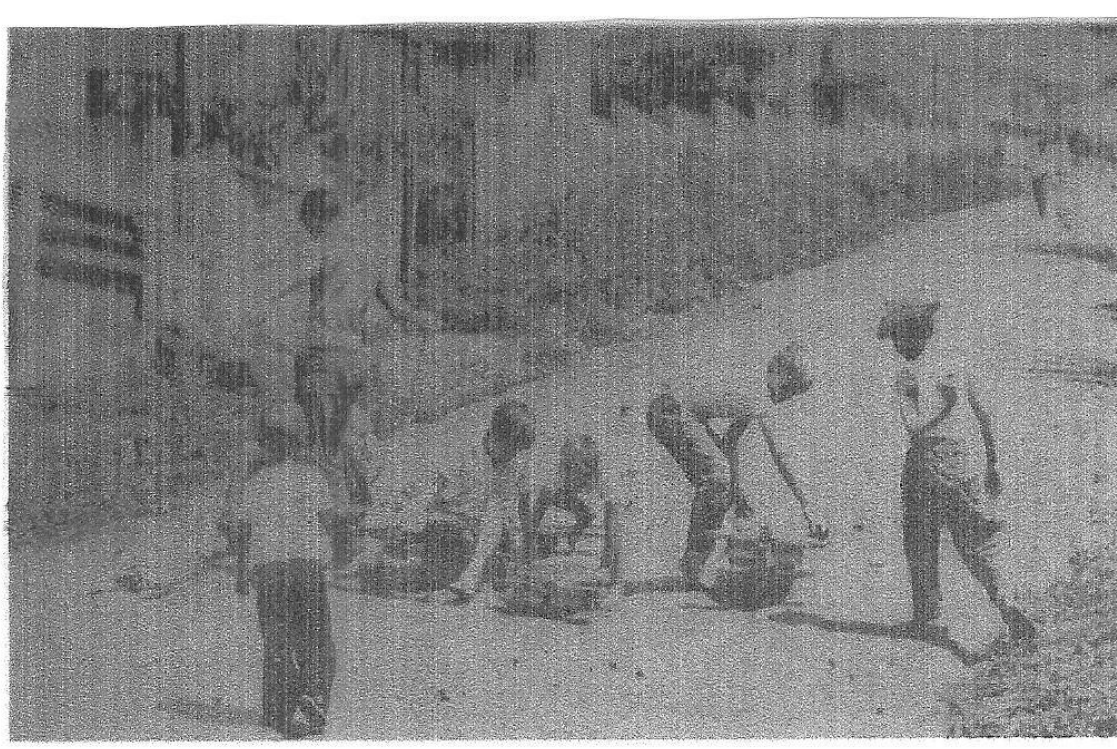


Figura 9 – Crianças brincando de carrinho de rolimã na década de 1970. (Revista Movimento Nº1, 2014, Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp/Cedem).

Nas periferias faltavam todos os serviços básicos e também igrejas. Em uma cidade como São Paulo era quase impossível para a Arquidiocese construir paróquias em todos os bairros que surgiam. Dom Paulo Evaristo Arns ao desfazer-se de um palácio para construir novas comunidades nas periferias em 1972 colocou em prática a denominada Operação periferia³⁹.

³⁹ Na edição de 2 de fevereiro de 1972, O SÃO PAULO noticiou a proposta. “Em São Paulo, o serviço é exigência humana e cristã, pois o problema da periferia nos fere os olhos, o coração, e terá que mobilizar as nossas mãos. A Operação Periferia será, pois, a ação por excelência desta Quaresma, toda colocada debaixo da Fraternidade”, afirmou Dom Paulo, que, naquele ano, destinou 35% da arrecadação da Campanha da Fraternidade a várias atividades missionárias e pastorais realizadas na periferia. Seguindo os passos de seu

Dom Paulo Evaristo Arns vendeu por cinco milhões de dólares o palácio episcopal Pio XII, para a Kobayashi Industrial, uma multinacional japonesa. A notícia foi divulgada pela imprensa internacional e vira manchete do Radiogiornale do Vaticano. A partir de então o cardeal passa a morar numa casa modesta, no alto do bairro do Sumaré (SANT'ANA, 2002, p.65).

Nesse cenário, as CEBs proliferaram em toda São Paulo, aglutinando pessoas de vários setores da sociedade, mas principalmente formando lideranças entre o povo mais simples.

Com a implementação da Operação Periferia, as CEBs floresceram em toda a cidade de São Paulo, imprimindo à colossal Arquidiocese um caráter de descentralização eclesial singular (SANT' ANNA, 2004, p. 65).

As demandas sociais desse período eram muitas, não só em relação aos direitos humanos e políticos, mas também no que se referia às necessidades básicas, como alimentação e moradia. Nesse sentido, movimentos como a Pastoral Operária e o Movimento Custo de vida também refletiam os anseios da sociedade por mudanças.



patrono, o apóstolo São Paulo, o Cardeal Arns queria evangelizar. Essa ação missionária vigorou de 1972 a 1978, quando a população da periferia no território da Arquidiocese à época, atingia aproximadamente 4 milhões de pessoas. O território da Arquidiocese era o maior do planeta e compreendia toda a Capital Paulista e alguns municípios da Grande São Paulo, como Osasco, Itapeverica da Serra, São Roque e Ibiúna, incluindo até áreas rurais. Jornal O SÃO PAULO, Edição Especial, 30 de junho de 2016.

Figura10 – Moradores no início da década de 1970, lutando pelos seus direitos sociais. (Revista Movimento Nº1, 2014, Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp/Cedem).

Com os espaços de participação reduzidos pela repressão da Ditadura Militar, a Igreja Católica passou a ter um papel essencial como espaço de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Na história dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 1970, os clubes de mães ocupam um lugar de destaque, e entre estes ressaltam particularmente os da periferia sul. Lá, entre as margens de Guarapiranga e a estrada do M'Boi-Mirim, a igreja de Vila Remo parecia um centro irradiador de organizações populares. (SADER, p.199, 1988)

Os Clubes de Mães, particularmente os da zona sul de São Paulo, foram espaços de mobilização social, política, religiosa e de libertação de mulheres simples que, com autonomia e organização, fizeram enfrentamentos extremamente importantes para a conquista de melhores condições de vida. Os Clubes de Mães como movimento social, segundo Odete Marques⁴⁰, começou em 1972, mesmo que existisse antes de forma muito diferente e passiva. De acordo com Sader, há uma espécie de mito de fundação entre as mulheres dos Clubes de Mães, e o ano de 1972 é lembrado como o início de tudo.

Mas como começaram os clubes de mães? Quando nos falamos sobre isso, suas participantes nos transmitem uma referência aparentemente contraditória. Ao mesmo tempo em que falam da existência de clubes de mães anteriores a essa década, elas não titubeiam em datar o começo da “sua história” no início dos anos 70 e, às vezes, mais concretamente, em 1972, na igreja de Vila Remo. Seja pelos seus testemunhos, seja por outros registros, ficamos sabendo da existência de clubes de mães e formas similares de organização de donas de casa desde, pelo menos, o fim dos anos 50, patrocinadas às vezes pela prefeitura, às vezes por associações benevolentes, ligadas à Igreja ou a entidades como o Lions Clube. Nessas associações, algumas mulheres, previamente capacitadas, ensinavam outras, pobres e necessitadas, a bordar, costurar e fazer outros trabalhos manuais, além de transmitir instruções de higiene e saúde (SADER, p.200, 1988).

⁴⁰ MARQUES, Odete. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz, São Paulo julho de 2016.

Entre os movimentos sociais da zona sul de São Paulo, os Clubes de Mães foram sem dúvida uns dos mais importantes a partir do início da década de 1970. Mesmo que alguns datem da década de 1950, para as suas militantes o período de fundação é o início da década de 1970. As mulheres fundadoras e militantes não vacilam ao colocar o ano de 1972 como data de início de um clube de mães que realmente pertencia à comunidade. Existem registros anteriores à década de 1950, mas eles apresentam algumas diferenças. Eram igualmente organizados pela Igreja Católica e liderados por mulheres geralmente ligadas ao Lions Clube, tinham função assistencial e origem econômica na classe média, e ensinavam artesanato e noções de higiene às mães da periferia.

Segundo as militantes Odete Marques e Conceição, os primeiros Clubes de Mães organizados pelas próprias mulheres do bairro surgiram entre 1971 e 1972 nos bairros de Santa Margarida, Santa Teresa, Figueira Grande e Vila Remo. Com o tempo elas começaram a se sentir inferiorizadas pelas senhoras do Lions Clube e houve desconfiança sobre os resultados do que produziam, uma vez que parte da produção do artesanato era comercializada em lojas no centro da cidade. Além de apenas reproduzirem as atividades que lhes eram atribuídas, Odete diz que havia uma separação visível entre as mulheres “caridosas” que vinham oferecer seus serviços e as mulheres da comunidade. Na região sul de São Paulo, mães formavam à época pequenos clubes, de início voltados para a convivência e o ensino de alguns ofícios, como costura e bordados. Senhoras de classe média que participavam do Lions Clube através da Igreja Católica promoviam oficinas de artesanato com as mulheres da Vila Remo e bairros vizinhos. No curso aprendiam crochê, pintura de guardanapo, corte e costura, entre outros afazeres domésticos.

As orientações de higiene, de acordo com Odete Marques, não problematizavam a desigualdade e a sociedade injusta que elas viviam. Parecia que as mulheres da comunidade não eram higiênicas por ignorância e não por não terem condições de adquirirem os produtos de limpeza:

“que se nós não tivéssemos pasta de dente para escovar os dentes, escovasse com bicarbonato, se nós não pudéssemos ter desodorante, que usasse limão, que também saía o cheiro” (SADER, p.201, 1988).

Mulheres participantes como Odete, Conceição, Irma e o próprio Pe. Luis, pároco da comunidade, começaram a desconfiar dos benefícios que eram trazidos pela caridade das damas do Lions Clube, principalmente em relação à convivência e à comercialização da produção artesanal. Apesar de produzirem muito artesanato, as mães não tinham nenhum controle sobre o destino e a comercialização dos produtos feitos por elas. Mesmo se sentindo lesadas, tinham receio de contestar as damas do Lions Clube, pois naquela época não havia ainda um protagonismo e iniciativa entre as mães da comunidade, elas apenas reproduziam os ensinamentos oferecidos sem nenhum questionamento:

Ela sabe que essas mulheres eram do Lions Club e que tinham chegado dizendo ao padre que queriam “fazer o bem, alguma coisa pelos outros”. Lembra que elas vinham uma vez por semana, traziam tecidos, traziam lã, traziam tudo que elas podiam imaginar e ainda traziam pessoas para cuidar das crianças enquanto elas se reuniam. Os trabalhos artesanais feitos nessas aulas eram depois vendidos em lojinhas especializadas, em lugares e esquemas que elas desconheciam. A ação de benevolência estabelecia uma tal distância entre assistentes e assistidas que estas mantinham um misto de gratidão e suspeita acerca da motivação das primeiras (SADER, p.201, 1988).

Em entrevista, Odete Marques relata a desconfiança que tinha em relação às mulheres do Lions Clube, afirmando que desde o início desejou um clube de mães formado e coordenado por mulheres da comunidade.

Conforme já dito, o ano de 1972 marcou o início de um clube de mães que passou a ter autonomia e ser organizado com base na realidade e nas necessidades dessas próprias mulheres. Elas deixaram de apenas reproduzir os valores e papéis estabelecidos a partir de uma visão do que deveria ser uma “mãe exemplar branca católica e de classe média” para serem protagonistas de sua própria história e da difícil realidade que as cercava.

Odete Marques ⁴¹ relatou que praticamente se definiu que a partir daquele momento as mulheres da comunidade caminhariam sozinhas e com novas diretrizes para os trabalhos do grupo. Em uma festinha realizada para o Clube de Mães, o Pe. Egídio percebeu que as mulheres do Lions Clube não se misturavam com as mães

⁴¹ MARQUES, Odete. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz, São Paulo, julho de 2016.

da comunidade, principalmente nas fotografias; sendo assim, após a festa, disse que a presença das damas de caridade do Lions Clube não seria mais necessária.

A decisão de Pe. Egídio no começo assustou e desagradou algumas mães que gostavam da presença das mulheres do Lions Clube, mas foi um momento importante para que as próprias mães da comunidade assumissem os trabalhos e definissem as prioridades. Com o tempo, os clubes foram se tornando lugares de luta e de mobilização, e neles se passou também a discutir a busca de melhores condições de vida e de serviços básicos que o Estado não oferecia com qualidade.

E aliás essa iniciativa do padre de Vila Remo correspondia a uma orientação geral de agentes pastorais da Igreja Católica. Desde o início dos anos 1970 uma comissão conciliar coordenava atividades de evangelização entre a população mais pobre da zona sul, englobando cerca de 80 paróquias, em que a catequese tradicional já se vinculava aos temas da libertação e ao estímulo à participação coletiva. Padres, freiras e leigos usavam o método Paulo Freire para aulas de alfabetização, promoviam reuniões de casais em que chamavam a atenção para um novo sentido da existência, organizavam cursos profissionalizantes onde também opunham a necessária dignidade do trabalhador ao individualismo amoral da sociabilidade capitalista, vinculando assim o cristianismo à ideia de uma existência comprometida com a luta pela justiça social, com a solidariedade, com a participação consciente na vida coletiva. Nesse sentido, houve a expansão das comunidades de base no mesmo período (SADER, p.203, 1988).

Nas comunidades da região sul, a valorização do protagonismo dos leigos passou a ser uma das principais metas da Igreja Católica de São Paulo no início da década de 1970. Muitos agentes pastorais, sendo eles leigos, freiras ou religiosos pertencentes a ordens católicas, todos passaram a fazer um trabalho pastoral de formação bíblica e social.

Esses agentes de pastoral, por intermédio dos cursos de formação popular, ensinavam pessoas simples a ler os textos bíblicos com base na realidade vivenciada por essas comunidades. Alguns deles, religiosos como Irma Passoni e a freira belga Cecília Hansen, vieram para as comunidades trazendo novas formas de vivenciar a fé. A religião não estava separada da vida social, da política e da luta por mudanças. Nos Clubes de Mães, a reflexão bíblica feita com base na realidade dessas mulheres tornou-se aos poucos o ponto principal das reuniões, que em algumas comunidades aconteciam toda semana e, em outras, a cada quinze dias.



Figura 11 – Reunião do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, Vila Remo, 1977. Fonte (Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp/Cedem)

A possibilidade de refletir sobre os textos sagrados da bíblia junto com as próprias colegas e apoiadas em seus problemas e sofrimentos trazia motivação e liberdade para que elas pudessem expressar seus sentimentos e angústias.

A presença dos agentes pastorais na formação dos Clubes de Mães foi decisiva, mas o protagonismo e a autonomia eram das mulheres da comunidade. O papel emancipatório da educação era reforçado em qualquer circunstância. Quanto mais tinham acesso à formação, mais valorizavam o saber e a importância da educação para a dignidade humana. A metodologia de Paulo Freire⁴² utilizada pelos agentes de pastoral e educadores populares partia da realidade dos educandos, na maioria das vezes pessoas pobres e simples, para produzir o conhecimento. As mulheres que participavam dos Clubes de Mães tinham saberes, mas ligados às

⁴²Paulo Régis Neves Freire, educador pernambucano, nasceu em 19/9/1921 na cidade do Recife. Foi alfabetizado pela mãe, que o ensinou a escrever com pequenos galhos de árvore no quintal da casa da família. Quando ele tinha 10 anos de idade, a família mudou para a cidade de Jaboatão. No ano de 1947, foi contratado para dirigir o Departamento de Educação e Cultura do Sesi, onde entrou em contato com a alfabetização de adultos. Em 1958, participou de um congresso educacional na cidade do Rio de Janeiro. Nesse congresso, apresentou um trabalho importante sobre educação e princípios de alfabetização. De acordo com suas ideias, a alfabetização de adultos deveria estar diretamente relacionada ao cotidiano do trabalhador. Desta forma, o adulto deve conhecer sua realidade para poder inserir-se de forma crítica e atuante na vida social e política. No começo de 1964, foi convidado pelo presidente João Goulart para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização. Logo após o golpe militar, o método de alfabetização de Paulo Freire foi considerado pelos militares uma ameaça à ordem. Viveu no exílio no Chile e na Suíça, onde continuou produzindo conhecimento na área de educação. Sua principal obra, *Pedagogia do oprimido*, foi lançada em 1969. Nela, Paulo Freire detalha seu método de alfabetização de adultos. Retornou ao Brasil no ano de 1979, após a Lei da Anistia. Durante a prefeitura de Luiza Erundina, em São Paulo, exerceu o cargo de secretário municipal de Educação. Depois desse importante cargo, onde realizou um belo trabalho, começou a assessorar projetos culturais na América Latina e na África. Morreu na cidade de São Paulo, de infarto, em 2 de maio de 1997.

questões do cotidiano e da vida. Os educadores, então, partiam desse princípio para formar lideranças e refletir sobre o evangelho e as lutas sociais.

Dificuldades existiam, pois a maioria das mulheres do clube ainda estava acostumada apenas a ouvir e praticar uma religiosidade mais piedosa e de orações, ou seja, elas não costumavam falar em público, expressar suas opiniões e, principalmente, serem ouvidas por outras pessoas.

A participação das mulheres nos Clubes de Mães ganhou um aspecto formativo e de questionamento da sociedade e de suas estruturas sociais. A possibilidade de ler e interpretar um texto sagrado como a bíblia com outras mulheres de origem simples e pouca escolaridade produziu em várias militantes um sentimento de liberdade e autonomia em relação à sua vida e à forma de ver a religiosidade.



Figura 12 – Formação do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, 1977.

Em São Paulo, muitas das mulheres participantes estavam longe das cidades de origem e do restante da família, portanto as reuniões também eram um espaço importante de socialização e partilha das aflições e dificuldades do cotidiano dessas mulheres. Uma das militantes relata a importância de sua participação nos Clubes de Mães como forma de socialização:

Eu costurava muito para fora e não tinha tempo pra nada. Quando ia à missa aos domingos, o padre tinha a mania de apontar o dedo e

perguntar: Você! O que você faz durante a semana? Aquele você caía sempre em cima de mim e minha consciência doía muito. Um dia soube de um grupo de mulheres que se reunia e decidi ir de qualquer jeito. Cheguei lá e as mulheres estavam tricotando e fazendo crochê. Eu pensei: Isto aí eu quero. Eu já estou cheia de costurar! Depois veio a reflexão e eu achei interessante porque cada uma falava alguma coisa sobre o Evangelho com pessoas comuns. Antes era sempre na Igreja, onde só o padre o falava. No final da reunião, a irmã pediu para alguém assumir a reunião da semana seguinte e eu me ofereci. Só que depois disso acabei assumindo de vez (SADER, p.205, 1988).

Segundo Sader (1998), as motivações que levaram grande parte das mães a participar dos clubes passavam por três aspectos principais. O primeiro era a socialização com outras donas de casa e a possibilidade de criar novas amizades. Uma militante em depoimento ao Grupo de Educação Popular relata como os Clubes de Mães possibilitaram que ela conhecesse outras mulheres e rompesse com a rotina dos afazeres domésticos:

Em primeiro lugar, para muitas tratou-se de simplesmente achar um lugar onde se encontravam com outras donas de casa, podendo conversar, comentar a novela, os filhos, o caminhão de lixo que não passou, o vizinho que andou bebendo, o namoro da filha, o vestido que pretende fazer. Trata-se da extensão do mundo feminino, tal como constituído no espaço familiar. As distâncias da cidade grande, as separações da família extensa, o esvaziamento da vida doméstica pelas jornadas de trabalho tornam o cotidiano da casa às vezes solitário. O clube de mães aparece aí como uma extensão das relações de vizinhança (Sader, p.205, 1988).

A segunda motivação se dava pela rotina comum da maioria das mulheres vivenciada pelas participantes. Elas ficavam em casa quase todo o tempo cuidando dos filhos e fazendo os afazeres domésticos. O acesso a qualquer tipo de lazer e a passeios culturais era muito raro devido à condição financeira delas. Grande parte se sentia sufocada em casa e a possibilidade de conviverem com outras mulheres era extremamente atrativo.

A terceira motivação era participar dos cursos e formações propiciados pelos Clubes de Mães que, dependendo do grupo, oferecia oficinas de crochê, pintura, artesanato, bordado, higiene, e o mais importante, as leituras e a interpretação bíblica e debates sobre os temas sociais do cotidiano.

O Clube de Mães da zona sul de São Paulo teve um papel importantíssimo na resistência à Ditadura Militar e na luta das mulheres por melhores condições de vida para suas famílias. Contestando o regime por causa das privações do cotidiano, essas mulheres deixaram o espaço privado para ir às ruas, seja nas pesquisas de preços ou em protestos contra a carestia e a falta de escolas. Apesar da existência de Clubes de Mães e de outros movimentos similares em outras regiões do país, nenhum teve tanta importância e repercussão como o Clube de Mães da zona sul de São Paulo articulado com as CEBs, a Oposição Metalúrgica e a Pastoral Operária. Os Clubes de Mães acabaram se tornando propulsores de outros movimentos sociais. Partindo das lutas iniciadas, outras importantes lutas sociais ganharam as ruas e ajudaram a ocupar o espaço público da política que vinha sendo esvaziado pela repressão da Ditadura Militar.

CAPÍTULO III – ELAS OUSARAM LUTAR. QUEM ERAM ESSAS MULHERES?

Aninha e suas pedras

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha
um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas
e não entres seu uso
aos que têm sede.

Cora Coralina⁴³

3.1 A questão da maternidade

Neste capítulo pretendo – através da análise de entrevistas, algumas feitas por mim e outras concedidas à jornalista Jô Azevedo com as mulheres que fizeram parte do Clube de Mães da zona sul – identificar as mulheres que participaram desse clube, problematizando as várias motivações que levaram as militantes a promoverem uma participação política em um sentido mais amplo. Nesse sentido, é necessário entender que os enfrentamentos políticos que elas vivenciaram abrangem perspectivas de classe, gênero e raça, rompendo com o modelo tradicional de formação para mães até então.

No seu fazer, elas perceberam que não eram “típicas mulheres brancas de classe média”, e que dificilmente seriam aceitas nesse grupo. As contradições levaram-nas a enxergar a si mesmas e a realidade que as cercava. Esse despertar não aconteceu de maneira instantânea, mas por intermédio de todo um processo de formação, mobilização política e religiosa. O processo de sociabilidade, de construção de uma identidade coletiva, foi sendo construído por mulheres que sofriam as mesmas angústias e dilemas em relação à vida. A pobreza; a falta de

⁴³ Melhores Poemas: seleção e apresentação Darcy França Denófrío. São Paulo: Global, 3a edição, 2008. 4a reimpressão, 2011. p. 243

perspectiva profissional; as dificuldades da vida cotidiana, agravadas por uma rotina doméstica muitas vezes alienante; os maus-tratos do marido, enfim, todos esses aspectos em comum contribuíram para o processo de emancipação, ainda que lento, dessas mulheres.

Diferente dos grupos feministas das décadas de 1960 e 1970 dos Estados Unidos, da Europa ou do Brasil, que envolviam mulheres intelectualizadas dos grandes centros e cuja pauta era bem ampla e libertária, abordando temáticas que envolviam política, cultura, sexualidade e comportamento, os Clubes de Mães partiam das necessidades mais básicas do cotidiano opressor a que uma mulher latino-americana pobre e negra pode ser submetida.

Eles surgiram sob uma perspectiva assistencialista de senhoras da classe média do Lions Clube, tornando-se com o tempo um movimento de cunho social, político, religioso e contestatório em relação à realidade excludente das famílias dessas mulheres em pleno período ditatorial. Tendo por base os registros da experiência dessas mães, é possível construir uma análise que coloque a questão de gênero no centro da problemática histórica, refletindo sobre mulheres que, a partir de sua realidade, agiram e construíram relações de classe, políticas e identitárias.

Em um clube de mães tradicional, a principal identidade coletiva é a maternidade. O que fazia com que elas se reunissem e participassem de um coletivo era justamente o fato de serem mães dentro de um contexto histórico, social e cultural. Nesse sentido, a participação no clube de mães nasce também das preocupações inerentes a uma determinada concepção de maternidade.

É importante discutir qual visão essas mulheres tinham de sua maternidade e sobretudo sua atitude diante de sociedade que lhes privava até das necessidades básicas. Para Odete Marques, a experiência da maternidade foi um marco em sua vida:

A maternidade para mim foi uma benção, tudo o que fiz foi para meus cinco filhos e meu marido. As principais lutas foram em relação ao custo de vida, à saúde e educação, mas se pudesse faria tudo de novo. Não seria a pessoa que sou hoje se não tivesse participado dos clubes de mães...⁴⁴

⁴⁴ MARQUES, Odete. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz, São Paulo, julho de 2016.

A maternidade é uma temática ainda pouco estudada pela historiografia brasileira, apesar de ser um tema de importância primordial para a espécie humana. Naturalizada e sempre associada ao feminino, a maternidade era vista como algo inerente à condição feminina, como se ser mãe fosse algo natural para todas as mulheres, mesmo para aquelas que não tiveram filhos (MARTINS, 2005, p.1).

Segundo Ana Paula Vosne Martins (2005), as experiências de maternidade são formadas alicerçadas em um conjunto de diferentes sujeitos sociais, práticas e representações em que a concepção do que é ser mãe e o papel social que a maternidade possui em determinada época deve ser visto apoiado em uma historicidade e na disputa de diferentes discursos e ideologias. Martins define as experiências de maternidade da seguinte forma:

Entende-se por experiências da maternidade um conjunto bastante diferenciado de agentes sociais, de práticas e de representações atinentes a esta palavra que designa a qualidade de ser mãe, mas que também se refere a uma instituição hospitalar e a um imaginário no qual se articulam ideologias de gênero (MARTINS, p.1, 2005).

Ao estudar o Clube de Mães, a questão da maternidade não pode ser ignorada e naturalizada. Nas classes populares, a maternidade deve ser também problematizada para entender as motivações que levaram essas mulheres a se mobilizar politicamente. Cova (2005) fez um balanço historiográfico sobre o que foi produzido sobre o assunto na França até o século XX, e coloca a temática da maternidade como objeto de várias áreas da história, dos estudos feministas, dos estudos de gênero e das ciências humanas. A problematização sobre o tema ajuda a entender as perspectivas políticas que um Estado, um regime, uma ideologia têm em relação às mulheres mães e para seus futuros cidadãos. Cova (2005) aponta as várias possibilidades de abordagem histórica da temática da maternidade:

À guisa de conclusão, inesgotáveis parecem ser os temas que gravitam em torno da maternidade em diversas disciplinas. Na hora do balanço, nós reteremos, em função de todos esses trabalhos, que a história da maternidade alcançou incontestavelmente uma maturidade. Da história das mães à história da proteção da maternidade, até uma história comparada da maternidade e dos Estados de bem-estar social que leva em conta a categoria gênero, nós medimos o caminho percorrido. Cruzar o gênero e o Estado de bem-estar social continua parecendo uma linha forte de pesquisa. É igualmente uma história comparativa que se vislumbra com os

últimos trabalhos e anuncia belos dias para esse domínio de pesquisa (COVA, 2005, p.174).

Em países pobres como o Brasil, onde os serviços do Estado são precários, a condição social da mulher é um fator importante quando o objeto de estudo é a experiência da maternidade, além de outras variáveis, como etnia, gênero e local de nascimento.

Em depoimento, Maria Freitas, uma simpática senhora de 80 anos, falou que teve dez filhos e que a maternidade e a busca pela dignidade de seus filhos e das crianças da vizinhança foi o que mais a motivou na militância. Outra depoente, Odete Marques, afirmou que a maternidade a realizou como mulher e também a completou como ser humano. A partir do momento em que se tornou mãe, ela passou a ter outra concepção em relação à vida, muito além das vontades e ambições individuais.

Para entender a luta dos Clubes de Mães é fundamental problematizar a questão da maternidade entre as classes populares, porque é principalmente por meio da preocupação com os filhos e com o bem-estar da família que nascem as pautas sociais comuns a todas as mulheres. Martins cita a historiadora Françoise Thebaud (1986), com vários trabalhos sobre a maternidade, que identifica a questão como central para as definições culturais e históricas acerca do feminino:

Concordo com Françoise Thebaud (1986), historiadora francesa autora de vários trabalhos sobre a maternidade quando afirma que há um domínio da história das mulheres ainda a ser explorado, pois a maternidade, seja desejada, seja recusada, está no centro das definições culturais e históricas do feminino, traduzindo o papel que se espera das mulheres na sociedade. Indo além desta constatação, considero que a compreensão histórica da maternidade não só é importante para a compreensão da história das mulheres, mas da dinâmica do gênero no trabalho de eternização das estruturas da divisão sexual-social, apropriando-me de uma expressão utilizada por Pierre Bourdieu (MARTINS, 2005, p.10)

Martins (2005) problematiza a maternidade no Brasil, algo sempre tratado como natural e que praticamente não foi estudado pela historiografia brasileira. A pesquisa sobre os Clubes de Mães não têm a maternidade com temática central, mas é ela o principal fator de identidade entre as participantes do movimento.

Os Clubes de Mães também cumpriam um papel como formação e cuidado com a maternidade que deveria ser do Estado brasileiro. Portanto, é a ausência de políticas públicas efetivas para o cuidado com a maternidade e a educação que tornou necessária a formação de grupos como os Clubes de Mães.

A ausência de políticas públicas de bem-estar e de proteção à maternidade e à infância no Brasil contribuíram para o surgimento de movimentos sociais e pastorais sociais no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 voltados para o cuidado com a infância e a adolescência, como a Pastoral da Criança e a Pastoral do Menor. Mas não bastava tentar superar a miséria através de ações pontuais, era importante denunciar a injustiça social, o abandono, a pobreza e a mortalidade infantil, e isso foi feito de forma veemente pelos movimentos e pastorais sociais.

As primeiras fontes, portanto, são fontes orais que reconstróem a memória deste processo da transição. A memória materna foi o ponto de partida até mesmo para definir a temporalidade da pesquisa, pois era importante definir o perfil das entrevistadas. Partindo do conceito de geração e estabeleci, a partir dos conhecimentos prévios que tinha sobre a institucionalização da maternidade no Brasil, duas gerações: a primeira geração é composta de mulheres que nasceram antes de 1930, portanto, mulheres que iniciaram a sua vida reprodutiva mais tardiamente entre as décadas de 1940 e 1950, ou seja, engravidaram, deram à luz e criaram os filhos no momento em que se formulavam as políticas públicas para a maternidade e a infância no país. São mulheres que hoje estão com idades superiores a 75 anos e que, na sua maioria, tiveram os filhos em casa atendidas por parteiras, não freqüentavam consultórios médicos para fazer exame pré-natal, dificilmente levavam os filhos ao pediatra e não tinham disponíveis métodos contraceptivos seguros. A segunda geração é composta pelas filhas da primeira geração, ou seja, mulheres que nasceram entre as décadas de 1940 e 1950 e que entraram na fase reprodutiva entre as décadas de 1960 e 1970. Estas mulheres, diferentemente das suas mães, deram à luz nas maternidades, fizeram exame pré-natal, levaram os filhos aos pediatras, contaram com uma maior disponibilidade e variedade de produtos das indústrias farmacêutica, de higiene e de alimentos, além do fato importante de que entre elas estão as primeiras mulheres a integrar um movimento contínuo e crescente em busca de formação universitária e de profissionalização, bem como viveram experiências novas como o divórcio e o uso da pílula anticoncepcional (MARTINS,2005, p.4).

A geração das mulheres que participaram dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, em sua maioria, conforme alguns apontamentos de Martins (2005) e relatos delas próprias, podem ser consideradas da segunda geração. Boa parte desse grupo concebeu seus filhos em maternidades de hospitais e não com

parteiras. Dentro dessa perspectiva, é possível perceber que a preocupação dessas mulheres em procurar informações sobre cuidados médicos, higiene e formação para seus filhos foi mais efetiva que a das mães das gerações anteriores, mais acostumadas à vida no campo e a outros saberes de cura.

Procurando analisar os discursos político-ideológicos e confrontando as falas das mulheres atendidas por esses serviços médicos com as documentações e práticas oficiais descritas, Martins observou que estudar as memórias e experiências da maternidade sem ouvir a voz das mulheres e mães é repetir as práticas muitas vezes higienistas e preconceituosas do Estado e dos agentes de saúde em relação às gestantes e à própria concepção de maternidade e feminino. A História Oral tem um papel muito importante nos estudos que se referem à maternidade, pois proporciona entender as múltiplas relações e discursos de poder que envolvem o sistema de saúde, a política de Estado, as questões econômicas, culturais, étnicas, de classe e, principalmente, de gênero.

A maternidade é uma experiência da mulher, e ela deve ser a protagonista dessa vivência. Nos Clubes de Mães, a experiência da maternidade não as isolou em seu ambiente doméstico; com a dificuldade de vivenciar tal experiência em meio à pobreza e tendo poucas perspectivas, essas mulheres souberam construir espaços de reflexão, emancipação e participação política.

O trabalho de Martins (2005) se utilizou de uma documentação produzida pelos agentes públicos de saúde e por médicos para analisar os discursos em relação à maternidade:

Refiro-me à documentação produzida pelos agentes públicos, médicos, em particular, que a partir da década de 1920 passaram a ocupar funções nos órgãos e na estrutura burocrático-administrativa do Estado brasileiro e a defender a formulação e execução de políticas públicas de proteção à maternidade e à infância. Paralelamente a esta documentação produzida pelos quadros técnicos do Estado há que se destacar a produção do saber especializado na maternidade e na infância, em particular a Puericultura, cujos defensores vinham, desde o final do século XIX, acusando o descaso das autoridades públicas com a infância e a maternidade pobres e as altas taxas de mortalidade materna e infantil no Brasil. (MARTINS, 2005, p.5)

Através das documentações produzidas por agentes de saúde, médicos e instituições, Martins (2005) destaca a possibilidade de mapear as mudanças em

relação às políticas voltadas para a maternidade e a infância. É possível também problematizar os silêncios e as lacunas em relação aos dados sobre mortalidade infantil e materna.

São os médicos puericultores que vão integrar as estruturas responsáveis pelas políticas materno-infantis criadas a partir da década de 1920 e especialmente após 1930. Completando esta documentação há que se investigar o amplo, mas esparso conjunto de fontes escritas e fotográficas da atuação feminina benemerente que tanta repercussão teve desde o início do século XX, antecipando muitas vezes as políticas públicas (MARTINS, 2005, p.5).

No conjunto de fontes apresentadas por Martins (2005), existe forte presença de filantropia, principalmente nos grupos de atuação feminina. Percebe-se que a questão do cuidado e, se utilizarmos conceitos da consubstancialidade, os denominados trabalhos “care” (cuidado) quase sempre são associados às mulheres. Elas devem cuidar das crianças, dos pobres, dos doentes e de outras mães, muitas vezes exercendo trabalhos voluntários ou com remuneração precária. Nos Clubes de Mães houve uma ruptura com as perspectivas assistencialistas a partir do momento em que a pobreza e a exclusão social começaram a ser um tema de constante debate e contestação.

Martins relata que na documentação bastante vasta das décadas de 1930 e 1940 referentes ao primeiro governo de Vargas estão presentes os esboços de políticas públicas voltadas para a maternidade e a infância. O Estado começava a assumir demandas que em outros momentos eram relegadas às instituições confessionais e de caridade. Mesmo com a elaboração de políticas públicas voltadas para a maternidade, a mulher era vista como um mero instrumento que dava origem à prole, ou seja, ela não era o centro das preocupações, e a sua função era gerar filhos.

A elaboração de políticas públicas voltadas para a maternidade e a infância revela um vocabulário capcioso, pois aparentemente o discurso maternal parece defender os direitos das mulheres. Contudo, não se trata de uma valorização da mulher enquanto cidadã, ou de uma concepção universalista de direitos, mas sim do enaltecimento da função maternal (MARTINS, 2005, p.6).

A mulher que havia se tornado mãe dentro dessa lógica era um mero instrumento para que os cidadãos fossem gerados, e deveria seguir todos os padrões normativos esperados de uma mãe. Cabia aos profissionais da saúde e às

instituições saber o que era melhor para a criança. Os manuais de cuidado, de acordo com Martins (2005), utilizavam-se de uma linguagem simplificada e reduziam a maternidade não só a cuidados básicos com crianças pequenas, mas colocavam a mãe em um papel passivo diante da elaboração de políticas públicas voltadas para a infância e a maternidade, com a não contestação dos ineficientes serviços públicos prestados. Apesar de as mulheres terem participado da elaboração da Constituição de 1934, elas não chegaram a ocupar cargos de direção no governo. A decisão quanto às políticas públicas relativas à maternidade, à saúde e à educação permaneciam com os homens.

Outro aspecto importante na análise de Martins (2005) são os discursos e documentos produzidos pelo Estado, por médicos e por entidades filantrópicas sobre a maternidade. Tanto nos relatórios quanto nos manuais dirigidos às mães e nas políticas públicas voltadas à maternidade, a mãe aparece como mera coadjuvante na gestação e criação dos filhos. A mulher é reduzida ao papel de reprodutora que deve cuidar da criança e não questionar os saberes e práticas normativas do Estado e dos profissionais de saúde.

Assim como a maternidade não dever ser naturalizada, as péssimas condições sociais nas quais muitas mulheres viviam nos anos 1970 também não eram obra do acaso, mas fruto de uma realidade excludente. A miséria na qual vivia a maioria das mães dos grupos populares e do Clube de Mães não podia ser ignorada em suas reuniões porque fazia parte do seu cotidiano.

Recriminada pelos médicos e entidades filantrópicas era profundamente confrontada nas reuniões e reflexões feitas pelos Clubes de Mães. Essa experiência produziu entre as mulheres dos clubes uma identidade e uma nova forma de enfrentamento político. O machismo, a invisibilidade, a aparente fragilidade e ingenuidade atribuídas às mães pobres foi o componente que mais contribuiu para o avanço e o crescimento silencioso das práticas de contestação da realidade do bairro, da cidade e, por que não, do país.

3.2 Os Clubes de Mães e o cotidiano das mulheres

Muitas mulheres começaram a participar dos Clubes de Mães buscando opções na comunidade para poderem cuidar melhor de seus filhos, já que o Estado pouco ajudava em relação aos serviços básicos. Neide de Fátima Martins Abete,

uma das poucas mulheres que possuía instrução na comunidade da Vila Remo, teve um trabalho muito importante na prevenção de doenças, e posteriormente na luta por saneamento básico para a comunidade. Ela teve uma participação importante no Clube de Mães no que diz respeito aos cuidados com a saúde das mulheres da comunidade da época, que eram desprovidas de condições básicas de atendimento e prevenção de doenças. Suas palavras descrevem sua experiência:

Meu nome é Neide de Fátima Martins Abete eu sou auxiliar de enfermagem técnica sou casada tenho 2 filhos e 3 netinhos, meninas tenho um compromisso na comunidade, desde a minha juventude, um compromisso que me fez conhecer muita coisa quando eu me introduzi nos clubes de mães. Eu comecei a participar nos clubes de mães em 1972 quando eu participava com as mulheres da região sul, eu trabalhei no serviço de orientação da família aonde a gente tinha uma ligação com a comunidade muito grande porque as mulheres tinham muitos filhos, gostariam de evitar filhos mas dentro da saúde pública ainda não havia uma preocupação de ajudar as mulheres a terem os filhos que elas desejassem sem que elas usassem métodos que as prejudicassem e que prejudicasse a sua saúde.⁴⁵

No início da década de 1970, o saneamento básico, o acesso à água encanada não era algo comum em muitos bairros da zona sul de São Paulo, e com essa situação era comum adultos e crianças adquirirem doenças decorrentes das péssimas condições de higiene. Dona Neide exercia um papel muito importante na orientação e prevenção de doenças na comunidade:

E na região que a gente participava, atendendo as famílias, era uma região com muitas dificuldades. Faltava saneamento básico, então a verminose era uma causa de muitas doenças, da desidratação, inclusive da desnutrição. E a gente começou a trabalhar o conhecimento das mulheres, das mãezinhas no que era bom para que as crianças não adquirissem a verminose.⁴⁶

A mortalidade infantil no final da década de 1970 era alta em quase todas as regiões do país, pois faltavam cuidados médicos, saneamento e orientações de higiene básicas para a população, sobretudo nas periferias. Trabalhos e orientações feitos por mulheres como Neide foram decisivos para a saúde de muitas mulheres e

⁴⁵Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

⁴⁶Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

crianças da época. Ela fala em seu trabalho na Igreja no Serviço de Atendimento à Família, sobre suas convicções ideológicas atreladas à Teologia da Libertação e em especial do período de repressão durante a Ditadura Militar.

Eu estive na Vila Remo que foi uma extensão assim do, eu trabalhava tinha o meu salário, era comprometida com o meu salário do SOF, mas eu no SOF que é Serviço de Orientação da Família, mas eu além disso eu tinha um compromisso na comunidade com a evangelização e isso me atraía muito porque os grupos eram ligados a uma comunidade que era uma comunidade que usava, que usava não, que vivia a teologia da libertação. Eu sou uma estudiosa da teologia da libertação com o meu marido, acreditamos nela ainda até hoje. Então me empolgava esse trabalho, não só como profissional mas como alguém que tem o compromisso de ajudar a ter uma sociedade mais justa. E lá a gente começou na Vila Remo com alguns cursos e vieram alguns profissionais do SOF, não foi só eu, que vieram trabalhar a educação dos filhos de uma forma mais democrática, eu fiquei mais empenhada na saúde. E foi muito interessante quando eu cheguei na Vila Remo com o padre Luis, Cecília, Conceição e algumas outras pessoas agora que eu não vou falar, senão eu vou ficar aqui muito tempo e nesta ocasião a gente fez uma roda de conversa muito gostosa e ao mesmo tempo crítica, que hoje eu valorizo aquilo como alguém que não está fazendo um serviço por um acaso na comunidade está-se fazendo um trabalho com responsabilidade e com consciência. Poucas pessoas me conheciam e era importante que todas as perguntas que ali foram feitas para mim mostrassem um pouco como era o meu caráter da minha conduta e o meu compromisso.⁴⁷

A participação em movimentos como o Clube de Mães despertava o surgimento de novas lideranças. Era necessário, segundo Neide, um cuidado especial, pois aqueles eram tempos de repressão e a Igreja Católica e suas pastorais já não eram livres de qualquer suspeita. Mulheres simples e homens também ajudavam com as formações e reflexões feitas sobre uma realidade de exclusão e pobreza que funcionou como crescimento pessoal e também em termos de consciência política:

Nessa roda eu acredito que tinha umas 12 a 14 pessoas. Era uma reunião um pouco fechada porque nós estávamos numa época difícil não dava para acreditar em todo o mundo porque o cuidado que o grupo tinha é de levar um trabalho sério e que a gente levasse um trabalho democrático, porque existia ainda aquele, este ranço grande

⁴⁷ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

que a ditadura trouxe do Ato Institucional nº 5 e que esse ranço trazia problemas políticos para os trabalhos organizados na comunidade.⁴⁸

Apesar de serem mulheres simples debatendo as dificuldades do cotidiano e de sua realidade, havia muito temor em relação aos aparatos repressivos da Ditadura Militar. Dona Odete Marques, mesmo conhecendo os perigos e sabendo da violência praticada pela repressão, dizia aos familiares não ter medo, pois estava lutando pelo que achava justo e correto. Mas Neide descreve dificuldades e realizações ao promover formações e fazer um trabalho importante para a comunidade.

Então nós tínhamos que entender isso e eu entendi muito bem aquilo me senti muito bem depois disso porque o padre Luis foi muito interessante com aquelas risadonas dele e o grupo era também muito agradável, então a gente organizou, eu me lembro que umas das primeiras coisas foi organizar um grupo de saneamento básico, em que a gente discutimos 4 encontros a gente discutiu todo o estudo da verminose e que nesse estudo a gente trabalhou com dinâmica de grupo, com grupos de dramatização, chegamos até a dar muita risada, que foi muito gostoso, desse grupo dessa coordenação marcou-se outro encontro, no qual eu voltaria para ver a programação do grupo e passei a ser aceita nesse grupo de uma forma assim fraterna de, uma forma humana fraterna e ao mesmo tempo construtiva porque a gente começou a construir a gente construiu o grupo, os grupos dos outros clubes de mães porque ali havia coordenadores representantes que ainda não tinham aquela formação de uma coordenação tudo assim tão assim tão assim científico mas era uma coordenação muito boa, que eram representantes que tinham de outros clubes de mães e que eu comecei a fazer parte assim, eu comecei me dando, acho que é por isso que eu assumi bastante, porque eu não fui lá para ser só uma mulher que ficava ouvindo ou concordando dizendo amém, mas eu era agente e parti para a ação e eu era ouvida e também era criticada quando precisava ser criticada esse ano 1992 perdão 72, desculpa erreí, a gente erra.⁴⁹

Odete e Neide afirmam sentir muito orgulho de poder ter participado da Igreja da Vila Remo. Na visão delas foi uma comunidade histórica no sentido das

⁴⁸ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

⁴⁹ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

lideranças e quadros que formou, além das ações políticas que promoveu em tempos tão difíceis.

Na igreja da Vila Remo igreja pobre, todo mundo pobre, mas muito interessante a gente saía de lá muito alimentada porque respondia ao compromisso que a gente tinha porque nossa sociedade a gente sabia que tem pessoas comprometidas com a transformação da sociedade, com a mudança e tem pessoas que estão aí só arrastando e ali a gente sentia que iria que aquele grupo queria uma transformação.⁵⁰

Outra entrevista foi com Lurdes, amiga de Ana Dias, esposa do operário Santo Dias. Lurdes, quando foi convidada a participar do Clube de Mães, achou que iria para um clube recreativo com piscinas e parques, coisa com a qual o marido não simpatizava muito. Ela não tinha a mínima ideia de como era, mas no decorrer das lutas e mobilizações chegou a participar escondida do marido nos piquetes, pois temia por sua segurança. Lurdes acabou se tornando uma das militantes mais atuantes, e convenceu seu marido posteriormente a entrar nos movimentos e pastorais das CEBs.

Eu falei aí eu vou pro clube fui convidada pra participar dum clube. Aí fui. Quando cheguei lá era aquele grupo de uns cara sentada ali fazendo trabalhos. Aí meu marido queria saber disse “Oh filho o clube não é um clube como você pensava não é um clube assim, fica bastante mulher sentada lá fazendo trabalhos. “Nunca vi clube só com mulher não, eu vou lá conhecer esse clube” Ele foi mas ele foi num domingo, tinha missa. “É aqui que é o clube”. “Ah aqui é uma igreja, que é isso aqui?” Até hoje tenho fotografia dele assim na missa lá. Era um barraquinho e padre Luis que dava memo a missa lá, mas foi muito interessante porque o que eu achava interessante no dia de a gente ir, levar a enxada, nossa, isso era uma coisa muito gostosa porque aquelas mulherada trabalhava com muita, muita alegria mesmo quando era pra ir pra rua fazer os piquete na rua a panela vazia e tal nossa pra mim era a maior coisa eu nunca tinha ido assim pra rua pedir, lutar pelas coisa. Era muito mole naquele meio e eu era muito assim agitada eu gostava de ficar na frente tinha de ficar na frente, tinha que ficar na esquina pra parar o carro eu adorava ficar ali, uma bandeira lá e eu dançava, meu Deus do céu, foi muito bom era muito assim agitado.⁵¹

⁵⁰Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

⁵¹ idem

Nem tudo foi alegria e satisfação para muitas mulheres que participaram dos Clubes de Mães. Muitas vezes o medo da repressão política e da Ditadura Militar era menor do que o medo da violência do marido. Algumas mulheres, com a participação nos Clubes de Mães, não aceitavam mais a violência e a exploração por parte de membros da família, principalmente dos maridos. Cecília descreve a dificuldade de superar a visão machista que muitos homens tinham da relação familiar. Na história dos Clubes de Mães, muitos homens superaram o machismo participando das atividades junto com suas mulheres e refletindo sobre as conquistas e resultados das lutas.

Então houve assim umas coisas muito séria nós vimos como nós temos que fazer, que metodologia temos que usar, que os maridos se envolvam também e não ficam assim numa agressão muito grande porque agora a mulher tinha mais consciência que ele e ela tentava ir trabalhar fora todas essas questões criou muito, muito conflito e muitos separaram e outros ficaram no meio. Uma vez uma mulher falou assim pa mim “Melhor eu nunca ter criado uma consciência”, uma mulher falou isso, porque quando ela começou a criar consciência ela começou a crescer, houve problema com o marido e ela não conseguiu integrar isto, outras dizem “Graças a Deus ...é complicado uma época ...⁵²

Com o tempo, as atividades dos clubes buscaram também de alguma forma integrar os maridos e toda a família nas atividades, mas não eram todos os homens que aceitavam as mudanças e a participação das esposas nos movimentos. Algumas mães participavam escondidas do marido, outras ficavam nas atividades até o final da tarde e voltavam para casa para preparar o jantar e terminar os afazeres domésticos antes que o marido chegasse. Muitas sucumbiram diante da truculência e brutalidade do esposo, outras resistiram, e com o tempo se separaram ou impuseram suas escolhas e conquistaram uma vida melhor.

Naquela época, a grande maioria das mulheres que vivia nas periferias da zona sul de São Paulo não trabalhava fora de casa e dependia economicamente do marido. Em entrevista e pesquisa feita com as mulheres que participaram dos Clubes de Mães em São Paulo feitas pela pesquisadora Moema Viezzer (1989), foi constatado que a maior parte das participantes dos Clubes de Mães não tinham

⁵² Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

terminado o hoje denominado ensino fundamental. Tinham na maioria idade entre 36 e 55 anos e não trabalhavam fora, apesar de que quando solteiras tiveram empregos remunerados.

A participação nos Clubes de Mães representou para muitas uma mudança em relação às perspectivas e à visão do mundo. Mas isso não foi tranquilo em uma realidade de pobreza e machista; romper com certos preconceitos e repressões que vinham do próprio companheiro exigiram muitos enfrentamentos.

A mulher latino-americana, brasileira, pobre e negra – se quisermos descrever as características que abrangiam a maioria das participantes dos Clubes de Mães –, ao questionar as relações de convivência, enfrentavam também um discurso oficial em relação ao papel da mulher na sociedade que legitimou e legitima a violência contra a mulher. Neide relata as dificuldades que muitas mulheres sofriam para superar o machismo e um cotidiano de opressão.

A questão que a Cecília tá colocando aconteceu muito mesmo, muitas questões tanto é que a gente tinha um cuidado de quando fosse quatro e meia botar todo mundo fora de casa porque tinha que fazer a comida e também tinha que se arrumar bonitinha porque era objeto de cama e mesa, arrumar comidinha e também ter tomado banho porque vinha cansado e tinha que entregar seu corpo querendo ou não querendo.⁵³

Neide relata que a questão da sexualidade, até pelos tabus e preconceitos da época, era pouco debatida nos grupos de mães, mas nas vezes em que o assunto foi pauta era possível notar as restrições que muitas mulheres sentiam em relação à vivenciar a sexualidade de maneira plena. Em geral, buscavam apenas satisfazer os prazeres do marido, pois havia pouco espaço para o diálogo e para uma troca afetiva mais participativa. Apesar dos divórcios serem um tabu e do estigma que trazia para mulheres desquitadas, várias militantes optaram por se separar de seus companheiros após se perceberem anuladas como mulheres e seres humanos. Outras conseguiram reconstruir suas relações dentro de uma perspectiva mais igualitária e feliz.

⁵³Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem),2003.

A gente trabalhou menos essa parte da sexualidade, do prazer da mulher, mas a gente deu umas pinceladas nessa questão que não dava muito pra gente trabalhar⁵⁴

Mesmo ampliando o debate e questionando o papel da mulher na sociedade, dentro da estrutura da Igreja Católica as questões relativas ao matrimônio, aos métodos anticoncepcionais e ao aborto permaneceram sem nenhuma mudança. A luta da mulher por libertação teria que ir além dos Clubes de Mães e das CEBs. Algumas mulheres militantes dos clubes, como Ana Dias, uma importante liderança da época, já apontava para os limites que os movimentos e as mulheres teriam dentro da estrutura e dos dogmas da Igreja, mas a luta por igualdade e direitos, na visão dela, não tinha mais volta. Em suas palavras, Ana Dias descreve os limites impostos pela Igreja Católica à atuação das mulheres:

Ana Dias comenta: “A Igreja só consegue ir até um certo ponto. E essa nossa luta de libertação não volta”. Esta visão é partilhada pela maioria das mulheres que encontraram na Igreja a chance de sair da alienação total em que se encontravam quando viviam só para a casa, o marido e os filhos. Com a prática adquirida e a consciência que emergiu, cabe agora às mulheres situar-se numa relação não dependente com a Igreja e outras instituições com as quais partilham propostas de transformação social (VIAZZI, 1989, p.67).

A Igreja Católica, mesmo os setores mais progressistas, não conseguia avançar no debate diante das novas demandas sociais, como as pautas feministas, ambientais, étnicas, de gênero, enfim, as chamadas pautas identitárias acabaram ficando sempre em segundo plano ou mascaradas pelas lutas de cunho mais classista e econômico. Tal relação com os sujeitos históricos fez com que mesmo em importantes pesquisas referentes à luta de movimentos sociais ligados à Igreja e à Teologia da Libertação a especificidade de alguns grupos como os Clubes de Mães fossem renegadas ao esquecimento ou a um papel secundário, mesmo sendo essenciais para a memória dos movimentos sociais no Brasil. O refluxo dos movimentos sociais nos anos 1990 e o interesse por outras temáticas fez com que

⁵⁴Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), 2003.

as singularidades de movimentos sociais e da Igreja como os Clubes de Mães ficassem ainda mais obscurecidos:

Os anos 1990 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil, deslocando alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares urbanos dos anos 70-80 alteraram-se substancialmente. Alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Sem falar nas crises externas decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais: queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, crise das utopias, ideologias etc. (GOHN, 2006, p.304).

Irma Hansen, ao ajudar a criar e reunir documentações do Fundo Santo Dias e do Fundo do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, além de colaborar para a reunião de várias entrevistas posteriormente feitas pelo Cedem e pela jornalista Jô Azevedo, contribuiu amplamente para a constituição de uma memória de luta e resistência, mesmo que frágil e fragmentada. A luta pela cidadania e por políticas públicas locais, a amplitude do significado do termo político para as práticas democráticas nas associações de bairro e no sindicato, além de serem uma experiência coletiva vivenciada por várias pessoas, encontraram eco no legado e na memória dessas mulheres, que tiveram suas vidas modificadas com a participação no Clube de Mães.

Benjamim alerta sobre a importância de se observar as sutilezas e os detalhes que os estudos que analisam a luta de classes devem ter. No caso dos Clubes de Mães, as fragilidades por vezes singelas se apresentam nas documentações, nas falas, nas memórias, e é justamente nas lembranças mais simples que residem as riquezas dessa experiência narrativa.

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada

vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas (BENJAMIM, 1994, p.231).

Benjamin ressalta a importância de o historiador não perder de vista a luta de classes para a reflexão sobre a história. Ao refletir sobre a memória do Clube de Mães, é necessário ter a percepção de que se trata também de uma luta silenciosa e sutil, mas que não deixa de ser um enfrentamento de classe pela memória dos trabalhadores. A história dessas mulheres é fragmentada e frágil, conforme já dito, mas não deve ser esquecida. A luta política e social, mesmo que na maioria das vezes resulte em derrota, motiva os movimentos sociais e de trabalhadores mobilizados em torno de melhores dias e relembrando as memórias daqueles que lutaram antes.

Nesse sentido, longe da idealização, o papel do historiador é analisar as manifestações mnemônicas que – a exemplo das entrevistas concedidas pelas mulheres do Clube de Mães, que demonstram orgulho por terem participado do movimento, mas também esperança em relação às conquistas e lutas realizadas –, de alguma forma, expressam anseios e utopias quase perdidos.

Existiu uma rara oportunidade de problematizar as entrevistas e narrativas de mulheres que se apresentam como fragmentos de uma frágil mas importante memória e identidade de movimentos sociais e pastorais que ainda hoje atuam nas periferias de São Paulo e do Brasil. Esse, segundo Benjamin (1994), deve ser o papel da história. Nesse contexto, segundo Joutard (2000), a contribuição da História Oral para a formação das identidades em um mundo marcado pela supressão das diferenças assume um papel de resistência e também de compromisso com a pluralidade e valorização de sujeitos políticos e sociais antes esquecidos pela história.

Odete Marques, uma das principais militantes dos Clubes de Mães, relata que o mais importante não seria lembrar-se das militantes individualmente de maneira personalista, mas valorizar as experiências de luta que essas mulheres deixaram na história do bairro e na história recente do Brasil. As conquistas e os exemplos dessas mulheres que construíram coletivamente seu espaço de participação política é o principal legado delas.

CAPÍTULO IV – AS COMUNIDADES COMO ESPAÇO DE LUTA

Liturgia

ave maria esquerda
ave maria da luta
ave maria que forma
que modela
o humano
eu sei que com essas palavras me dano
talvez suas metralhas me matem
suas salas me sufoquem
ave maria esquerda
ave maria de marcas
ave maria de lua
ave maria de sortes
ave maria de mortes
ave maria bandeiras
ave maria estrelas
cansados no anoitecer
ave maria da vida
perdida
brigando num sol amanhecer.

Alzira Rufino

4.1 A questão social na Igreja Católica

Já afirmamos que os Clubes de Mães foram um importante espaço de formação para as mulheres da periferia da zona sul de São Paulo nos anos 1970. Nesta parte inicial do capítulo, buscaremos contextualizar o momento de mudanças pelo qual a Igreja Católica passou a partir do final do século XIX, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, que representou o início da construção de uma Doutrina Social da Igreja para responder aos conflitos sociais da modernidade, e com o Concílio Vaticano II, que abriu as portas para os setores mais progressistas da Igreja.

A Igreja de Leão XIII, pelo menos a parte conservadora, não modificaria sua opinião sobre a sociedade moderna, nem o papa era um liberal, mas, como articulação política, foi necessário que o clero se voltasse para os problemas temporais que a realidade exigia para a própria condição da Santa Sé como principal instituição do mundo ocidental.

As mudanças trazidas pela industrialização não modificaram somente a vida de leigos e operários, mas toda uma ordem na qual os direitos de nascimento e berço já não contavam tanto quanto o enriquecimento e o poder trazido pelas “maquinas vorazes” que produziam e enriqueciam seus senhores como jamais visto. As relações cordiais e ao mesmo tempo paternalistas constituídas durante séculos eram solapadas pela competição e pela usura alheia, e o apreço do artífice pelo seu feito, substituído por infinidades de produtos que levavam consigo apenas “o suor da exploração e a indigência das mãos que os fizeram”.

Para a Igreja – “a sociedade dos homens perfeitos”, como o Vaticano I a concebeu –, eram temíveis os cenários de incerteza num “mundo imperfeito”, a ordem ameaçada pela cobiça dos patrões e, pior ainda, pela revolta dos desvalidos. Era necessário, para Leão XIII, que o progresso não prejudicasse a ordem social, como queriam os socialistas e revoltosos de todos os tipos, nem muito menos colocasse em questão a autoridade e os ensinamentos da Igreja em virtude do racionalismo e cientificismo, tão em voga no século XIX.

A encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, que na tradução para o português significa “Das Coisas Novas”, surgida em 1891, não foi a única nem a primeira encíclica do papa, mas entrou para a posteridade como o início de um novo aspecto doutrinal da Igreja, o aspecto social. Ela resultou de reuniões promovidas por ele em Friburgo para discutir questões sociais com pensadores católicos vindos da França, da Alemanha, da Áustria, da Itália, da Bélgica e da Suíça a partir de 1884, e foi constituída tendo por alicerce documentos provenientes de várias conferências que tinham como tema a situação da classe operária.

O acesso ao processo de elaboração do texto da encíclica somente foi possível, de acordo com Ildefonso Camacho, após a abertura de alguns arquivos do Vaticano em 1957. Desse processo participaram quatro pessoas: o jesuíta Matteo Liberatore, o cardeal Tommaso Zigliara, monsenhor Volpini e monsenhor Bocalli.

O Pe. Liberatore elaborou o primeiro texto, condenando o liberalismo econômico e apresentando duas alternativas: o socialismo e o antinatalismo malthusiano⁵⁵, mas criticou ambos como sendo insuficientes para a solução dos problemas da sociedade moderna. Ele defendia o retorno das corporações de ofício,

⁵⁵ Thomas Malthus defendia o controle da natalidade, pois acreditava que a população humana crescia desproporcionalmente em relação aos recursos e alimentos disponíveis no planeta.

que seriam tutoradas pela Igreja e pelo Estado. “O estudo do rascunho preparado por Liberatore evidencia sua inequívoca postura antiliberal”(CAMACHO, 1995, p.57)

O texto de Liberatore foi considerado insuficiente, e o cardeal Zigliara tratou de elaborar outro texto. O texto do cardeal dominicano Zigliara seguia um caminho diferente, colocava o socialismo como consequência das deformidades do capitalismo, apontando o primeiro como uma corrupção total dos valores da civilização cristã. Os operários deveriam ser afastados das “falsas doutrinas”, caso contrário a sociedade sucumbiria ao comunismo.

Para o dominicano, o socialismo não é, como ocorria com o jesuíta, uma alternativa ao liberalismo, mas sim uma consequência dele: se a revolução foi, antes de mais nada, uma rebelião contra a ordem estabelecida, que se manifestou em primeira instância no campo social e político, mais tarde invadiu também o âmbito econômico, provocando o levante dos trabalhadores contra os proprietários, aqueles unidos sobre a bandeira da abolição total da propriedade privada... (CAMACHO, 1995, p.57)

Para Zigliara, os trabalhadores, de vítimas, estavam se tornando uma ameaça à ordem social vigente. A defesa da propriedade privada é o eixo fundamental do texto do cardeal Zigliara, de forma que o socialismo e a consequente abolição da propriedade privada seriam a principal ameaça que os novos tempos poderiam oferecer à Igreja. Defender o retorno das corporações de ofício em um contexto de plena expansão industrial e do capital era difícil, mas manter e fortalecer a propriedade privada e promover a harmonia entre as classes sociais era extremamente oportuno. No texto, prevaleceu e foram aproveitadas apenas algumas considerações de Liberatore sobre a condição dos operários e as corporações que antecederam o capitalismo industrial.⁵⁶

Nessa perspectiva, a classe operária já não é a vítima de uma situação pela qual não pode ser responsabilizada; os operários transformaram-se na ameaça principal da ordem vigente... (CAMACHO, 1995, p.57)

O texto em italiano foi revisto primeiramente por monsenhor Bocalli, que modificou alguns parágrafos, e em seguida por monsenhor Volpini, que o traduziu

⁵⁶CAMACHO, Ildefonso. “Doutrina Social da Igreja”. São Paulo, Edições Loyola, 1995, p.55.

para o latim. Ele foi levado ao papa Leão XIII, que após alguns retoques chegou ao texto final. Em 15 de maio de 1891, foi publicada a encíclica durante o pontificado do papa Leão XIII. A encíclica *Rerum Novarum* é o primeiro documento de grande relevância da Igreja Católica a respeito das condições dos operários e das relações entre as classes sociais. Ela não se opunha somente ao socialismo, mas era também uma crítica ao liberalismo econômico daquele momento, reflexo da relação intransigente da Igreja para com os governos da Europa. Essa encíclica inaugura na Igreja Católica a Doutrina Social da Igreja, nova doutrina que tinha como principal objetivo combater os abusos do liberalismo e os ideais socialistas que vinham ganhando a simpatia de grande parte dos trabalhadores.

Para Leão XIII, a Igreja necessitava, através de seu instrumental teórico e filosófico, recuperar os espaços perdidos no meio intelectual para os positivistas, liberais e socialistas. O papa prezava muito a doutrina, enfatizando sobretudo a filosofia de São Tomás de Aquino. Ele foi um dos pontífices que mais encíclicas redigiu, totalizando 86 documentos sobre os mais variados temas. Até a criação da encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja não tinha em seu magistério uma diretriz definida para as questões sociais de alcance macroeconômico.

A preocupação da Igreja em relação aos pobres se restringia mais ao âmbito filantrópico e moral, em que a iniciativa individual prevalecia. Com a *Rerum Novarum*, as questões sociais tomaram efetivamente um caráter social, legando ao fiel a postura que deveria seguir dentro desse contexto social, político e econômico.

O texto da *Rerum Novarum* jamais especifica quais são os bens cuja a apropriação privada é preciso eliminar. Em nenhuma ocasião indica, como seria lógico, de acordo com a análise de Marx, que estamos falando dos meios de produção. Isso leva a duvidar de que a encíclica esteja se referindo ao socialismo de Marx, embora na época da publicação da *Rerum Novarum* suas principais obras já fossem mais do que conhecidas... (CAMACHO, 1995, p.58).

A encíclica foi dividida, segundo Ildelfonso Camacho, em partes distintas. A introdução refere-se à condição de vida e trabalho da classe operária; a primeira parte faz uma crítica ao socialismo e o renega como solução para os problemas existentes na sociedade da época; na segunda, a Igreja apresenta o caminho para a superação das dificuldades na sociedade industrial, baseado na colaboração entre a

Igreja, o Estado e as classes sociais; e na conclusão Leão XIII exaltou as partes envolvidas e o compromisso da Igreja para com a sociedade.

A Doutrina Social da Igreja anterior ao Vaticano II apresentava um caráter conservador e ao mesmo tempo buscava a todo custo romper com qualquer perspectiva de luta de classes. No Brasil, o clero, durante parte das décadas de 1950 e 1960, via a questão da pobreza como consequência do subdesenvolvimento e não do sistema socioeconômico, miséria essa amenizada por práticas filantrópicas e assistencialistas.

O contexto histórico das décadas de 1960 e 1970 foi, sem dúvida, marcado pela Guerra Fria, e a Igreja Católica também não escapou das implicações políticas desse período. A necessidade de mudanças para melhor adaptação à modernidade, e principalmente as incertezas quanto às diferentes realidades que muitas vezes apresentavam conjunturas marcadas pela intolerância e pela miséria social, eram os principais desafios para a Santa Sé.

Em 11 de abril de 1963, foi publicada durante o pontificado de João XXIII a encíclica *Pacem in Terris*, em meio às contradições dos conturbados anos da década de 1960. A crise dos mísseis em Cuba, ocorrida um ano antes, e a possibilidade iminente de um confronto de proporções catastróficas entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, fizeram com que, de algum modo, a Igreja se posicionasse, igreja essa que já vivia as mudanças do Concílio Vaticano⁵⁷. Num mundo dividido pela Guerra Fria, pelos povos da pobreza e da opulência, os conflitos assumem várias facetas e “as barricadas” que parecem se firmar em causas diversas refletem, tanto no mundo desenvolvido quanto no terceiro mundo, a luta de classes. Existem indícios de que a política de coexistência de

⁵⁷ O Concílio Vaticano II, que ocorreu entre os anos de 1961 e 1965, foi sem dúvida o maior acontecimento da Igreja Católica em todo o século XX. Trouxe-nos dinâmica missionária e responsabilidades para com o mundo atual. O *aggiornamento*, que significa atualização, mostrou-nos quanto a Igreja desejava anunciar o tesouro depositado e a ela confiado. Como resultado das reflexões, orações e trabalhos diversos durante todos os três anos seguidos do Concílio, temos um compêndio de documentos que tratam dos assuntos mais importantes ali suscitados. Esses documentos, de acordo com sua importância e temática, são classificados como Constituições, Declarações e Decretos. As Constituições Apostólicas são as de maior importância e tratam de assuntos fundamentais à nossa fé. Elas podem ser Constituições Dogmáticas ou Constituições Disciplinares (Pastorais e Conciliares). Quanto às Dogmáticas, tratam dos dogmas fundamentais da nossa fé; já as Disciplinares dizem respeito às determinações canônicas, oficiais da Igreja. O Concílio Vaticano II produziu duas Constituições Dogmáticas: a *Dei Verbum* (sobre a Revelação Divina) e a *Lumen Gentium* (sobre a Igreja). Também nos presenteou com duas Constituições Pastorais Conciliares: a *Sacrosanctum Concilium* (sobre a Sagrada Liturgia da Igreja) e a *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no mundo atual).

Moscou e a abertura do papa João XXIII para o diálogo político possibilitaram o caráter universal e humanista dessa encíclica.

Sendo assim, João XXIII, por meio desse documento, se posiciona diante das desafiadoras conjunturas políticas e sociais de seu tempo, causando amplo debate e discussão, tanto no meio eclesiástico quanto no âmbito secular, devido ao seu teor supostamente heterodoxo e polêmico. Nessa encíclica, o papa rompe com o “espírito de cruzada” de seu antecessor, Pio XII⁵⁸, momento em que havia uma ampla hostilidade para com qualquer forma de diálogo em relação aos comunistas e adeptos de outras confissões religiosas. A encíclica *Pacem in Terris* é a primeira a ser dirigida aos clérigos, fiéis e, de maneira especial, aos “Homens de Boa Vontade”. Tal exortação convida ao diálogo para além das fronteiras ideológicas e religiosas, e exprime um profundo desejo de promover a paz, como se pode perceber no trecho abaixo:

Aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários em paz e comunhão com a Sé apostólica, ao clero e aos fiéis de todo o mundo, bem com a todos os homens de boa vontade (João XXIII, 1963, p. 99).

Com esse documento, João XXIII demonstra o desejo de que a Igreja se incorpore às situações do mundo moderno. Para isso, escreve para todos os homens integrando a Doutrina Social da Igreja à carta dos direitos do homem, feita pela ONU⁵⁹. Dessa forma, a Igreja promove tanto a ordem sobrenatural quanto a ordem natural, considerando dois mil anos de Cristianismo e o aspecto humanista da promoção da dignidade humana. O Humanismo Cristão proposto pela Igreja pressupõe a “boa vontade” nas relações entre os povos e as classes sociais, mas possui em sua essência a negação dos interesses de grupos que, por sua vez, são antagônicos. Esses interesses não serão suplantados por “mera bondade” de ambos ou de uma das partes, mas sim pelo conflito estabelecido no processo histórico.

O homem, na concepção liberal da carta da ONU, é dotado de direitos e deveres que, na encíclica *Pacem in Terris*, se expressam de maneira efetiva, mas é

⁵⁸Os últimos anos de Pio XII se assemelharam muito ao regime de Pio X. Suprimiram-se as novas iniciativas na teologia e no trabalho pastoral, e os católicos direitistas, como o senador Joe McCarthy, lançaram-se ao combate do inimigo universal, o comunismo[...]. “Santos e Pecadores”, p. 266.

⁵⁹CHARBONNEAU, “Desenvolvimento dos povos”, p.53.

também um ser social que assume desde o início as contradições de sua existência e da sociedade onde vive.

Em 26 de março de 1967, durante o pontificado de Paulo VI, foi publicada a encíclica *Populorum Progressio*, que resultou de anseios do Vaticano II e novamente enfatizou questões de cunho social e econômico.

Nessa encíclica, o papa Paulo VI continuou o legado do papa João XXIII motivado pelos “novos ventos” do Vaticano II, pela Constituição *Gaudium et Spes* e pela inquietante situação que as diversas realidades apresentavam: a riqueza dos países capitalistas desenvolvidos e a pobreza no Terceiro Mundo. Ele se utiliza de uma linguagem contemporânea e coloca a questão social de maneira explícita, sendo que as várias abordagens feitas enfatizam o avanço do materialismo em detrimento do aspecto humano.

A Igreja avançou no diálogo com a sociedade, assumiu a existência das classes e afirmou a dignidade de ambas, mas negou o antagonismo existente entre os interesses destas em prol da coexistência pacífica na relação capital e trabalho. Essas são reflexões baseadas no modelo econômico do *Welfare State*, que, nos países desenvolvidos, absorveu em parte os conflitos de classe. É de caráter contraditório pensar que esses países promovem o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, já que a indiferença aliada à opulência em que vivem esses povos tende a desenvolver um *ethos* conservador.

A encíclica *Populorum Progressio* omite o aspecto classista das relações institucionais e estruturais, predispondo um humanismo desenvolvimentista baseado na colaboração mútua entre classes e países. Os limites da Doutrina Social da Igreja e as lacunas do Vaticano II, ao negarem o antagonismo entre os interesses de classe, trouxeram à cena novas inquietações e atores sociais que, independentemente de estarem no âmbito institucional da Santa Sé, assimilaram o conceito coletivo de “Igreja e Povo de Deus”. Sejam eles protagonistas, leigos ou religiosos, realizarão posteriormente na América Latina o papel de “militantes”, ou seja, o “germe” da Teologia da Libertação⁶⁰.

⁶⁰ A Teologia da Libertação, desenvolvida na América Latina por teólogos como Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, dentre outros, caracteriza-se pelo forte teor político de suas mensagens. Diferentemente da teologia pentecostal – que entende o mundo terreno como um espaço de provações para se alcançar o Reino de Deus –, na Teologia da Libertação prega-se que o Reino de Deus acontecerá aqui na terra, mas para isso é necessário libertar o povo de Deus de sua situação de opressão através de uma transformação (ou

Mesmo com a sociedade industrial e o constante processo de secularização, a Igreja continuava a ser a “derradeira fortaleza” ideológica do Ocidente, guardiã de valores e dogmas tão caros à civilização ocidental. Mas, como toda sociedade na década de 1960, ela não escapou das contestações e teve necessidade de mudar, mesmo havendo rupturas em algumas questões e continuidade em outras.

Entre os leigos e alguns movimentos eclesiais de base já havia mudanças no que dizia respeito a uma Igreja sensível a causas que tanto afetavam grande parte da humanidade, como a miséria e a exploração do homem pelo homem. Apontar os limites e as lacunas dessas mudanças não significa diminuir sua importância e sim perceber elementos de inquietude por parte de membros da Igreja que desejavam mudanças mais profundas para a sociedade, que no processo histórico emergem como movimentos sociais e políticos.

Os limites em relação à análise política e social do “humanismo católico” proposto por Roma não são exclusividade da Igreja, mas também subsistiam no Estado Moderno, tanto no Bloco Capitalista Ocidental como no Leste Europeu. Posteriormente à publicação da encíclica *Populorum Progressio*, no ano de 1968 foi realizado em Medellín, na Colômbia, a Conferência Episcopal da América Latina. Nesse encontro se manifestou fortemente a opção pelos pobres. Além desse importante evento, ocorreram em todo o mundo várias revoltas, como a revolta estudantil em maio de 1968 na França e na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos. No leste europeu, aconteceu a Primavera de Praga; no Brasil, o AI-5; e na China, a Revolução Cultural, que mostravam os diversos focos de inquietação em relação à sociedade e aos poderes estabelecidos.

A luta de classes dentro do campo da religião não é algo inédito se considerarmos alguns estudos de Engels sobre o cristianismo e as revoltas dos camponeses na Alemanha. Existe, sim, no tempo presente, a percepção de que “Deus não morreu” e de que a religião se manifesta ora como opressão, ora como

revolução) do sistema capitalista, eleito pelos teólogos como o grande responsável pelos problemas sociais enfrentados pelo povo. Essa vertente teológica encontrou nas CEBs um espaço profícuo para sua perpetuação. Em contrapartida, as Comunidades Eclesiais de Base que adotaram a TdL como orientação teológica acabaram por incorporar um perfil mais politizado de militância social (BOFF, 1981; THEIJE, 2002; TEIXEIRA, 1988; MAINWARING, 1989; LIMA, 1979).

instrumento de libertação do homem. Marx⁶¹ expressa essa concepção ao apontar o dualismo da religião na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, mas em sua fase hegeliana (LÖWY, 1991, p.11).

No Brasil, a Igreja Católica, que, em 1964, em grande parte apoiou o Golpe Militar, no final da década de 1960 tornou-se a principal interlocutora entre a sociedade civil e o regime político, e posteriormente teve papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil. Serbin (2001) teve acesso a documentos e entrevistas com bispos e religiosos nos quais foi possível observar as relações de conflito e cooperação que houve entre o regime militar e a Igreja Católica no Brasil:

Um dos fatores que contribuiu para essa mudança católica foi o Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965 e presidido, inicialmente, pelo então papa João XXIII. Dentre os vários objetivos propostos pelo concílio, podemos ressaltar um, o qual visava estruturar uma maior atuação do clero nos assuntos sociais. Essa atuação passaria, notadamente, com a interação das ações dos clérigos às atividades desenvolvidas pelo movimento de leigos católicos (SERBIN, 2001, p. 99).

Na América Latina e no Brasil, até meados dos anos 1960 prevaleceu dentro da Igreja a ideia de que as causas da pobreza e da miséria eram o subdesenvolvimento e não as desigualdades sociais. A ideologia desenvolvimentista, no caso do Brasil, esteve também de certa forma atrelada às políticas de crescimento econômico dos governos militares.

A Igreja na América Latina, no final da década de 1960, a partir da II Conferência Episcopal da América Latina, que ocorreu em Medellín em 1968, enfatiza a importância dos direitos humanos e a opção preferencial pelos pobres (SANT'ANNA, 2004, p.51).

O paradigma desenvolvimentista dava lugar, pelo menos em setores mais progressistas da Igreja Católica, a uma opção teológica de contestação da conjuntura social e econômica da América Latina, já que, durante os anos 1970, outras nações do continente, a exemplo do Brasil, vivenciaram ditaduras militares e todo tipo de autoritarismo. A dependência econômica em relação às nações desenvolvidas condicionava os países pobres e a maioria de suas populações à

⁶¹ A angústia religiosa é ao mesmo tempo a expressão da angústia real e o protesto contra a angústia real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação sem espírito, de uma situação sem espiritualidade. Ela é o ópio do povo.

miséria. Sendo assim, uma nova perspectiva teológica e política começou a ganhar força: a “Teologia da Libertação”

4.2 A Igreja Católica e os Clubes de Mães em São Paulo: a luta por direitos e dignidade

No Brasil, já havia movimentos católicos progressistas de jovens formados muitas vezes por leigos antes do surgimento da Teologia da Libertação, entre eles a JUC (universitários), a JOC (operários), a JAC (camponeses), o MEB (Movimento de Educação de Base) e a Ação Popular Católica. A Teologia da Libertação surgiu como uma diretriz de organização e mobilização das classes populares, principalmente a partir dos trabalhadores e das periferias de grandes cidades como São Paulo:

No final dos anos 70, no Brasil, quando se falava em novos movimentos sociais, em encontros, seminários e colóquios acadêmicos, tinha-se bem claro de que fenômeno se estava tratando. Era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja Católica, na ala articulada à Teologia da Libertação. A denominação buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das sociedades de amigos de bairros ou associações de moradores (GOHN, 2006, p. 281).

A esquerda tradicional no Brasil jamais conseguiu mobilizar tantos trabalhadores quantos os grupos de base e pastorais sociais, que souberam dar voz a esses operários e camponeses.

Um aspecto importante da Teologia da Libertação foi a capacidade de inculturação de costumes do povo simples, e, por intermédio da cultura popular local, a construção de espaços de luta e democracia em tempos de autoritarismo. Os leigos não somente ganharam espaço de participação na igreja, mas também de resistência política. Em São Paulo, durante a década de 1970, houve uma explosão demográfica e a expansão das áreas urbanas. A separação entre centro e periferia era cada vez mais evidente. Nesse cenário, as CEBs proliferaram em toda São Paulo, aglutinando pessoas de vários setores da sociedade, mas principalmente formando lideranças entre o povo mais simples.

Havia, nessas comunidades, a possibilidade de que trabalhadores comuns, fossem eles homens ou mulheres, exercessem liderança em seus grupos. As escolhas e decisões partiam da base e não necessitavam de que intelectuais ou pessoas de classes mais abastadas as conduzissem. As CEBs não tinham uma uniformização quanto à maneira de atuar ou em relação à metodologia de trabalho, elas funcionavam baseadas na realidade local e na organização de seus participantes, que variava bastante dependendo da região. Em algumas comunidades, a Pastoral Operária impulsionava as CEBs, em outras podiam ser os jovens; e no caso da zona sul de São Paulo, os Clubes de Mães foram os protagonistas. Viezzer (1989) destaca o papel das mulheres na comunidade:

No Brasil, os clubes de mães ligados às CEBs são mais e mais identificados como grupos onde as mulheres atuam de maneira impactante nos movimentos sociais urbanos. Não são disponíveis estatísticas, mas desde que há praticamente um Clube de Mães em cada CEB, e há hoje cerca de 90 mil CEBs em todo o Brasil, os Clubes de Mães devem estar na casa das dezenas de milhares. Talvez de 50 mil. Na América Latina devem se aproximar ou superar as centenas de milhares (VIEZZER, 1989, p.65).

Já dissemos que os Clubes de Mães que tiveram maior visibilidade e impacto político foram os da zona sul de São Paulo, considerando as lideranças e a articulação política com a Pastoral Operária, a Oposição Sindical Metalúrgica e o Movimento Custo de Vida (MCV). A década de 1970 foi o auge da expansão das CEBs e dos Clubes de Mães em São Paulo. As demandas sociais desse período eram muitas, não só em relação aos direitos humanos e políticos, mas também no que se referia às necessidades básicas, como alimentação e moradia. Nesse sentido, movimentos como a Pastoral Operária e o MCV também refletiam os anseios da sociedade por mudanças.

Os Clubes de Mães foram a porta de participação de muitas mulheres, que posteriormente acabaram tornando-se importantes lideranças políticas na comunidade, como Ana Dias, Odete Marques, Dona Maria Freitas, Irma Passoni, entre outras. Várias lutas foram iniciadas pelos clubes e em seguida apoiadas por toda a comunidade. As reuniões dos Clubes de Mães da zona sul, dependendo do grupo e do tempo de participação, ocorriam semanalmente, mas também havia grupos que se reuniam a cada quinze dias. As reuniões eram divididas em dois tempos: uma parte dedicada às atividades e trabalhos manuais; e outra, às leituras e

ao debate. Cada clube de mães tinha autonomia de buscar as atividades que mais agradassem à comunidade local:

Mas não se pode pensar nos Clubes de Mães como uma realidade homogênea, como se todos tivessem seguido o mesmo tipo de evolução. Muitos Clubes de Mães continuam, até hoje, nas atividades iniciais de fazer e ensinar outras mulheres a fazer bordado, tricô, crochê, tapeçaria, pintura. Preparam bazares para as festas da Igreja, lêem algum trecho da Bíblia e rezam sempre quando se reúnem. E não querem saber de falar de política (VIEZZER, 1989, p.66).

Alguns, até pelo tamanho dos bairros ou por terem poucos agentes de pastoral, tiveram dificuldades de fazer uma reflexão mais profunda sobre a religiosidade em relação à realidade social. Havia lideranças que, mesmo recebendo formação e tendo consciência da difícil conjuntura política que o Brasil vivenciava na década de 1970, preferiam não participar das ações de teor político e social, seja por temerem a repressão ou mesmo por comodidade. Mas as principais lideranças acabavam aderindo também à luta política, mesmo sabendo dos riscos:

Outras mulheres foram pouco a pouco sendo levadas a aplicar o que aprendiam no Evangelho na realidade do dia-a-dia, como dizem as entrevistas. E isso significou “lutar para conseguir o pão, trabalhar para melhorar a vida da gente, de todos nós aqui, porque todos somos irmãos, filhos de Deus...”, lutar contra a opressão dos pobres, porque o povo de Deus, a Igreja, “não é só o clero, somos todos”. Essas mulheres foram paulatinamente se envolvendo mais e mais nas lutas da comunidade, ou seja, participando dos movimentos sociais através das CEBs (VIEZZER, 1989, p.66).

Nos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, a forte presença de agentes de pastoral e principalmente as lideranças da própria comunidade fizeram com que cada vez mais mulheres aderissem às lutas sociais como consequência das reflexões religiosas e políticas praticadas na Igreja. A fé passou a ter para essas mulheres uma ligação profunda com a transformação da realidade que viviam, ou seja, ajudavam-nas a superar todas as formas de opressão para alcançar a dignidade humana.

A perspectiva de religiosidade dessas mulheres, de acordo com Maria Freitas, uma das principais lideranças da Vila Remo, passava principalmente pela libertação do ser humano de qualquer tipo de exploração e pela promoção da vida

em plenitude para todos. Dentro de um sistema capitalista de exclusão e repressão da democracia, restava ao cristão, segundo ela, fazer um enfrentamento político contra toda estrutura que gera a morte, atuando em defesa da vida e da partilha.⁶²

Para melhor organizar os trabalhos e criar a oportunidade para a formação de novos Clubes de Mães, os da zona sul de São Paulo criaram uma coordenação tendo como lideranças Odete Marques, Irma Passoni, Maria Freitas, Neide, Lourdes, Ana Dias, Dona Isabel e a freira Cecília Hansem. Todas essas mulheres foram fundamentais para que a experiência de um clube de mães ativo e politizado se espalhasse por outros bairros e regiões de São Paulo. Irma Passoni, no início da década de 1970, era uma religiosa que, mesmo militando como agente de pastoral nas comunidades e movimentos sociais, estava acostumada a viver em bairros estruturados de classe média. Para realmente sentir as dificuldades e os anseios da comunidade da Vila Remo, ela resolveu residir no bairro em que atuava. Ana Maria do Carmo, moradora e militante dos Clubes de Mães, relatou como ajudou as duas freiras a encontrarem uma casa para alugar no Jardim Santa Margarida:

Eu fui junto com a Irma e as outras religiosas ver as casas. Encontramos duas casinhas geminadas que foram alugadas, e abriu-se uma porta entre elas. O chão era de cimento vermelho. Tudo para elas era novidade, pois não estavam acostumadas. Até o choro de criança era novo. Quem viveu dentro de um convento, de repente você morar numa rua que não tinha água, não tinha esgoto. Elas passavam numa trilha em que as crianças faziam cocô no chão, porque não tinham banheiro. O transporte era outro problema. Era muito precário, mas essa era a vida do povo. As irmãs escolheram morar lá. A gente não tinha muita escolha, não: era onde o dinheiro dava (AZEVEDO, 2004, p.101).

No início foi difícil formar uma coordenação que abrangesse os bairros da zona sul, mas com a multiplicação dos trabalhos de base nos bairros, as mulheres foram articulando as comunidades em torno das mesmas diretrizes de trabalho e organização social. As coordenações dos Clubes de Mães não surgiram já centralizadas em toda região, e nem mesmo todos eles eram situados na região da Estrada do M'Boi-Mirim. Primeiramente, reuniam-se os clubes da região de Santa Margarida, Santa Tereza, Figueira Grande. Pouco depois, os clubes da Vila Remo e

⁶² FREITAS, Maria. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz, São Paulo, julho de 2016.

do Jardim Nakamura. Cada coordenação reunia uma representante de cada clube, embora pudesse ir mais de uma. O principal objetivo era ir fazendo com que cada uma das participantes fosse aprimorando suas metodologias. Mesmo que um pequeno núcleo de iniciadoras estivesse quase sempre presente, era muito alta a rotatividade das representantes (SADER, 1988, p. 208).

As coordenações, longe de terem um poder hierárquico, buscavam promover atividades que fortalecessem a participação e integração das mulheres nos Clubes de Mães. As diferenças em relação à preferência pelas atividades e mobilizações a serem realizadas dependia da realidade de cada grupo. Os passeios, as festas e diversões tinham o objetivo de atrair novas participantes e de provocar o diálogo sobre a realidade difícil que cada mulher e sua família enfrentava. A participação de toda a família em algumas atividades era de vital importância para o fortalecimento dos Clubes de Mães e para o surgimento de novas lideranças, pois, com o apoio do marido, as mulheres se sentiam mais fortalecidas a participar das mobilizações sem que isso significasse um conflito no interior da família.

Segundo Sader, os encontros de formação eram feitos a cada dois meses e tinham como princípio apresentar os objetivos dos Clubes de Mães, que eram: a valorização da mulher, a cidadania, a luta pelos direitos fundamentais e a perspectiva libertadora do cristianismo atrelada ideologicamente à Teologia da Libertação e aos textos de Medellín, que valorizavam a opção preferencial pelos pobres (SADER, 1988, p.210).

Os cursos, as aulas de artesanato, a religiosidade eram atividades importantes para os Clubes de Mães, mas não se pode negar que eram o pano de fundo para as mobilizações de cunho social e político.

Como consequência da formação, partia-se para ações práticas de enfrentamento político e para a reivindicação dos direitos sociais. Nos Clubes de Mães da zona sul, destacaram-se no início a luta pela coleta de lixo no bairro Figueira Grande, a reivindicação da construção de uma escola no Jardim Alfredo e o combate à verminose na Vila Remo, com a contratação do SOF (Serviço de Orientação à Família) através de cursos e cobranças ao poder público.

Os Clubes de Mães foram influenciados pelas transformações que a Igreja da América Latina e do Brasil sofreram, principalmente com o Concílio Vaticano II e os documentos de Puebla e Medellín, na Colômbia.

A opção preferencial pelos pobres e a Teologia da Libertação foram influências importantes para todo um trabalho que a Igreja Católica progressista, e em especial o Clube de Mães, desenvolveu nas periferias de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, principalmente.

A luta por direitos começou com preocupações simples do cotidiano, como a contaminação de várias crianças da Vila Remo por verminoses, a luta por postos de atendimento de saúde, por creches e escolas para as crianças, as grandes mobilizações em torno do custo de vida, até chegar aos anos 1980, com a defesa da participação das mulheres nos debates sobre a Constituição de 1988.

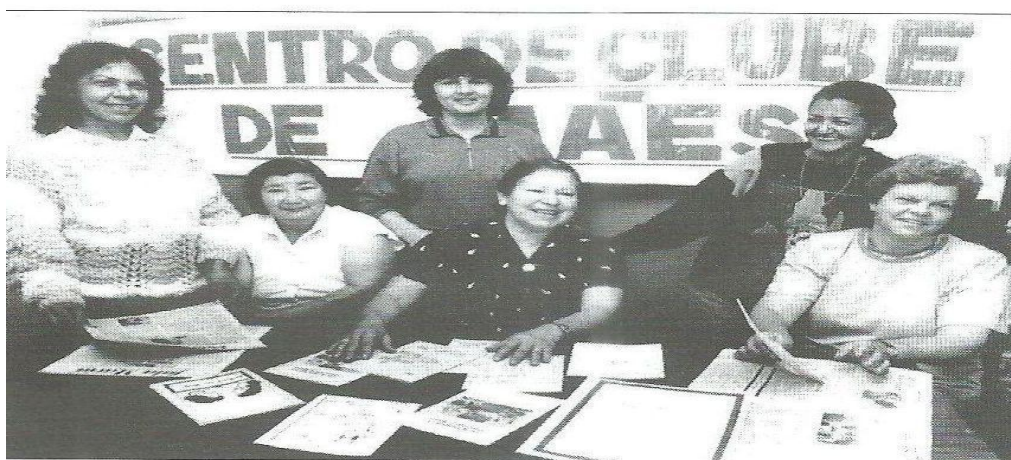


Figura 13 – Reunião da coordenação do Clube de Mães, início dos anos 1980. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

Na foto acima aparece um clube de mães atuante da zona leste de São Paulo que participou de uma formação conjunta. Nas reuniões dos Clubes de Mães era constante o debate sobre a participação das mulheres e sobre a forma como essa participação ocorria. Eram preparados questionários nos quais elas podiam expressar suas dúvidas e fazer até mesmo críticas à forma como foi conduzida a reunião. O monopólio da fala, a liderança não aberta às novas ideias, a falta de companheirismo com as participantes mais simples, todos esses aspectos eram constantemente debatidos pelo grupo. Zélia relata o trabalho e a luta das mulheres da região por água potável:

Depois disso os encontros que você teve, como é que eram esses encontros, as mulheres em grupos de quantas mulheres e como é que elas agiam, qual era o debate será que elas sabiam tudo sobre o que você ia falar, como é que... Você fazia? Estes..., vamos fazer a

diferença. Existia o grupo da coordenação que era aquele primeiro que eu tinha ido aonde o grupo mostrou as necessidades e os problemas quando o grupo, primeiro grupo que eu fui, que eu fui bem questionada para ver um pouco como que era o trabalho que a gente trazia, porque eu não trazia um trabalho meu, eu trazia um trabalho do conhecimento da realidade e a realidade da nossa região sul e também da outras áreas de São Paulo, eram muito tristes porque faltava o saneamento básico, não havia água potável, as pessoas sofriam muito com transporte, não havia creches, poucas creches, _____, teria momentos que não tinha nenhuma em algumas regiões então e as mãezinhas como aquela, aquela turminha de filhinhos doentes, não havia postos de saúde, então a carência era tão grande que a gente não sabia por onde começar.⁶³

Zélia, uma das militantes mais ativas e liderança do Clube de Mães, relata que nos cursos e encontros todos saíam querendo transformar a sociedade, mas ao se depararem com a realidade de algumas comunidades os problemas eram tantos que era difícil escolher uma prioridade. A falta de saneamento trazia doenças e a falta de creches impossibilitava as mães de melhorarem a renda da família, o que gerava um ciclo de pobreza e exclusão social.

A pobreza era tamanha que muitas vezes tirava a esperança de algumas mulheres de continuar a luta por melhorias, mas, segundo ela, o trabalho com as comunidades não podia parar. A preocupação com a saúde e com os filhos fez com que a questão da higiene e do saneamento fosse prioridade, e, através de cursos sobre a conscientização e melhoria das condições de higiene, iniciaram o trabalho nas comunidades mais carentes.

Mas esse grupo pontuou que seria melhor, então a gente decidiu que começaria fazendo um curso do saneamento básico que seria essa questão do século essa questão da verminose e da desnutrição, porque havia muitas crianças, nesta reunião. Aí o grupo saiu foram para os seus grupos marcaram um curso na Vila Remo nessa mesma sala que era a única que tinha, numa igrejinha bastante pobre e com dificuldade, mas valorosa e aí ali a gente começou a fazer os cursos uma vez por semana, não me lembro o dia, na parte da tarde ali nós passávamos a tarde estudando. Procurávamos fazer, a maioria em dinâmicas de grupo e fazendo dinâmicas diferenciadas para que as pessoas se sentissem bem, porque eram mãezinhas, a maioria não era alfabetizada e era assim mulheres que para sair de casa tinham que sair meio escondida, chegar antes da 4 e meia para

⁶³Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

arrumar a comidinha em casa para o senhor patrão marido, que naquela época era muito diferente de hoje, que se eles não chegassem bonitinhas com tudo arrumadinho com a jantinha pronta não poderiam vir no outro dia e muitas vinham a pé escondidas, então a gente já ali fazia no trabalho de que a mulher tinha que lutar pelo seu direito.⁶⁴

A metodologia utilizada pelos Clubes de Mães era baseada na aplicação de jogos e brincadeiras, partindo da realidade das mulheres para reflexões mais profundas. Aliás, Odete Marques, uma das militantes mais ativas, afirmou em entrevista que por várias vezes teve a oportunidade de fazer cursos de formação com Frei Beto, Leonardo Boff e, já nos anos 1980, com o educador Paulo Freire.

As mulheres tinham uma realidade muito difícil e enfrentavam obstáculos até para participar dos cursos. Zélia relata que muitos maridos não deixavam suas mulheres participarem das reuniões e cursos; algumas acabavam participando escondidas e antes que o marido chegasse já estavam em casa com o jantar pronto para ser servido. Antes de fazer o enfrentamento ao machismo e de assustar a mães que participavam dos grupos, era necessário conquistar essas mulheres e despertar nelas uma nova consciência.

Isso respondia a uma curiosidade, que eu tinha, muito grande, de ver o sofrimento dessas mulheres oprimidas pelos homens que. Hoje a gente ainda tem isso, mas numa situação um pouco melhorada, mas ainda existe. Esse curso foi um curso interessante porque no final dos quatro encontros a gente dava um comprovante de participação, era um instrumento que ela ia ter para mostrar na família. Olha um fiz isso estou aprendendo isso e já sabiam tratar melhor a água em casa que era água de poço, saiam de lá sabendo um pouquinho mais de filtrar águas que não tinham filtros, ferviam, bebiam a água e outras coisas na alimentação, nas verduras. Também falávamos dos alimentos verdes das necessidades de comer verduras e legumes e o nosso povo tem ainda uma história de comer arroz e feijão e uma mistura, então ainda hoje temos isso, mas foi alguma coisa muito boa para o conhecimento e a gente saía de lá muito gratificada, porque a gente fazia a avaliação e cada vez mais a gente via mais a vontade das pessoas virem. Parecia que aquilo era assim uma necessidade muito grande de voltar a fazer alguma coisa. Isso foi a nossa iniciação lá.⁶⁵

⁶⁴ Idem

⁶⁵ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

No início dos trabalhos, a questão da higiene e da alimentação foi muito importante para as mães participantes desenvolverem sua autoestima e poderem contagiar a família com as atividades dos Clubes de Mães. Mas a busca por higiene levava à luta por saneamento, e uma melhor alimentação levava à luta por melhores salários e ao questionamento dos preços e do custo de vida. Ou seja, para entender o processo de mobilização dos Clubes de Mães, é preciso fazer a leitura do todo e da complexidade que envolveu as experiências dessas mulheres.

3º ENCONTRO

10



Figura 14 – Cartaz de um encontro do Clube de Mães dos anos 1970 (Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem)

O cartaz apresenta uma mãe totalmente sobrecarregada por múltiplas responsabilidades e que, na maioria das vezes, não tem nenhum reconhecimento da sociedade. O papel social da mulher também foi parte dos assuntos discutidos nos Clubes de Mães; claro que de maneira sutil no início, mas sem deixar de expor as aflições dessas mulheres.

Os cursos sobre higiene e cuidados com a alimentação levaram também os moradores da zona sul a fazerem uma mobilização na Sabesp exigindo o acesso à água potável e ao saneamento básico.

Apesar de viverem na maior cidade do Brasil, a maioria dos moradores da Vila Remo no início da década de 1970 não tinha acesso à água potável e dependia de poços que eram feitos sem nenhuma fiscalização ou norma ambiental, causando

contaminação e doenças nos moradores da região. Segundo Zélia, era comum os casos de verminose e doenças digestivas decorrentes da falta de água potável.

Como ainda hoje tem tanto lugar sem saneamento básico, para conseguir o saneamento básico e a água potável, houve uma grande organização mais de, não sei se é 17 ou 25 ônibus que foram até a Sabesp que foi um movimento que Aurélio Peres, depois mais tarde foi feito, em aula que isso deveria conversar com a Conceição e o Aurélio, porque eles vão ter os detalhes, eu não lembro bem o ano porque a gente não tem nenhuma foto. Movimento pelo Saneamento Básico, água e esgoto e foi o Aurélio com a Conceição ...o Aurélio principalmente que veio com toda essa força eu acho que eles vão... eles vão poder falar disso. Eu me lembro que lá do Campo Limpo, do Jardim Lídia a gente conseguiu lotar um ônibus porque tinha um problema grande no Campo Limpo que assim, não era todos os bairros. A maior parte dos bairros, ou você furava o poço e achava só pedra e não tinha água ou em outros lugares você achava o poço com 2 metros, só que era uma água que jamais ninguém poderia tomar e às vezes nem tomar banho. Então foram anos de muita dificuldade, muita, até se conseguir essa água potável eu acho que como eu falei da Conceição e do Aurélio, eu não me lembro quase nada a organização, me parece que foi uma época que eu tinha dado à luz e fiquei um pouco afastada, tinha tido um filho...⁶⁶

As mobilizações por saneamento básico que também movimentaram a comunidade com o objetivo de conseguir água potável para os bairros era algo que atraía as pessoas, afirmou Odete Marques em entrevista, pois carregar água e ficar retirando dos poços era uma tarefa árdua que sacrificava muito as mulheres e que estava deixando os moradores doentes conforme os bairros cresciam e necessitavam de estrutura.

A religiosa Cecília Hansen relata que a partir de 1963 várias mobilizações e movimentos surgiram graças aos Clubes de Mães. As lutas eram muitas. Todas queriam colocar em prática aquilo que aprendiam nas formações, ou seja, queriam mudar a realidade que estava à sua volta, mas encontravam muitas dificuldades.

A partir de 73 e depois de muitas coisas paralelamente um grupo quer dizer no mesmo tempo porque surgiu então a necessidade, por exemplo, depois daqueles cursos aqui que a Neide deu, então nós vimos falta água falta isso falta aquilo, e eu e começamos a nos organizar e a maioria também destas as iniciativas ou as idéias surgiu

⁶⁶ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

dos clubes de mães e depois se ampliou muito se criou comissões e assembléias e etc. então isto foi assim nestes anos de 70, mas bem antes de 79 bem antes porque foi entre 72 ou não sei se está junto com o custo de vida, mas estes documentos agora, como já disse uma vez que estes documentos quase foram tudo destruídos, e eu não sei o que ficou lá e que não ficou. Se tá aqui no meio, ou uma pessoa ainda tem, mas eu fiquei sabendo poucos anos atrás agora, que lá na de Campo Limpo tinha monte de papel de movimentos da Vila Remo na reciclagem, não mas já foi. Eu fiquei sabendo quando tinha acontecido isso me dói muito, porque lutei demais para conseguir isto aqui, demais e muitas vezes já foi quase destruído e fizemos de novo, mas ver estava tudo embaixo de água quando cheguei de férias pusemos tudo no sol e refizemos de novo, mas muita coisa nestas mudanças eu acho alguma coisa se perdeu mas eu acho então eu não sei se estes papel estão junto com aqueles do curso devido tenho que pesquisar.⁶⁷

Cecília Hansen afirma o protagonismo dos Clubes de Mães na maioria das lutas dos bairros, mas reflete com tristeza sobre o descaso que houve em relação à preservação da memória dessas lutas. Conseguiu-se manter uma parte importante dos documentos referentes ao Movimento Custo de Vida (MCV), mas materiais produzidos em várias outras mobilizações acabaram se perdendo ou jogados no lixo.

Zélia afirma que outra motivação que levou as mulheres para tantas frentes em busca de melhorias foi exatamente a fé no Evangelho. Mas uma fé diferente de somente acreditar em Deus ou obedecer aos preceitos da Igreja, uma religiosidade engajada na transformação da sociedade.

A análise dos documentos e materiais produzidos nos Clubes de Mães revelam um discurso sempre voltado para as mobilizações e para o despertar político das participantes, mas a linguagem é simples e também não apela para os chavões típicos da militância convencional. Os cursos trabalhados nos denominados CPs, ou seja, Centros de Pastoral, por bispos como Dom Evaristo Arns, Paulo Vampre, Pedro Pontual, Frei Beto, Leonardo Boff, entre outros religiosos e intelectuais, despertou essas mulheres para um questionamento em relação à sociedade e ao seu lugar no mundo.

Cecília – Então era... isso eu acho interessante, nós, quando eu comecei também em 72, no início e cheguei em janeiro e eu cheguei em abril e padre Egídio foi embora aquela época e já existia uma

⁶⁷ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

pequena equipe quando eu cheguei, porque a irmã estava antes em Santa Margarida, aquele grupo que Ana contou e a Dita que elas se encontravam em Santa Margarida tiveram cursos e depois disso começou então estes movimentos mais engajados na igreja engajada. E nós no todo nossos trabalhos, seja catequese seja curso de vida, não cursos de vida, quer dizer clubes de mães, os grupos tinha a mesma linha era uma, nós éramos de igreja claro somos não é? Então era assim uma fé encarnada esse como já tinha aquele jeito de libertação, a gente refletia muito, nós tivemos muito curso com gente muito boa Frei Beto foi lá, depois fizemos cursos mais do sentido e aprendizagem no nível político no nível social por exemplo as CPs? CP sapiência tinha hoje o nosso ministro de direitos humanos. Ele veio muito muito dar cursos. Ele já mais próximo então o Paulo Vampre hoje ministro da Secretaria de Direitos Humanos o Paulo? E o Pedro Pontual eles deram muitos cursos para nós para um grupo de liderança mas era grande esse grupo todo mês nós estudamos com esse grupo.⁶⁸

A atuação dos Clubes de Mães teve muita influência da formação recebida pelas suas principais lideranças, caracterizada por uma interpretação contestadora da ordem social vigente naquela época e não somente em relação à Ditadura Militar, mas em oposição ao capitalismo. A Teologia da Libertação defende a libertação integral do ser humano, e mesmo a Igreja Católica, de viés mais progressista, demonstrou posteriormente limitações em relação à condição feminina e ao papel social da mulher.

Isso foi nos anos isso já foi nos anos acho que 80, 70 ou 80 esta é a década que, e além disso algumas li... vamos dizer coordenações, lideranças da área e outras de São Paulo nós tínhamos tido o mês encontros nas CPs mesmo, onde a gente estudava conjuntura nacional e internacional como cada grupo se situa nesta sociedade, tudo isso ajudou muito e depois quando a gente estava no movimento custo de vida nós sentimos a necessidade. Fizemos grandes encontros em Vila Remo, não sei se você lembra sobre conjuntura. Por que nós estamos nessa? Por que nós temos que reivindicar? Por que nós somos pobres, e os outros não? E a gente se esforça tanto... e porque o povo também tinha muita esta mentalidade, assim, a pobreza era uma vergonha, se não se auto valorizava, não tinham auto estima, foi muito que nós também trabalhos nos cursos de mães nos treinamentos. A auto estima, e as mulheres tentamos resgatar o nosso, a nossa

⁶⁸ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

dignidade de mulher os nossos valores de mulheres. Isso já aquela época a gente fazia, nós não falamos feministas.⁶⁹

Os Clubes de Mães não tinham o suporte teórico e ideológico que os grupos e movimentos feministas da atualidade possuem, mas desde aquela época buscavam do seu jeito lutar pela dignidade das mulheres e valorizar a importância delas no espaço público e na luta por direitos.

A participação e a democracia interna praticada nos Clubes de Mães possibilitou posteriormente, com as mobilizações maiores, principalmente as que ocorreram no auge do Movimento Custo de Vida (MCV), uma reocupação do espaço público pelos movimentos sociais e pela sociedade civil.

Com a Ditadura Militar e o endurecimento da repressão a partir do Ato Institucional Nº 5⁷⁰, baixado em dezembro de 1968 pelo presidente Costa e Silva, a ocupação das ruas e praças pela sociedade civil se tornou cada vez mais rara e quase sempre reprimida violentamente.

No final da década de 1970, com os movimentos sociais, especialmente com os Clubes de Mães, o MCV e as CEBs, ocorre uma retomada das ruas e isso tem quase sempre como característica movimentos ligados à Igreja Católica e às mulheres.

Segundo Zélia, liderança dos Clubes de Mães, a metodologia dos cursos e nos grupos era baseada no diálogo e na busca pelo que era melhor para a coletividade. As atividades eram feitas sempre ouvindo a opinião das participantes com debates e questionários, sem tentar impor ideias já prontas.

⁶⁹ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

⁷⁰ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

O ano de 1968, "o ano que não acabou", ficou marcado na história mundial e na do Brasil como um momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil celebrizou-se como protesto dos jovens contra a política tradicional, mas principalmente como demanda por novas liberdades. O radicalismo jovem pode ser bem expresso no lema "é proibido proibir". Esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos mais radicais, especialmente os dos universitários, contra a ditadura. Por outro lado, a "linha dura" providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição. Acervo FGV. Maria Celina D'Araujo.

No acervo dos Clubes de Mães existe uma série de questionários e consultas que eram feitos constantemente nas reuniões, buscando aprimorar as práticas e atividades realizadas.

A participação coletiva era fundamental; muitas mulheres, através dos questionários, podiam também expressar suas opiniões e sugestões para os próximos encontros do grupo. Essa metodologia ajudava também na autoestima das militantes, pois todos participavam dos cursos e ajudavam também na escolha das temáticas e práticas do grupo.

COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES

1. O QUE O CLUBE ESTÁ PENSANDO EM FAZER ESTE ANOS?

R. Pretendemos continuar o movimento da creche.

2. COMO CONSEGUIR QUE O CLUBE DE MÃES, MOVIMENTO E AJUDE A COMUNIDADE E O BAIRRO?

R. O clube trabalhando junto com a povo e fazendo o pedido de coisas de mais necessidade do bairro.

3. ESSAS REUNIÕES DAS REPRESENTANTES DOS CLUBES, TRAZEM CRESCIMENTO E PROVEITO PARA O CLUBE?

R. Traz crescimento para nós porque através das coordenadoras ficamos sabendo bastante coisa.

4. VOCES ACHAM MELHOR FAZER AS REUNIÕES EM CONJUNTO COM TODOS OS CLUBES, OU DIVIDIR EM GRUPOS MENORES?

R. Estamos de pleno acordo com as mini reuniões e uma vez por mês reunião geral.

SEU OR CAMPO LIMPO.

Figura15 – Questionário aplicado em reunião do Clube de Mães de Campo Limpo. Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

No questionário acima, a participante afirma estar de acordo com os horários das reuniões e com as mobilizações para a melhoria do bairro, como a luta por creches. Os homens também podiam participar, não havia restrições. Para os Clubes de Mães, quanto mais casais participassem melhor para mobilizar a comunidade e, ao mesmo tempo, para também trabalhar o homem em relação à mudança de postura quanto ao papel da mulher na sociedade, incentivando a divisão do cuidado com os filhos e as tarefas domésticas. Zélia valoriza a democracia e o diálogo no grupo e as posições sectárias das feministas da época:

Isso metodologia, sem a gente ter feito pedagogia a gente cria a nossa metodologia era interessante porque como o nosso grupo era diversificado, as nossas coordenadoras de grupo, as nossas representantes coordenadoras eram muito sensíveis traziam o que o pessoal gostava e não gostava por isso que dava certo porque também a gente não chegava lá impondo, tem que ser deste jeito ou daquele a gente sempre dava primeiro o ouvido para ouvir depois que a gente ia planejar como seria, quem a gente convidaria, também não aceitava convidar qualquer pessoa, sabiam as diferenças quem seria bom convidar quem não seria. Convidamos muitos homens também para vim falar, não era um grupo sectário que não aceitava os homens não era aquele feminismo ferrenho que existia de algumas feministas já em São Paulo, já existiam os grupos ferrenhos em São Paulo que era só mulher que era legal e tal, nenhum homem era bom.⁷¹

A depoente Zélia relata que os Clubes de Mães, apesar de defenderem a dignidade e os direitos da mulher, não eram sectários em relação aos homens. Alguns grupos feministas da época, que mantinham contato com os Clubes de Mães, eram, na visão das participantes do grupo, muito radicais com o sexo oposto. Ela afirma que buscavam a igualdade e não a supremacia feminina. As mudanças deveriam ocorrer primeiro nas pequenas coisas do cotidiano, aos poucos mudando a cultura e as relações de gênero.

A sensibilidade nos discursos, nas atividades propostas e nos materiais era uma qualidade que foi sempre valorizada nos grupos. Zélia defendia a participação de todos nas reuniões e principalmente dos maridos, para que houvesse uma boa convivência familiar e o aumento de pessoas para as mobilizações:

⁷¹ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

Isso que homem não entrava. Nós éramos, a Conceição se irritava muito quando vinha uma destas pessoas assim feministas que se dizia feminista, que era aquela coisa “nenhum homem presta não sei o que” isso aí era barrado na hora. Ela tinha uma sensibilidade muito grande porque é um casal como ela que eles repartiam as tarefas em casa, já tinha toda uma vivência. A gente queria que outros homens se despertassem para isso, que fossem companheiros e isso influía no nosso papel ali com as mulheres por isso então que eu acreditei muito nesse trabalho porque ele extrapolou uma visão teve momentos que teve que fechar algumas coisa por conta do ato institucional que estava aí mas que a gente, eu acho que a gente acertou mais que errou.⁷²

Zélia também cita o exemplo de Conceição, que sempre participou das atividades dos Clubes de Mães junto com o marido, e não gostava de posturas que excluíssem, mas que pudessem atrair mais pessoas para a luta. Para os homens, era necessário abandonar a cultura machista e começar a dividir as tarefas diárias, ajudar a cuidar dos filhos, participar das atividades da igreja.

A educação formal a que poucas participantes dos clubes tiveram acesso no decorrer de suas vidas era compensada por cursos e formações promovidos pelos Clubes de Mães, mas isso não tirou a vontade de estudar dessas mulheres. Odete, que na época não tinha nem a educação básica completa, hoje é formada em Pedagogia e uma educadora especialista em trabalhar com idosos. Ela recebeu vários prêmios como educadora referência da Prefeitura de São Paulo pelo seu trabalho com a terceira idade, além de ter realizado estágios em Cuba e no Canadá.

Odete Marques fala do papel transformador que a militância nos Clubes de Mães trouxe para a sua vida e valoriza a educação como principal caminho para a construção da liberdade e da cidadania.

A educação é muito importante para a libertação do ser humano e nos anos 1970 era muito difícil o acesso às escolas, por isso lutamos muito pelas escolas e creches que hoje existem em nossa região. Toda vez que eu passo em frente de uma escola, creche ou posto de saúde do bairro vejo como foi difícil conquistar tudo isso,

⁷² Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

mas valeu a pena só fico triste que poucas pessoas se lembrem de nós.⁷³

Segundo Gohn (1985), os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo iniciaram a luta por creches⁷⁴ em 1973, na mesma época do MCV. A questão das creches estava diretamente ligada ao direito das mulheres de poderem trabalhar fora de casa e colaborar com o orçamento familiar.

O Movimento de Luta por Creches iniciado pelos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, desde o início dos anos 1970, cobrava das autoridades do Estado junto com a Prefeitura a construção de creches nos bairros da zona sul. Essa era, segundo Gohn (1985), uma promessa da Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal, e inclusive já havia um plano elaborado para isso.

Durante três anos o movimento das creches esteve desarticulado, as reivindicações eram isoladas. Um documento elaborado, em 1976, por antigos participantes atesta os seguintes objetivos da época: "Nossa ideia é ter um lugar onde a criança se alimente de um jeito certo, tenha higiene, que seja orientada por gente que entende de criança e ajude crescerem de um jeito sadio, e que também nós, os pais, participemos dessa educação. Que a creche ou Parque Infantil onde a criança passe o dia seja ao alcance de todos, que a gente possa trabalhar com o mínimo de tranquilidade e os filhos cresçam no seu direito à vida sadia em todos os sentidos" (GOHN, 1985, p.115-116).

⁷³ MARQUES, Odete. São Paulo, julho de 2016. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz.

⁷⁴ Entretanto, observamos que as lutas iniciais por creches, restritas no âmbito dos bairros, eram mais homogêneas, no sentido de sua composição social interna e formas de reivindicações. À medida que o movimento cresceu, a heterogeneidade passou a predominar. A composição das lideranças também se alterou. O movimento tornou-se mais complexo, porque não se tratava apenas de colocar-se face ao opositor imediato, o Estado. A luta era também interna, do jogo democrático diante do entrelaçamento das diferentes concepções políticas em jogo. A sequência das etapas por que passou o Movimento de Creches em São Paulo é a seguinte:

Até 1972 – lutas isoladas

1972-1974 – Clubes de Mães (ainda semi-isolados)

1973-1978 – Movimento da Carestia

1977-1978 – Movimento da Anistia

1977-1978 – Movimento Feminino

1979 – I Encontro da Mulher Paulista;

Lançamento oficial: Movimento de Luta por Creches (GOHN, 1985, p.111)

Apesar das mobilizações dos Clubes de Mães, havia se passado três anos e ainda não se tinha conseguido conquistar nenhum avanço em relação à construção das creches. Os movimentos por creche, apesar de às vezes reunirem alguns bairros vizinhos, na maioria das situações acabavam isolados e não tinham força e organização suficientes para pressionar de forma contundente as autoridades da época.

Somente em março de 1979, durante o I Congresso da Mulher Paulista, houve a unificação do Movimento. Formou-se uma coordenação que passou a estruturar o Movimento. Em outubro desse mesmo ano ocorreu seu lançamento oficial no largo São Bento, relacionadas com as comemorações e reivindicações que deveriam ser levadas a efeito na Semana da Criança. Logo após o lançamento constituiu-se uma caravana de moradores para reivindicar a luta Pró-Creche ao gabinete do Prefeito, que recebeu uma comissão. Nesta ocasião Sua Excelência fez declaração que se tornou histórica para os militantes do Movimento como bandeira de Luta: foi a promessa de construir 830 creches no município de São Paulo durante sua gestão, ou ele se demitiria (GOHN, 1985, p.117).

Segundo Gohn (1985), foi a partir de 1979, com o I Congresso da Mulher Paulista, que se tornou possível unificar o Movimento por Creches e criar – com a ajuda principalmente da Igreja Católica, no caso, das CEBs e dos Clubes de Mães, que tiveram um papel central nessa organização – comissões nos bairros que passaram a reunir pessoas e a divulgar o Movimento por Creches em diversas regiões da cidade de São Paulo, principalmente na zona sul. A experiência das mulheres que estavam na luta por creches em outros movimentos sociais contribuiu bastante para o crescimento e a organização do congresso.

Em alguns bairros as Comissões passaram a ser organizadas pelas Sociedades Amigos de Bairros. Noutros, elas se organizaram isoladamente a partir de lideranças que já tinham participação anterior em movimentos comunitários. Houve ainda o surgimento, a partir de Comunidades Eclesiais de Base, dos Clubes de Mães. A influência da Igreja nessa luta, na região sul de São Paulo, deu-se através de duas formas básicas: como retaguarda da infra-estrutura (fornecia o salão da igreja de Vila Remo para as reuniões) e como organizadora da estrutura geral do Movimento, que seguiu a mesma estruturação das CEBs. Várias militantes do Movimento na zona sul pertenciam às Comunidades de Base da Região. Este

ponto será desenvolvido em outra secção, pois ele exige uma reflexão maior (GOHN, 1985, p.117).

Odete afirma que os Clubes de Mães tiveram um papel decisivo na organização das lutas por creches, pois muitas lideranças dos clubes também eram lideranças dos bairros. Maria também relatou o quanto o seu papel como líder comunitária e militante dos Clubes de Mães foi importante para trazer melhorias para o bairro e, no caso, para as creches. Ela ainda afirma que, além da questão solidária em relação às mães que precisavam trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos, a luta também era política.

Em dezembro de 1979, o jornal Estado de São Paulo publica, com grande alarde, notícia sobre a ampliação da rede de creches da Prefeitura. O Movimento de Luta por Creches toma conhecimento do Plano Oficial da Coordenadoria do Bem-estar Social, órgão responsável pela política do setor e elabora como resposta seu primeiro Boletim, no qual faz uma análise da lógica do órgão oficial, quanto à sua justificativa matemática (número de creches necessárias) e o argumento de sua localização (em Campo Limpo). Em março de 1980, a Prefeitura divulga os locais das 30 creches (15 em Santo Amaro e 15 em Campo Limpo). O Movimento não foi chamado a opinar sobre a localização. Apesar de ter havido alguma disparidade entre os pedidos e os locais designados, na região de Campo Limpo, onde o Movimento estava mais organizado, as localizações coincidiram com as reivindicações (GOHN, 1985, p.118-119).

O movimento por creches conseguiu avanços importantes. No caso da zona sul, a participação efetiva dos clubes foi providencial. Mas mesmo com os avanços obtidos, a população sofre até os dias atuais nas periferias de São Paulo com a falta de vagas em creches e escolas. Nos anos 1980, o protagonismo dos Clubes de Mães à frente de movimentos que ganharam notoriedade, como o Movimento Custo de Vida (MCV), que a partir de 1979 virou Movimento Contra a Carestia e Movimento de Luta por Creches, diminuiu à medida que esses grupos foram ganhando autonomia e aglutinando outros setores da política e da sociedade. Mas outra participação importante dos Clubes de Mães foi na construção da Constituinte.

Além de eleger Irma Passoni, do PT, deputada constituinte, uma importante liderança dos Clubes de Mães e das Comunidades Eclesiais de Base em São Paulo, os Clubes de Mães da zona sul promoveram um amplo debate da

comunidade sobre a importância da nova Constituição para consolidar a recente democracia do Brasil. A participação das mulheres foi mais valorizada, pois elas não podiam perder a oportunidade de participar da construção de uma constituição que, enfim, garantiria a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Os encontros e cursos sobre a Constituinte procuravam mostrar para as participantes que havia a possibilidade, através da efetiva participação e envolvimento das mulheres, de pressionar para que houvesse avanços para as mulheres da classe trabalhadora.

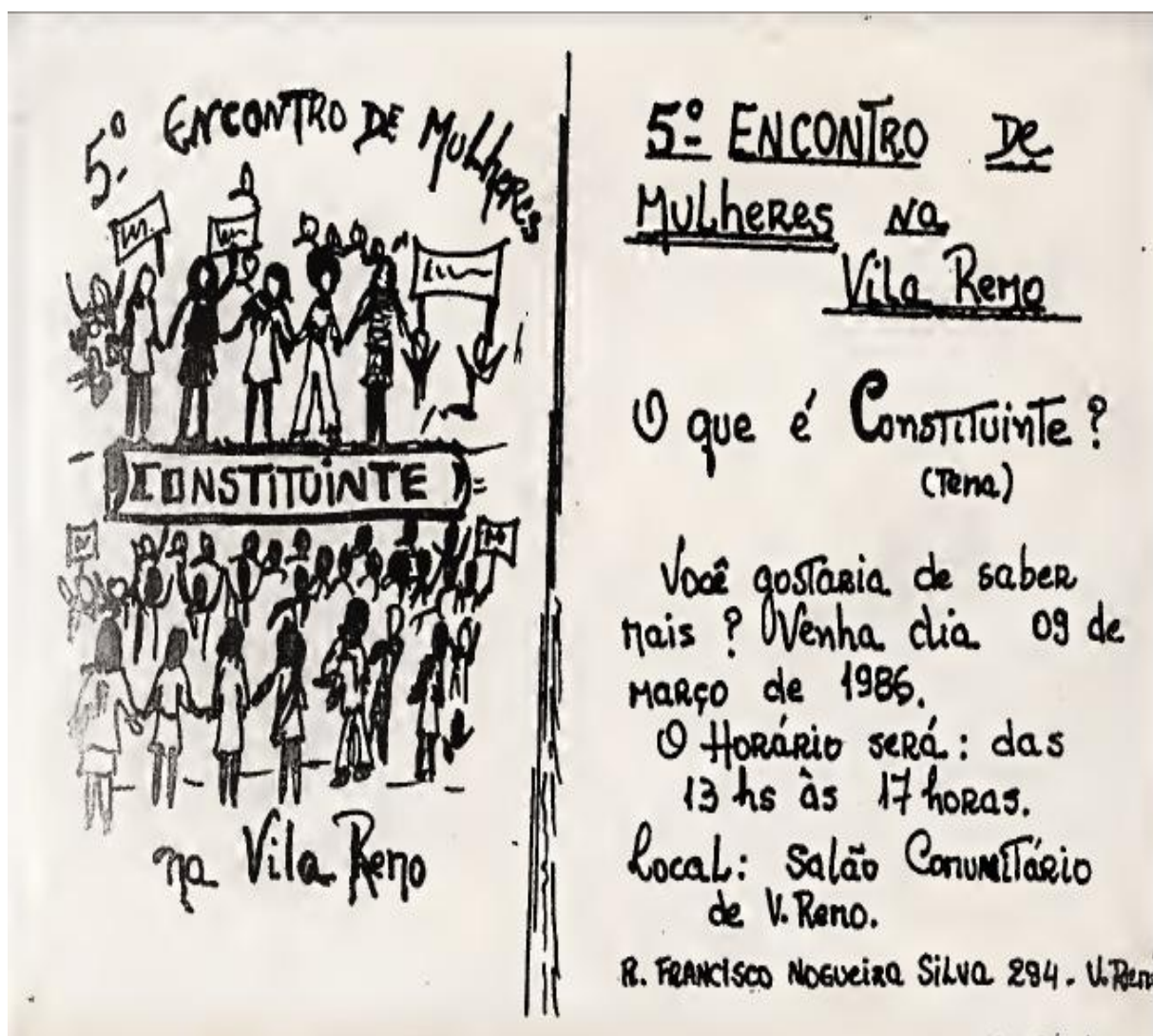


Figura 16 – Panfleto convocando as mulheres do Clube de Mães da Vila Remo a debater a construção da Constituição de 1988. Fonte: Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

O cartaz acima convida a comunidade para participar de uma formação sobre a Constituinte e, sobretudo, valoriza em seus traços e desenhos a participação das mulheres nesse debate.

Os cursos, apesar de enfatizarem as pautas femininas, não estavam restritos à participação das mulheres; os homens participavam também dos debates, cursos e discussões coletivas. A Constituição Cidadã, como ficou conhecida a Constituição de 1988, até hoje é concebida como um documento extremamente avançado e progressista, fruto da luta e da mobilização de vários setores da sociedade civil, mas em termos de efetivação e garantia dos direitos previstos nessa constituição, existe uma longa caminhada a ser percorrida pela sociedade brasileira.

A eleição da prefeita Luiza Erundina do PT como prefeita em 1988 foi uma grande vitória para os movimentos sociais em São Paulo, principalmente para os movimentos ligados às mulheres. Mas a derrota do candidato Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 significou um refluxo, nessa década, dos movimentos sociais, o que foi acompanhado pelo enfraquecimento do movimento sindical e também dos setores progressistas da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. Movimentos como os Clubes de Mães foram perdendo sua força de mobilização e politização, assim como a maioria dos movimentos populares ligados à Igreja Católica.

A Teologia da Libertação teve seu processo de refluxo intensificado na década de 90, deixando marcas significativas no catolicismo brasileiro. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil institucionalizou em suas linhas de ação grande parte das reivindicações e propostas das pastorais sociais. Isso fica evidente sobretudo nas Campanhas da Fraternidade promovidas anualmente. Nelas, questões sociais e segmentos populacionais marginalizados recebem atenção especial, transformando-se em alvo de discussões e de práticas pastorais. Mesmo sem todo o poder de influência cultural desejado, a Igreja Católica é uma instituição ainda razoavelmente ouvida e respeitada, sobretudo no que se refere às políticas governamentais de caráter social.⁷⁵

Após o Concílio Vaticano II, houve o surgimento de outros movimentos na Igreja Católica, mas um especificamente viria a ganhar importância: a Renovação

Carismática Católica (RCC). A RCC surgiu nos Estados Unidos em 1967, e acabou chegando ao Brasil nos anos 1970.

A ascensão da RCC, tendência conservadora de perspectiva intimista e voltada principalmente para a disputa do chamado mercado religioso, fez com que a religiosidade se tornasse algo extremamente individual, de forma que a luta coletiva deu lugar ao sucesso pessoal. Ela esteve praticamente na penumbra no decorrer das décadas de 70 e 80, vindo efetivamente a ganhar visibilidade nos anos 90. O movimento se organizou nacionalmente, construindo uma estrutura presente em todas as dioceses brasileiras. Simultaneamente ao crescimento carismático, houve o refluxo da Teologia da Libertação.

A abertura política ocorrida com o fim da Ditadura Militar, o conservadorismo eclesial desencadeado pelo pontificado de João Paulo II e a crise do pensamento de esquerda com a queda do bloco socialista capitaneado pela União Soviética foram os principais fatores do processo de despolitização católica. Embora muitos militantes católicos de esquerda tenham preservado sua atuação em algumas pastorais sociais, estava pavimentada na Igreja a avenida para o avanço da RCC no Brasil. Os Clubes de Mães, apesar de pouco lembrados e estudados, foram extremamente fecundos em termos de provocar várias frentes de luta em busca de direitos sociais e da consolidação da democracia. Nos anos 1990, os Clubes de Mães, assim como outras pastorais sociais que foram extremamente importantes para as periferias de São Paulo em termos de afirmação e cobrança da presença do Estado e das políticas públicas, foram ficando cada vez mais restritos às atividades paroquiais e a pequenos grupos. Algumas mulheres continuam na paróquia e na política, como Maria Freitas, de 80 anos, que participa das pastorais da Igreja da Vila Remo e é militante ativa e fundadora do PT na zona sul de São Paulo.

4.3 O Clube de Mães da zona sul de São Paulo e o Movimento Custo de Vida (1973-1982)

Neste capítulo, pretendemos analisar o papel decisivo dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo para o surgimento do Movimento Custo de Vida (MCV). Esses eram ligados à Igreja Católica e a uma perspectiva mais social da prática

religiosa, na qual a pobreza vivenciada por aquelas mulheres era vista como fruto de um sistema injusto e autoritário⁷⁶. Portanto, coube também a essas mulheres serem protagonistas de um processo de libertação política e social. Inicialmente, vamos analisar o papel dos Clubes de Mães no surgimento do MCV sob a perspectiva da *economia moral*, do historiador Edward P. Thompson. Apresentamos também uma breve reflexão sobre os principais estudos feitos especificamente sobre o MCV e, dialogando com a proposta desta pesquisa, buscaremos também analisar os motivos que levaram ao enfraquecimento do movimento.

No livro *Dentro de uma noite veloz*, Ferreira Gullar⁷⁷ faz uma antologia de poemas publicados entre os anos de 1962 e 1975, onde reflete sobre a sociedade brasileira e a condição humana diante da desilusão utópica da política, da miséria, da repressão, da arte, e também sobre si mesmo. Parte dessa perspectiva o poema *Dois e Dois: Quatro*, que traz ao eu lírico, no caso, o poeta, que também pode ser o leitor, a ideia de que a vida sempre vale a pena, mesmo diante das adversidades. Ou seja, traz para a realidade daqueles sujeitos a constatação da falta de liberdade durante a Ditadura Militar e do alto custo de vida que as classes populares tinham que enfrentar com seus baixos salários. A liberdade era pouca e o pão era caro para as mulheres dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, mas elas resolveram contestar a ordem social e política por intermédio do MCV.

A fome, a carestia e a falta de liberdade fizeram parte do cotidiano de muitos brasileiros desde a época colonial, pois até hoje são raros os períodos de

É preciso crescer o bolo para depois distribuí-lo. O debate sobre a frase clássica da ditadura brasileira para explicar o salto da desigualdade na década de 1960 acaba de ganhar um novo capítulo. Série histórica inédita sobre a concentração de renda nas mãos dos 1% mais ricos da população do Brasil, de 1927 a 2013, mostra que a acumulação de renda no topo da pirâmide deu um salto nos primeiros anos do regime militar. Os novos números identificam um aumento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres antes do *milagre econômico*. Ou seja, não foi *apenas* em decorrência do crescimento acelerado da economia iniciado em 1968 — e da demanda insatisfeita por trabalhadores mais qualificados provocada por ele — que a alta da desigualdade se deu. As medidas dos anos de recessão e o ajuste do começo do período, que incluíram isenções fiscais, arrocho salarial e repressão a sindicatos, foram determinantes para a reversão rápida, entre 1964 e 1968, de uma trajetória de queda da disparidade. Em 1965, a fração recebida pelos 1% mais ricos, considerando apenas os rendimentos tributáveis brutos (só o passível de pagar tributo), era cerca de 10% do bolo total. Apenas três anos depois, a cifra foi a 16%. Em outras palavras, se em 1965 os 1% mais ricos ganhavam cerca de dez vezes a renda média do país, em 1968 esse número subiu para 16 vezes. É a partir desse patamar, já alto, que durante o milagre a disparidade seguiu aumentando. MEDEIROS, Marcelo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: mclmdr@unb.br.

⁷⁷ Gullar, Ferreira. *Dentro da noite veloz*. Rio de Janeiro R, Editora Civilização Brasileira, 1975, p.157.

democracia e prosperidade no Brasil, e a miséria é quase sempre acompanhada pela repressão. Mas por que alguns se revoltaram e outros não, se não é somente a fome e a miséria que levam à revolta e ao motim, mas também a consciência política e social da injustiça?

Utilizando o conceito de economia moral do historiador Edward P. Thompson, sem fugir às peculiaridades do objeto e às experiências das mulheres da periferia, foi possível analisar a formação do MCV a partir dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo. Para isso, foi utilizada a documentação do Cedem, os depoimentos das militantes desses clubes e, conseqüentemente, do MCV.

Thompson revigorou os estudos marxistas ao conceber a formação das classes sociais, principalmente a formação da classe trabalhadora, a partir do dinamismo, das experiências e das relações históricas estabelecidas entre os homens. Essas relações não são apenas econômicas, mas também culturais e sociais. O artigo de Reis (1996)⁷⁸ trabalha a perspectiva da economia moral com base em uma realidade totalmente diferente da realidade da Inglaterra do século XVIII, ou seja, ele estuda a Bahia de 1858, mas possibilita também uma análise extremamente fecunda sobre o assunto, rompendo com os estudos de motins que convencionalmente dentro da literatura internacional eram chamados de estudos sobre os "food riots"⁷⁹ (motins da fome).

⁷⁸ REIS, João José e DELFIM, Gabriela. "Carne sem osso, farinha sem caroço": o motim de 1858 contra a carestia na Bahia". In: Revista de História, nº 135 (1996).

⁷⁹ Além de food riot (literalmente motim de comida), outras expressões têm sido menos usadas, como *metti riot*, *hunger riot*, *subsistence riot*. Em francês, a expressão *taxation populaire* se refere à imposição do "preço justo" dos alimentos, uma das principais formas desse tipo de movimento. Outros termos: *émeute de subsistances*, *revolte frumentaire* e *guerre des farines* podiam acontecer em momentos quando, em meio a crises políticas, se verificava uma crise de abastecimento geralmente associada a fatores climáticos ou a mudanças bruscas de práticas e leis comerciais. Talvez a mais influente interpretação sobre esse tipo de protesto tenha sido introduzida por E. P. Thompson. Num estudo que já se tornou clássico (THOMPSON, 1971), ele combateu duramente os historiadores que viam o food riot como expressão imediata da fome ou, dito de outra forma, meramente como a resposta do povo a curvas ascendentes nos preços dos alimentos. Viu nisso excesso de fidelidade dos historiadores econômicos a sua matéria. Não que, por ocasião da maioria desses movimentos, os preços estivessem baixos e a escassez inexistisse, mas tais circunstâncias, para ele, deveriam marcar o início da discussão e não seu epílogo. Adotando uma perspectiva mais antropológica, Thompson argumentaria que se deveria entender tais levantes relacionando-as aos valores coletivos a respeito do preço justo e da responsabilidade dos governantes de manter abastecido o mercado de alimentos. O historiador chamou a esse sistema de valores de "economia moral da multidão" ("moral economy of the crowd"). Num trabalho mais recente, ele ampliou sua definição dos motins fundamentados na economia moral: "confrontações no âmbito do mercado em torno do acesso [...] a 'necessidades' — comida básica. O que emprestava uma carga 'moral' específica ao protesto não era apenas a existência de um conjunto identificável de crenças, usos e formas associados à comercialização de comida em tempo de escassez [...], mas os emoções profundas agitadas pela escassez, as queixas que a multidão fazia às autoridades em tais crises e a indignação

Na literatura histórica internacional prevaleceu durante muito tempo a visão de que esses movimentos eram causados tão somente por substanciais, e com frequência repentinas, altas nos preços dos alimentos. Segundo esta visão, os movimentos seriam explicados a partir da barriga dos indivíduos neles envolvidos. Mais recentemente, sobretudo a partir da década de 1970, historiadores dedicados ao assunto vêm demolindo esta perspectiva. Sem desconsiderarem o aumento de preços como um fenômeno importante na cadeia explicativa, eles demonstraram que não se pode estabelecer uma relação de causalidade imediata entre fome e revolta. Muitas situações de escassez alimentar e alta de preços aconteceram e acontecem na história sem que o povo se rebelde, ou populações submetidas às mesmas pressões de escassez alimentar podem reagir diferentemente, umas se rebelando, outras não. Alguns episódios de *food riots* tiveram lugar em épocas de relativa abundância alimentar, associados a um temor dos consumidores quanto à permanência da bonança.

Entre as propostas de Thompson que tiveram um impacto importante no campo da História Social está o conceito de economia moral. Sob essa perspectiva, os estudos sobre revoltas e rebeliões tidos como motins da fome, denominados pelo termo *food riots* (motins da fome), passaram a ter uma análise mais profunda ao se perceberem os revoltosos como sujeitos históricos e políticos, e não como massas movidas pelo estômago compostas apenas de homens e mulheres famintos.

Nos últimos anos, George Rudé e outros têm nos alertado sobre o emprego vago do termo “turba” (mob). Neste capítulo, desejo estender o alerta ao termo “motins da fome” (food riots) na Inglaterra do século XVIII.

Essa simples palavra de cinco letras é capaz de encobrir o que pode ser descrito como uma visão espasmódica da história popular. Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou auto-ativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos (THOMPSON, 1998, p.150).

provocada pela busca de lucro em situações emergenciais que ameaçavam vidas. Tudo isso combinado é o que entendo por economia moral." (REIS Apud THOMPSON, 1991, pp. 337-8).

Thompson⁸⁰ afirma que as classes populares sempre tiveram um papel importante no processo histórico, mesmo que, para alguns historiadores, isso somente tenha se configurado após a Revolução Francesa. Em uma historiografia mais conservadora, o povo aparece em alguns momentos de perturbação social movido quase sempre pela fome e pela miséria. Os estudos sobre os denominados “food riots” tendem a atribuir a essas revoltas uma motivação estreitamente econômica, deixando de lado aspectos culturais e políticos vividos pelos camponeses.

Nesse sentido, Thompson, ao levar em conta a concepção de justiça e de mundo dos camponeses, foi totalmente inovador, pois percebeu que o que os levava a se revoltarem não era somente a escassez de alimentos, mas o não cumprimento de práticas e de relações de comércio que contemplavam aquilo que culturalmente sempre tinha sido visto como bom e justo.

Ocorre, assim, o despertar de um questionamento sobre a ordem social e política estabelecida, pois não cumpre mais o papel de zelar pela alimentação e bem-estar do povo. A economia moral, portanto, aborda as diferentes revoltas das camadas populares e suas peculiaridades não somente pelo viés econômico tradicional, mas também por intermédio das práticas culturais e morais de cada povo.

A subjetividade e as práticas provenientes dessas relações mudaram com o passar dos anos, assim como as próprias relações econômicas dentro do capitalismo. Contudo as camadas populares continuaram a criar focos de resistência quando percebem que estão sendo aviltadas em seus direitos básicos e naquilo que consideram inalienável para viver com dignidade.

Os motins de 1858 na Bahia tiveram como motivo o preço elevado da farinha de mandioca, que era um artigo de primeira necessidade da alimentação da

⁸⁰ Thompson chamou os rebeldes de “multidão” (em inglês, *crowd*), acompanhando George Rude e outros historiadores revisionistas, com o intuito de evitar o termo mais pejorativo “turba” (*mob*), frequentemente usado com conotações de irracionalidade, de massa humana meio amorfa, desorientada, desorganizada, destrutiva, como a *foule*, de Gustave Le Bon. A turba dos food riots surge nessa perspectiva como dona de uma psicologia coletiva mais relacionada com a barriga do que com a cabeça, sugerindo que os rebeldes se comportariam de forma espontânea e suas ações se esgotariam no próprio ato de protesto (REIS, Apud. THOMPSON, 1971, p.70).

população em geral. Os preços da farinha estavam altos e as autoridades tentaram de alguma forma controlar os preços, mas uma das autoridades locais, entre eles o presidente da província da Bahia, José Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, conhecido como Sinimbu, mesmo seguindo os procedimentos para a regulamentação do alimento, não acreditava no controle do mercado, pois era adepto do liberalismo e do livre mercado.

O motim da "carne sem osso e farinha sem caroço", ocorrido em 1858, não foi então um caso isolado de movimento popular na Bahia no século XIX. Foi, no entanto, aquele que melhor caracterizou um food riot, expressão consagrada na historiografia internacional para definir de forma sintética os protestos mais ou menos violentos contra a carestia e a escassez de alimentos (REIS, 1996,p.134).

A Bahia do século XIX já fazia parte da lógica de mercado de um capitalismo liberal em que as relações paternalistas estavam sendo substituídas pela racionalidade do lucro acima de tudo. Em várias regiões vistas como periferia do capitalismo também aconteceram motins que até o século XVIII eram restritos a algumas regiões da Europa.

Seria uma lastima deixar os futuros historiadores sem nada para fazer. De qualquer forma, se eu realmente fui o pai da expressão "economia moral" no discurso acadêmico corrente, o termo há muito tempo esqueceu sua filiação. Não o renego, mas ele já atingiu sua maioria, e não sou mais responsável por suas ações. Será interessante ver como isso vai continuar (THOMPSON, 1998, p.265).

Analisar o MCV alicerçado na ideia de economia moral possibilita também repensar o conceito a partir de novos sujeitos, que, no caso, são mulheres das camadas populares. Embora existam diferenças entre a Inglaterra do século XVIII, a Bahia do século XIX e principalmente em relação ao contexto da periferia de São Paulo dos anos 1970, é possível pensar naquilo que aproxima as diferentes épocas e realidades, ou seja, a resistência das camadas populares na busca daquilo que consideravam justo e essencial para a dignidade humana diante dos interesses do mercado.

O MCV não surgiu por razões estritamente econômicas, mas como fruto da mobilização social e política, mesmo que houvesse também outras motivações para isso. Basta ver que houve momentos em que a economia demonstrou indicadores muito piores para os trabalhadores, mas nem por isso aconteceram enfrentamentos à altura. O crescimento demonstrado nos indicadores econômicos oficiais do Regime

Militar, apesar de promover certa euforia no mercado e em setores da classe média do período, não representou uma melhoria efetiva na vida dos trabalhadores, muito pelo contrário, aumentou a concentração de renda e o crescimento da pobreza nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A tabela abaixo demonstra que o período de 1973 até 1978, que representou o auge das mobilizações do MCV, paralelamente não apresenta os piores índices de custo de vida para a classe trabalhadora. Portanto, as mobilizações em relação ao custo de vida não podem ser explicadas apenas pela perspectiva econômica.

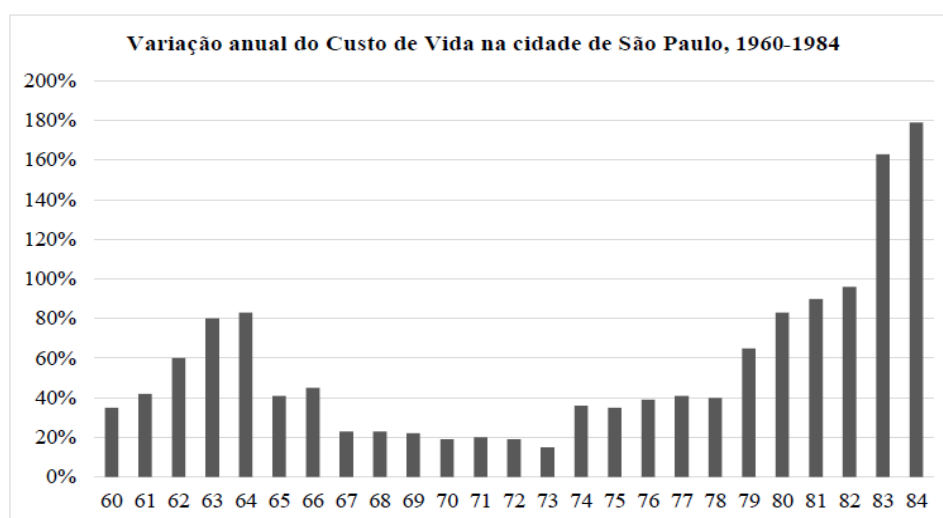


FIGURA 17– Tabela com a variação anual do custo de vida na cidade de São Paulo (1960-84)⁸¹

A exclusão social e a marginalização à qual foram submetidos milhões de brasileiros durante a Ditadura Militar não podem ser analisadas apenas pelas estatísticas, visto que durante o final da década de 1960 e início dos anos 1970 o Brasil vivenciou o chamado “milagre econômico”⁸². Contudo, como disse Delfim

⁸¹ IPEA, Francisco; KLEIN, Herbert. 2014, p.30.

⁸² De 1967 a 1973, o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada sob a direção do ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita os anos 1968-1973) passou a ser conhecido como o do “milagre econômico brasileiro”, uma terminologia anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países. Durante os mandatos dos presidentes Costa e Silva e Garrastazu Médici destacou-se, como característica da política econômica, o seu caráter autoritário. Este ficou evidente desde as relações entre o governo central e as administrações estaduais, em termos de condições de acesso ao Fundo de Participação ou de restrições à emissão de títulos estaduais, até a interferência do governo federal nas relações trabalhistas. No período como um todo, os ministérios da Fazenda e do Planejamento tiveram amplo respaldo do Executivo para a implementação de programas na área econômica, com pequena possibilidade de reação efetiva por

Neto: “a economia vai bem, mas o povo vai mal” O governo militar do Brasil, que após o Golpe Militar de 1964 produziu durante as décadas de 1960 e 1970 uma política da arrocho salarial para a classe trabalhadora, também não procurou incluir essa população como mercado consumidor e de bem-estar social. O Brasil era um país de economia forte, mas com um povo miserável⁸³. O MCV, através das pesquisas feitas pelas mulheres, de mobilizações, de abaixo-assinados e de cartas às autoridades buscou chamar atenção para o arrocho salarial e para as dificuldades que a classe trabalhadora enfrentava no início da década de 1970.



Figura 18 – História em quadrinhos ilustra o sofrimento e a realidade dos trabalhadores diante do alto custo de vida. Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Número 1. Outubro de 1977. Acervo de periódicos Centro Pastoral Vergueiro.

parte dos poderes Legislativo ou Judiciário ou dos vários segmentos da sociedade. A “facilidade” de adoção das várias medidas de política econômica tem que ser entendida nesse contexto. Diante do indubitável sucesso da política econômica em termos de promoção do crescimento econômico e de um inegável salto quantitativo e qualitativo da economia brasileira no período 1967-1973, resta destacar brevemente o impacto social da política econômica no período. Parece claro que os trabalhadores, de uma maneira geral, não se beneficiaram do crescimento da renda real do país de forma proporcional à sua evolução e piorou a distribuição da renda pessoal. Os salários, nos casos em que não sofreram declínio real, cresceram, na maioria das categorias, a taxas muito inferiores à da produtividade ou do produto per capita e o rendimento do trabalho não apresentou ganhos como percentagem da renda total. BATISTA JÚNIOR, P. Mito; GALVEIAS, E. Sistema; LAGO, L. Retomada; MALAN, P. & BONELLI, R. Limites; SKIDMORE, T. Brasil: de Castelo; SYRUD, D. Foundations; TREBAT, T. Brazil's.

⁸³ O crescimento capitalista no Brasil durante o século fez-se sobretudo quando a economia desenvolveu-se sob a forma da industrialização a partir dos anos 1930, na maior parte do período sob formas autoritárias, quando não abertamente ditatoriais. Foi o caso do período 1930-1945, com a Revolução de Trinta, e voltou a sê-lo com a Ditadura Militar de 1964 a 1984, instalada por um golpe militar contra o regime democrático sob a presidência de João Goulart. Nos períodos não abertamente autoritários, vigorou, entretanto, um forte controle do movimento de trabalhadores, especialmente do novel operariado industrial, ao lado de uma poderosa ação do Estado implantando mecanismos de acumulação forçada que deram sustentação à industrialização.

Os baixos salários dos maridos já não conseguiam comprar os alimentos básicos para a alimentação de suas famílias, e a maioria das participantes dos Clubes de Mães não trabalhavam fora de casa, mas eram as primeiras a sentir a escassez de mantimentos no lar.

Em 1973, a partir de uma conversa de duas mulheres do Jardim Nakamura, surgiu a ideia de escrever uma carta reclamando do alto preço dos alimentos para o presidente. A carta foi apresentada no Clube de Mães e a formatação ficou a cargo de Ana Dias, esposa de Santo Dias⁸⁴, de Dona Odete, de Conceição Peres e de Irma Passoni⁸⁵. Depois de pronta, foi parar na imprensa e divulgada em uma rádio de São Paulo. Ela baseava-se em pesquisas de gêneros da cesta básica feitas entre 1973 e 1975 pelas próprias participantes e organizadas em suas comunidades com o apoio de bispos como Dom Mauro Morelli e Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

No início, a intenção era chamar a atenção das autoridades para as dificuldades que a classe trabalhadora vinha sofrendo com o arrocho salarial e os diversos problemas que enfrentavam para sobreviver e prover uma vida digna para suas famílias.

Dona Odete Marques relata em seus depoimentos que seu marido trabalhava muito e fazia horas extras, mas o dinheiro não dava para passar o mês. Era uma época de muitas dificuldades, e somente a vivência da fé e a reflexão coletiva promovida nas CEBs e nos Clubes de Mães ajudava a ter esperança em dias melhores.

A primeira ação efetiva do MCV ocorreu entre outubro de 1972 e outubro de 1973, através de um questionário elaborado pelas participantes dos Clubes de Mães. Elas fizeram uma pesquisa na região sul sobre os preços dos artigos de primeira necessidade, relacionando-os com as condições de vida da população.

⁸⁴ Santo Dias nasceu em 22 de fevereiro de 1942, no distrito de Terra Roxa, no interior de São Paulo, e trabalhou na fazenda Guanabara na mesma cidade. Em 1962, foi expulso dali junto com sua família, mudando-se para São Paulo onde posteriormente se casou com Ana. Santo Dias participou da Oposição Sindical Metalúrgica, da Pastoral Operária, do Movimento Custo de Vida e das associações de bairro, e morreu em 30 de outubro de 1979 após ser baleado por um policial durante um piquete (DINIZ, 2017,p.13)

⁸⁵ AZEVEDO, Jô, BENEDICTO, Nair & DIAS, Luciana. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo, Cortez, 2004, p.162-170.

Com base nessa pesquisa, foi elaborada uma carta enviada à Câmara Municipal de São Paulo por um vereador chamado Horácio Ortiz, do MDB. Essa carta teve um trecho publicado no jornal Folha de S.Paulo em 27 de outubro de 1973:

“Nós, as mães da periferia de São Paulo, que mais sentem a realidade da vida, viemos pedir aos senhores que tomem providências para baixar o custo de vida, porque o Brasil é uma terra tão rica e as mães choram na hora de pôr a panela no fogo para fazer a comida para os filhos.

Para onde vai a carne, o feijão, o leite? Porque até agora o feijão e o arroz eram comida de pobres e agora nem os pobres podem comer mais. Junto a essa carta vai a nossa pesquisa de preços dos alimentos de mais necessidade. O feijão de Cr\$2,40 passou para Cr\$6,70; a carne de Cr\$7,00 para Cr\$15,00 e o arroz de Cr\$1,25 subiu para Cr\$2,40.

Assim sendo, o custo de vida subiu 120% e o salário mínimo é um salário de fome. Ou não é? E ainda notando na pesquisa que quanto mais longe é o bairro da cidade, mais alto é o custo de vida. Por exemplo, na cidade ele subiu 69%, nos bairros menos afastados 94% e nos mais afastados 120% (AZEVEDO, 2005, p.168)

Segundo os dados coletados e a carta elaborada pelas mães, quanto mais afastados os bairros e provavelmente mais pobre a família, mais caro ela pagava pelos artigos de primeira necessidade. O MCV teve desde o início como principais atividades a coleta de dados, a divulgação dos resultados através de políticos de oposição ao regime na imprensa escrita e falada, além de mobilizações e protestos em praça pública com materiais produzidos pelo próprio movimento.

No final de 1973, a carta foi lida pelo deputado Freitas Nobre na Voz do Brasil⁸⁶ e comentada por Dom Paulo Evaristo Arns, e a repercussão gerou a prisão de várias lideranças em 1974, como a do líder operário Aurélio Peres, do padre Giulio Vicini, e da assistente social Yara Spadini. Aurélio Peres somente foi salvo da tortura e da morte graças à ampla divulgação de sua prisão nas comunidades e à defesa do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. Aurélio Peres relatou sua passagem no DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de

⁸⁶ Criado no governo de Getúlio Vargas com o nome de *Programa Nacional*, foi ao ar pela primeira vez em 1934. Em 1938, ganhou o nome de *Hora do Brasil* e se tornou obrigatório para todas as rádios das 19 às 20 horas. Em 1971, por determinação do presidente Médici, o nome mudou para *A Voz do Brasil*. No ar até hoje, o programa de uma hora destaca as atividades da presidência da república, do Legislativo e do Tribunal de Contas da União (TCU). Durante o período militar foi mais um programa que destacava as grandes obras e a ideia de “milagre econômico”, colaborando para o marketing do regime.

Defesa Interna) durante 15 dias e no Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) para aguardar o julgamento em auditoria militar:

Eu não sei o que aconteceu nas comunidades, mas deve ter acontecido muitas coisas, porque eles queriam saber quem era o responsável por tudo isso. Eu ainda fui torturado até o outro dia. Não na mesma intensidade, é claro, porque no pau-de-arara, essas coisas todas, choque, palmatória, cigarro, telefone... eu já tinha passado, foi na madrugada. Eu perdi em torno de trinta a quarenta por cento da minha audição. Basicamente, eles queriam nomes, não queriam nem saber se eram desse partido, se era daquele partido, se eram da Igreja ou se não. Eles queriam nomes: vai dando nomes, falavam. Nomes do pessoal que estava na luta política (AZEVEDO, 2005, p.164-165).

Aos poucos o Clube de Mães foi ganhando um caráter político e as discussões abrangiam desde a falta de escola, transporte, saúde e saneamento básico até o preço dos alimentos. Foi assim que surgiu o MCV,⁸⁷ que, com base nas necessidades básicas, passou a contestar toda uma forma de organização social que excluía grande parte da população.



Figura 19 – Charge produzida pelos próprios militantes ilustra a relação desigual e de

⁸⁷O MCV surge (não com este nome) a partir de clubes de mães do M'Boi Mirim, na região sul de São Paulo. É uma conjuntura marcada ainda pelo autoritarismo repressivo que acaba de sofrer suas primeiras fissuras com a vitória eleitoral do MDB em 1974 e com a submissão dos órgãos de repressão ao controle político do presidente Geisel em 1975. Desenvolve um trabalho exemplar de conscientizado na vizinhança com base no problema do aumento do custo de vida, e com o apoio e a proteção de setores da Igreja Católica, constitui-se em um canal articulado de protesto social do qual se serve também o reprimido movimento operário.

exploração experimentada pelos trabalhadores participantes do Movimento Custo de Vida. Acervo Centro Pastoral Vergueiro.

Essa charge foi produzida pelos militantes do MCV à mão, mimeografada e transformada em panfletos para a comunidade. O “custo de vida” foi a principal causa desses movimentos de bairro, pois os anos de arrocho salarial deixaram os trabalhadores com muitas dificuldades econômicas, visto que os salários não acompanhavam suas reais necessidades. Questionar os números oficiais do governo em relação aos preços e salários passou a ser uma forma importante de contestação.

Depois de várias perseguições e de um árduo trabalho de pesquisa envolvendo mulheres, principalmente da Vila Remo, os resultados foram divulgados nas mídias e para as autoridades em 1975. Abaixo um pequeno trecho ilustra o teor:

Somos mães de família em desespero e, mais do que ninguém, sentimos os preços dos alimentos, remédios, escolas, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas dessa exploração. Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar, por causa do alto custo de vida, do salário baixo e da falta de vagas nas escolas⁸⁸

Mesmo após a repressão, os Clubes de Mães voltaram a se organizar para fazer uma nova pesquisa no comércio da região e também com as famílias. Yara Spadini Vicini, que era assistente social, começou a auxiliar as mães com uma metodologia correta de coleta e tabulação de dados obtidos na pesquisa. As mães também organizaram vários grupos de compra comunitários para que pudessem ter acesso a preços e produtos melhores. A organização e a disposição para ajudar era uma das principais virtudes do MCV no seu início, afirmou a militante Ana Dias em uma entrevista: “Eram pessoas simples, mas cada um colaborava da maneira que podia e a comunidade se fortalecia, pois não havia o individualismo que existe hoje”. Nessa fala podemos perceber a organização dos Clubes de Mães como decisiva para o fortalecimento e a espontaneidade do MCV.

Apesar disso, os clubes de mães retomaram-no, realizando nova

⁸⁸ Carta às autoridades, novembro de 1975. Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

pesquisa em 2 mil casas, de agosto de 1974 a agosto de 1975. A enquete trazia perguntas sobre a quantidade de integrantes das famílias, seus ganhos e gastos. A coordenação dos clubes de mães redigiu mais uma carta, já com os dados da pesquisa, e os grupos trabalharam para reunir 16.500 adesões.

A pesquisa foi muito trabalhosa e as mães saíram para feiras, bares, reuniões, escolas, com o questionário nas mãos. Aprenderam a abordar as pessoas e, assim, a debater o assunto com elas; a tabular pesquisas com a manutenção fidedigna das informações coletadas; passaram meses redigindo os resultados, sempre de forma conjunta, eliminando dificuldades e apoiando-se umas às outras (AZEVEDO, 2005, p.168).

Havia por parte dos participantes do MCV uma preocupação com a qualidade da pesquisa e a fidelidade dos dados, pois não queriam comprometer a legitimidade da luta e, por isso, era fundamental se capacitar nas formações e reuniões na paróquia.

A participação na pesquisa do MCV foi muito importante para as mulheres militantes dos Clubes de Mães, pois para a maioria foi a primeira vez que tiveram a possibilidade de sair do espaço privado do lar e da igreja para ocupar o espaço público e poder discutir em outras esferas de poder. Essa luta envolveu toda a comunidade da Vila Remo. Santo Dias e sua esposa Ana Dias foram muito importantes no processo de articulação dos Clubes de Mães e nos grupos dos operários da fábrica de que começaram a participar (Azevedo, 2005, 169).



Figura 20 – Fotografia da Assembleia do Custo de Vida, realizada no Colégio Santa Maria, em São Paulo, 20/6/1976. Crédito: Sérgio Sade/Revista Veja.

Odete Marques fala da primeira grande assembleia realizada pelo MCV, dos perigos da repressão contra as lideranças e da repercussão na imprensa em São

Paulo na época:

Fizemos uma assembleia de São Paulo inteira no Colégio Santa Maria. Eu fui uma das coordenadoras da mesa e tinha montes de agentes do DEOPS, do DOI-Codi, à paisana. Essa assembleia foi muito comentada, muito elogiada, uma organização popular, sem policiamento, tinha polícia deles, nossa não. A mesa era composta de sete pessoas: Dom Mauro Morelli junto. A gente coordenou essa assembleia – eram só mulheres e o bispo. No final dessa assembleia, nós saímos escoltados, tinha segurança nossa seguindo, entramos no carro e fomos levados no alto lá do Colégio, para evitar prisões e perseguições. Era uma coisa com muita segurança nossa, nossa organização era muito forte nessa época. No dia seguinte, todos os jornais deram manchete, com nossas caras, foto da multidão, juntou cinco mil pessoas. Era uma coisa bonita de se ver. Valeu todo aquele trabalho. Não conseguimos o que pretendíamos, mas abrimos a discussão sobre esse assunto, que antes era tabu, não tinha espaço para isso. A gente tinha razão e percebeu isso quando outros setores vieram engrossar o movimento: sindicatos, associações de estudantes, políticos, outros movimentos⁸⁹

Nessa assembleia, realizada em 20 de junho de 1976 no Colégio Santa Maria, foi divulgada uma carta às autoridades e a disponibilização dos dados obtidos na pesquisa feita pelos participantes do movimento, que estava crescendo e contando com o apoio dos setores progressistas da Igreja e das demais pastorais sociais. Em março de 1977, cerca de 700 participantes das CEBs, dos Clubes de Mães e das demais Pastorais Sociais escolheram uma coordenação para o MCV em São Paulo. Os jornais e materiais de divulgação eram produzidos pelos próprios participantes do movimento. O jornal Boletim de 1977 surgiu em um momento de melhor estruturação do MCV e, através de quadrinhos e charges, fornecia instruções e dicas para a organização dos militantes.

⁸⁹ MARQUES, Odete. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Nogueira Diniz, São Paulo, julho de 2016.



Figura 21 – Instruções para mobilizações do Movimento Custo de Vida. Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Número 1. Outubro de 1977. Acervo dos Periódicos. Centro Pastoral Vergueiro.

À medida que o MCV foi crescendo, outros setores de oposição ao governo militar começaram a participar do movimento, como políticos do MDB, membros de organizações clandestinas de esquerda (trotskistas, MR-8, PCB, PCdoB etc.), intelectuais, estudantes universitários, religiosos. Nesse momento surgiram duas diretrizes: uma pretendia fortalecer o trabalho de base nas comunidades através da formação educativa promovendo pequenos atos locais de reflexão, e outra tinha como objetivo expandir o movimento em nível nacional e coletar pelo menos 1 milhão de assinaturas para pressionar o governo federal. A segunda opção venceu e o objetivo dos militantes do MCV passou a ser coletar o maior número de assinaturas possíveis. Mas esse empenho em coletar assinaturas acabou burocratizando o movimento, que enfraqueceu o trabalho de base e frustrou parte dos integrantes:

Para desencanto dos educadores, o movimento encaminhou-se para a obtenção a qualquer custo das assinaturas. E a verdade é que os “próprios acontecimentos se aceleravam”. Afinal, nesse meio tempo, tinha-se deflagrado a grande onda grevista, estava em curso o processo eleitoral, e a agitação política no país tendia a politizar as questões (SADER, 1988, p.220).

O MCV se espalhou pelo Brasil, e mais de 1,3 milhão de assinaturas foram coletadas. Junto com todas as reivindicações, as assinaturas seriam apresentadas

em uma grande assembleia marcada inicialmente para a Praça da Sé, mas logo as autoridades do governo proibiram que a grande concentração fosse realizada em local público e tentaram impedir o evento de todas as formas possíveis, com ameaças ou intimidações às lideranças. A Folha de S. Paulo fez uma matéria retratando o impasse:

A Folha de S. Paulo do dia 27 de agosto de 1978 traz matéria sobre a denúncia feita pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo de que três pessoas haviam sido ameaçadas de prisão, quando recolhiam assinaturas, e de que a CMTC ordenara cancelar os contratos de locação de ônibus para o transporte até a praça da Sé no dia da manifestação (AZEVEDO, 2005, p.175).

As lideranças dos Clubes de Mães sabiam que, diferentemente das mobilizações anteriores por saneamento e creche, que eram demandas concretas e estavam ligadas ao poder político local, a pauta do custo de vida era abstrada porque questionava todo um sistema econômico e político injusto, provocando um enfrentamento direto ao Regime Militar.



Figura 22 – Nacionalização do Movimento Custo de Vida. Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Número 1. Outubro de 1977. Acervo de Periódicos/Centro Pastoral Vergueiro.

À medida que o MCV foi ganhando força, a politização do movimento também cresceu, ao mesmo tempo em que surgia a repressão e a desconstrução da legitimidade das mobilizações por parte do governo ditatorial. No início do MCV, os órgãos de repressão não se preocupavam muito com o movimento por pensarem ser coisa de “donas de casa ingênuas e desocupadas”. Mas, com o crescimento das mobilizações, a repressão tentou intimidar os trabalhadores, o que não impediu a organização de grandes caravanas que lotariam a Catedral da Sé em 27 de agosto de 1978:

A preparação para a assembléia mobilizou a cidade inteira. Em todas as regiões, grupos se constituíram para ir até a Sé, na tarde de 27 de agosto. Uma verdadeira operação estratégica foi realizada na surdina, saindo da periferia e tomando o centro. Ônibus foram lotados, mas o estacionamento foi feito bem distante dali, para evitar o cerco policial. À paisagem cinzenta, formada pelos edifícios escuros e vazios, adicionou-se o colorido de uma multidão silenciosa que foi se organizando, juntando grupos vindos de todas as regiões de São Paulo: homens e mulheres; crianças, adultos e velhos; operários, donas de casa, estudantes, políticos, religiosos e tantos outros (Azevedo, 2005, p.175).

No dia 27 de agosto de 1978, mais de 20 mil pessoas lotaram a Catedral da Sé para a assembleia do MCV, mas ao final da reunião a polícia começou a atacar as pessoas com cacetetes, cães e bombas de gás. Foi uma forma de intimidar o movimento, mesmo com a presença de várias autoridades políticas de oposição, como os deputados do MDB Rui Brito, Alberto Goldman, Freitas Nobre, Frederico Brandão e Fernando Henrique Cardoso.

A assembléia foi realizada com emoção e nervosismo, durou cerca de três horas, diante da possibilidade de confronto. Seus organizadores deram orientações aos participantes para que saíssem em pequenos grupos pelas laterais da Catedral, evitando a passagem pela porta principal. Mesmo assim, a tropa de choque agiu, invadindo a igreja e distribuindo sopapos e cacetadas, além de jogar bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral nos bancos da catedral, onde estavam sentados muitos idosos que chegavam para a missa da tarde. Atrás do altar principal, foi organizado um ambulatório improvisado para atender essas pessoas até que religiosos e integrantes da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo negociassem com os militares a saída dos remanescentes (Azevedo, 2005, p.176).

Passada a assembleia, o objetivo do MCV era enviar uma delegação para Brasília para levar o abaixo-assinado com mais de 1,3 milhão de assinaturas

coletadas em toda São Paulo e no Brasil. O movimento conseguiu enviar a delegação, mas ela sequer foi recebida pelas autoridades do Palácio do Planalto, que, de certa forma, desdenhavam do movimento tentando o tempo todo desqualificá-lo perante a sociedade e a mídia da época.

Em Brasília, os 21 representantes do MCV procuraram de diversas formas um meio de conseguir uma audiência com as autoridades. Para isso, procuraram diversos parlamentares, tanto do MDB como da Arena. Alguns deputados do MDB queriam ajudar, mas eles não tinham acesso ao Palácio do Planalto. Os parlamentares da Arena tinham que ser pressionados para conversar, como aconteceu com o senador Petrônio Portela, líder do governo no Senado. Depois de muita pressão, o senador Portela foi obrigado a arrumar uma audiência para a comissão, mas, no dia em que ela deveria ocorrer, a comissão foi barrada e não pôde sequer atravessar a rua em frente.



Figura 23 – Delegação do Movimento Custo de Vida em Brasília com os pacotes contendo as listas com os abaixo-assinados. Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Setembro de 1978. Acervo de Periódicos/Centro Pastoral Vergueiro.

Os jornalistas que sempre faziam a cobertura do Palácio do Planalto foram afastados e impedidos de manter qualquer contato com a comissão. Os guardas do Palácio ficavam ostensivamente marchando de um lado para outro como se estivessem esperando um ataque do exército inimigo. Ana Dias relatou que deixaram apenas cinco pessoas entrar para entregar as listas com os abaixo-assinados:

"Mas, a gente era apenas 21 pessoas e a nossa arma era o abaixo-assinado com 1 milhão e trezentas mil assinaturas contra o custo de vida e o apoio de todo o povo. "Por fim, vieram comunicar que somente 5 pessoas da nossa comissão poderiam entrar no Palácio para falar com o assessor do assessor jurídico da Casa Civil da Presidência. "Não aceitamos...se for pra falar tem que entrar os 21....". O que fizemos foi escolher 5 pessoas para entregar somente o abaixo-assinado e exigir um comprovante da entrega" (Jornal Boletim, setembro, 1978).

A delegação não foi recebida pelo presidente em Brasília, mas pôde entregar o abaixo-assinado às autoridades. A viagem para Brasília marcou o ápice do MCV, mas também expôs suas fragilidades e limitações quanto às possibilidades de mobilização.

Ao contrário das lutas por creche e saneamento, que tinham um resultado mais concreto por envolver poderes locais e práticas clientelistas desses mesmos poderes em relação a população, o MCV, ao criticar as relações econômicas que faziam com que o custo de vida fosse muito alto para os trabalhadores, questionava toda a ordem social e política produzida pela ditadura no Brasil. Nesse sentido, os resultados da luta não seriam concretos a curto prazo, mas deveriam provocar a conscientização e a mobilização dos trabalhadores.

A força do MCV estava em aproximar a luta do cotidiano sofrido do povo ao protagonismo político, mas no sentido mais amplo da política, na participação efetiva como cidadão. A prática democrática acontece de fato e de forma participativa e não apenas representativa, como ocorria nas eleições limitadas pela ditadura. Dentro do MCV, no início prevalecia a busca pelo consenso e a participação solidária de todos, sem a pretensão de construir qualquer tipo de hegemonia de um grupo sobre o outro. Mas com o crescimento do movimento, outras forças sociais (PCdoB, setores do MDB, militantes de organizações de esquerda na clandestinidade, feministas, etc.) e políticas chegaram para disputar o controle das mobilizações.

A igreja desempenhou um papel importante, principalmente no período mais negro da repressão, quando era o único canal de expressão. Hoje, eu acho que a Igreja começa a apresentar visivelmente suas limitações, freando o avanço político da luta popular com argumentações abertamente anticomunistas. Os representantes da Igreja tentaram segurar a massa, sempre dizendo cuidado, devagar, não vamos radicalizar. Vacilaram. A proposta deles era o recuo porque confundem radicalização do processo político com confrontação física. Há um recuo político da Igreja, que se nota pela condenação aberta que seus representantes fazem a certos grupos, dizendo que não podem trabalhar com eles porque são comunistas⁹⁰

A decisão de lançar Irma Passoni como deputada estadual e Aurélio Peres como deputado federal foi motivo de discussões acaloradas dentro do MCV. Para Santo Dias e Lula, líderes sindicais da época, os trabalhadores não podiam ficar a reboque das vanguardas políticas de esquerda, dos partidos comunistas e dos populistas do velho trabalhismo (Brizola). Eles (os trabalhadores) tinham que construir seu próprio instrumento de luta, no caso o Partido dos Trabalhadores (PT).

Aurélio Peres e Irma Passoni foram eleitos, mas as divisões já estavam estabelecidas dentro do MCV. Os militantes ligados mais à Igreja não estavam acostumados com a linguagem mais racional e muitas vezes pragmática dos comunistas, e muito menos com as divergências e discussões que começaram a ocorrer nas reuniões. Odete Marques e Ana Dias relatam que nos Clubes de Mães as decisões eram tomadas buscando o consenso e as relações entre os participantes eram de solidariedade e não de disputa pelo poder. Ana Dias revela a dificuldade de diálogo entre os militantes do PCdoB e o povo da comunidade:

O pessoal da região leste era mais ligado ao PCdoB. Então, eles queriam que o movimento tivesse o nome de Movimento Contra a Carestia. E a gente [da zona sul] queria Movimento do Custo de Vida porque o nosso movimento nasceu como Movimento do Custo de Vida. E aí...começou a “falar grego”, ninguém entendia mais nada e a gente que estava até aquele momento acreditando no trabalho de base, começou a perceber que o trabalho já não era tão trabalho de base, era trabalho político, partidário, que ainda não era momento de falarmos de trabalho partidário, mas já existia. Ninguém conseguia discutir como antes porque em cada discussão, ele tinha uma visão, ele tinha outra e outra. Você trazia, principalmente o pessoal de esquerda, trazia uma cartilha do seu partido lá e você tinha que

⁹⁰ Declaração de Aurélio Peres, publicada em: “Na Assembleia do povo, o início da organização”. *Folha de S. Paulo*, 13/9/1981, p.9.

aplicar junto do povo. Nós tínhamos a nossa linha de trabalho que era mais na linha de comunidade ⁹¹

Muitos militantes do PCdoB eram estudantes e pessoas provenientes das camadas médias e de lideranças mais ligadas à comunidade. Por serem da periferia, entendiam melhor o povo e sua realidade, portanto utilizavam uma linguagem mais acessível para os trabalhadores. Mas os comunistas queriam aplicar sua metodologia no trabalho com as comunidades e isso aos poucos foi esvaziando as reuniões.

As disputas ideológicas e divisões políticas esvaziaram o movimento depois de seu auge em 1978, principalmente quando o PCdoB dominou a direção do MCV e mudou o foco das reivindicações, antes espontâneas. Até o nome mudou, de Movimento Custo de Vida para Movimento contra a Carestia. Padre Luis Giuliani foi uma das maiores lideranças das CEBs, dos Clubes de Mães e do MCV, e relata que achou equivocada a forma de agir dos militantes ligados ao PCdoB, pois atacavam duramente as lideranças da Igreja, que na verdade tinham construído o Movimento Custo de Vida. Além, disso eles não entendiam a dura realidade dos trabalhadores da região, prolongando as reuniões em discussões vazias, dificultando a participação deles:

Como Igreja, ficamos nos últimos tempos de fora, espectadores, talvez tivemos medo de perder a freguesia, talvez foi um sentido de inferioridade face a outros grupos ou para fugir de um desgaste. Eu me lembro de uma reunião onde se enfrentou este problema e nós fomos acusados, eu em particular que era de Vila Remo e padre, que nós (como Igreja) dominávamos o custo de vida. Então nós dissemos assim: se o Movimento acha que nós temos que nos retirar, então nós não temos problema nenhum. Nós nos retiramos, eu não fui mais na reunião. O que aconteceu? O povo ficou de fora. Ficaram as ideias lá e o povo aqui. O povo não ia mais, nosso pessoal não ia mais porque discutia até meia-noite quando não tinha nem como voltar para casa e os outros tinham carro⁹²

As mulheres dos Clubes de Mães eram em sua maioria donas de casa, e os homens das CEBs e do MCV eram operários, portanto não tinham automóveis como

⁹¹ Ana Dias, em entrevista concedida a Moara Passoni em 2004. MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. *“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2015, p.107.

⁹² Pe. Luis Giuliani, em entrevista concedida a Moara Passoni em 2004. MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. *“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2015, p.106.

alguns estudantes de classe média pertencentes ao PCdoB. Nesse sentido, o Pe. Luis Giuliani percebeu a falta de sensibilidade da esquerda em relação à realidade dos oprimidos.

Entre os anos de 1978 e 1980, muitas lideranças da zona sul foram se afastando do MCV e partindo para lutas na comunidade ou nas fábricas. Apesar de o movimento passar a ser praticamente dirigido pelo PCdoB a partir de 1978, a Igreja Católica continuou apoiando o MCV com suas estruturas e locais disponíveis⁹³. O Movimento Contra a Carestia, nome modificado do MCV, depois de janeiro de 1979 sofreu também os efeitos da mudança de orientação marxista do PCdoB, que abandonou a linha maoísta chinesa e acolheu o modelo socialista albanês. Essa mudança de orientação trouxe conflitos e divisões no meio sindical e prejudicou o movimento, ativo até o ano de 1982⁹⁴.

O MCV, ao ser analisado como movimento social, tem como riqueza a espontaneidade e a organização das mulheres e dos trabalhadores daquele momento.

Na bibliografia sobre o MCV, destacam-se os trabalhos de Tilman Evers, Eder Sader e a dissertação de Tiago Willian Nunes Gusmão Monteiro.

⁹³ Ao analisar essa batalha, Uytendenbroek cita a avaliação anônima ("de um metalúrgico da Cidade Dutra") que aborda a semelhança entre os métodos da Igreja e do PCdoB: "A Igreja tem métodos muito parecidos com o PCdoB. A forma de enraizar nas camadas amplas (a favela, o operário, a mulher). A postura de criar modelos (ideais, mitos), uma hierarquia que pensa e controla (padre, bispo, militantes). O leigo cristão precisa ou sair da Igreja ou se retrair, porque a Igreja tem seus momentos de decreto. A Igreja tem os seus mitos: bispo, Bíblia, Instituição inquestionável. A Instituição, de modo arbitrário, apoia e depois se retrai, como no caso do MCV em 1979. A Igreja, com sua infraestrutura, vai ao socorro das demandas do povo como salvadora das classes oprimidas. Acontece que o partido, mais estruturado com o programa cientificamente montado, vai também ao socorro das demandas políticas do povo, às vezes, com mais eficiência quer tornar-se salvador da classe operária. É claro que aí se dá o confronto entre posições de poder. A igreja controla suas lideranças e 'dá linha' ao movimento que está sob seu domínio". In:UYTDENBROEK, Xavier. 1987,p.207.

⁹⁴ A crise do socialismo não teria abalado as convicções dos militantes do PCdoB, antes, pelo contrário, pois o partido surgira nos anos 60 justamente para criticar o "revisonismo" do PCB, adotando o discurso contra a suposta volta camuflada do capitalismo à URSS, já a partir de 1963, com a divulgação do documento "Resposta a Kruschov" (Amazonas et al., 1990b, p.245-57). As transformações no Leste só teriam comprovado a antiga tese de que os "traidores revisionistas" estariam restaurando o capitalismo. Daí o PCdoB ter-se aliado, nos anos 60, aos comunistas no poder na China e na Albânia, contra os soviéticos. Mais tarde, já na década de 1970, o PCdoB também viria a afastar-se do PC chinês, dada sua suposta virada revisionista com a adoção da chamada "teoria dos três mundos", conforme crítica publicada pelo PCdoB em 1978 (Amazonas (1990, p. 111) et al, 1990b, p.211-26). A partir de então, o partido cerrou fileiras ao lado do pequeno Partido do Trabalho da Albânia (PTA), na ocasião liderado por Enver Hoxha. Para Amazonas (1990, p. 111), "somente a Albânia mantém-se fiel às idéias revolucionárias de transformação radical da sociedade". RIDENTI, M. S. o impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992. *Revista Perspectivas, São Paulo*, v.17-18, p.75-94,1994/1995, p.80.

A primeira pesquisa sobre o MCV foi a de Tilman Evers, *Os movimentos sociais urbanos: o caso do Movimento do Custo de Vida*. Nesse artigo, Tilman Evers fez uma síntese sobre o MCV, mas reduz o papel classista dos Clubes de Mães e aponta o movimento como um enfrentamento às dificuldades do cotidiano, tirando o caráter de contestação política das mulheres. Além disso, o autor deixa de abordar o surgimento do MCV a partir dos Clubes de Mães, deixando uma lacuna importante nas mobilizações entre os anos de 1972 e 1976.

Contudo, o trabalho de Evers contribuiu bastante com análises em relação ao enfraquecimento do movimento, que começou a perder sua espontaneidade ao ser tomado pelos projetos estratégicos de diversos setores da esquerda tradicional, no caso, o PCdoB, que a partir de 1978 ganhou um espaço importante dentro do MCV, inclusive mudando seu nome para Movimento Contra a Carestia em janeiro de 1979.

Sader (1988, p. 212-225) analisa os movimentos sociais sob as novas matrizes discursivas (cristianismo e catolicismo progressista, grupos marxistas dispersos pela repressão e operários advindos do denominado novo sindicalismo), e seu trabalho já demonstra um distanciamento em relação ao que podemos denominar de euforia, excesso de otimismo e voluntarismo presente nos movimentos sociais que ocorreram entre o final do regime militar e o processo de redemocratização, e que com todas as suas contradições foram importantes para a conquista de vários direitos sociais presentes na Constituição de 1988⁹⁵.

A obra de Eder Sader, *Quando os novos personagens entram em cena*, traz uma abordagem sobre os movimentos sociais que apresenta um novo paradigma, pois o autor compreende o movimento como uma consequência das várias mobilizações promovidas pelas mulheres dos Clubes de Mães. Nesse sentido, o autor atribui um protagonismo efetivo às mulheres que participaram desse

⁹⁵ No Brasil e em vários outros países da América Latina, no fim da década de 1970 e parte dos anos 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da Teologia da Libertação. No fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o cenário sociopolítico transformou-se de maneira radical. Inicialmente, houve declínio das manifestações de rua, que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise, porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal: os regimes militares. Em realidade, as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980 no Brasil contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.342.

movimento, mas inserido no contexto dos novos atores sociais do cenário político no Brasil.

Já a dissertação de Monteiro (2015, p.192-195) sobre o MCV possibilita repensar a atuação de grupos políticos de esquerda dentro do movimento desde o início. Monteiro argumenta que, apesar de algumas lideranças ligadas em sua maioria ao PCdoB, como Aurélio Peres, estarem no MCV desde o começo, nem o PCdoB nem qualquer outro grupo teve um papel efetivo nas diretrizes e na organização do movimento até seu auge, em 1978.

Segundo Monteiro (2015, p.158-191), os órgãos de repressão da Ditadura tentaram desconstruir o MCV através da narrativa de que se tratava de um movimento manipulado por organizações de esquerda e pelo PCdoB, e de que as lideranças ligadas às comunidades eram na verdade “inocentes úteis” utilizados pelos comunistas.

Monteiro afirma que o início da disputa pela hegemonia do MCV só começou em 1977, com a formação da coordenação do movimento, e que até esse período os grupos da periferia ligados à Igreja conduziram os trabalhos, especialmente os Clubes de Mães de São Paulo. A narrativa construída pelos órgãos de repressão tinha como propósito esvaziar o protagonismo político das lideranças ligadas às camadas populares como os Clubes de Mães e as CEBs e direcionar toda a organização para os grupos de esquerda, legitimando o uso da violência e da repressão.

Os comunistas ligados ao PCdoB assumiram a coordenação do MCV somente no final de 1978, quando o movimento já tinha dado sinais de esgotamento metodológico e político. Mas, acima de tudo, a pesquisa de Monteiro⁹⁶ confirma que o papel principal de articulação e mobilização do MCV foi conduzido pelos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo.

⁹⁶ O MCV surgiu no interior dos novos clubes de mães que se formaram, no início da década de 1970, como um dos resultados do “movimento” de renovação progressista da Igreja Católica que, em São Paulo, envolveu um conjunto de ações denominado “Operação Periferia”. Mais do que uma matriz discursiva, a instituição foi a própria condição de materialidade dos clubes de mães e, posteriormente, do MCV. O papel fundamental desempenhado por grupos ligados à Igreja, até o fim de 1978, fez com que a atuação de outros grupos, ainda na formação do movimento, fosse desconsiderada, sendo reconhecida somente a partir de 1979 e utilizada para demarcar o fim do movimento em decorrência de sua apropriação por agentes externos a ele. MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. *“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2015, p.191.

O MCV nasceu nos Clubes de Mães e se fortaleceu graças ao trabalho de mobilização e convencimento das militantes nos bairros, nas paróquias e nas ruas. Nessa história em quadrinhos podemos ver em uma singela narrativa os momentos principais do movimento:



Figura 24 – Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Janeiro de 1979. Acervo de Periódicos/Centro Pastoral Vergueiro.

A busca da vida em plenitude proposta pelo evangelho (reflexão alicerçada na perspectiva social da Teologia da Libertação), a falta dos alimentos básicos, a consciência da condição de explorado alcançada com a participação nos cursos de formação e na mobilização coletiva, ou seja, a revolta diante das injustiças, guardadas as devidas especificidades de cada época e realidade, podem ser analisadas com base no conceito de economia moral. Thompson, caso vivesse no Brasil, mais precisamente próximo às periferias de São Paulo, estaria promovendo formação e participando do MCV junto com as CEBs e grupos de mães, assim como lecionou de forma exemplar aos operários dos cursos noturnos ingleses.

O MCV foi um dos principais movimentos sociais de São Paulo na década de 1970, e identificar sua formação e crescimento por intermédio das mobilizações e articulações dos Clubes de Mães é de fundamental importância para o reconhecimento do papel decisivo das participantes no processo de contestação e ação política dentro dos movimentos sociais de São Paulo. Recuperar a

documentação e a narrativa dessas mulheres possibilita verificar o protagonismo histórico do início do movimento surgido em 1973 até o auge do MCV, em 1978.

Odete Marques, uma das principais militantes dos Clubes de Mães, e também uma das fundadoras do MCV, expressa em um dos seus poemas as várias lutas sociais travadas nos anos 1970:

Foi na década de setenta que tudo teve começo
Saímos de nossas casas em busca de endereços
Precisava pesquisar para a luta
Tudo aqui era ruim, sem luz, sem água, sem esgoto
sem creche, sem escola e sem posto
A carência era grande, filhos largados na rua ao
sol, a chuva e a lua...⁹⁷

O trecho da poesia “Veteranas”, escrita por ela, busca refletir sobre o contexto de exclusão social que Odete e as outras mulheres viviam na década de 1970. As lutas por acesso à creche, à água encanada, à escola e à saúde foram importantes, mas o principal movimento foi em relação ao custo de vida. O jornal “Nós Mulheres”, de outubro de 1978, afirma o pioneirismo dos Clubes de Mães da zona sul nas mobilizações por saúde, por creche e pelo Movimento Custo de Vida.



Figura 25 – Trecho do Jornal “Nós Mulheres” de outubro de 1979. Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

⁹⁷ Trecho do poema “Veteranas”, de Odete Marques, militante fundadora do Clube de Mães.

O MCV foi a ação política principal das mulheres participantes dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo. Mesmo que seus resultados não tenham a materialidade da conquista de uma creche ou de água encanada, representam um enfrentamento político mais efetivo à Ditadura Militar e às suas diretrizes econômicas. Mais do que fome de comida, havia fome de liberdade, de participação e de justiça social. Essas mulheres contestaram assim a falta de democracia, a exploração da classe trabalhadora pelo arrocho salarial, enfim, toda a ordem social que excluía milhões de brasileiros de uma vida digna. Esse foi o maior legado do Movimento Custo de Vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tivemos como uma das principais questões compreender porque os Clubes de Mães da zona sul pouco aparecem nos trabalhos acadêmicos, mesmo tendo sido responsáveis por articular um dos principais movimentos sociais de São Paulo na década de 1970.

Uma justificativa para isso seria a pouca importância dada ao legado dessas mulheres. No entanto, mesmo o Movimento Custo de Vida (MCV), que também contou com a participação de homens, operários e políticos, tem uma bibliografia pequena sobre o assunto. Nesse sentido, a recente institucionalização (2003) do acervo dedicado aos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo no Cedem foi importante por permitir novamente a problematização, através das experiências das participantes dos Clubes de Mães, da história e do estudo dos movimentos sociais no Brasil.

Portanto, o objetivo central desta tese foi analisar a construção da memória e as experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, identificando no decorrer da pesquisa o protagonismo das participantes nos movimentos sociais de São Paulo, por exemplo, na luta por saneamento básico, por água potável, por creches e escolas nas periferias. Os Clubes de Mães atuaram ainda na criação do MCV, funcionando como base de mobilização para CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) mais efetivas, para Pastorais Sociais (Pastoral Operária, Pastoral da Juventude, Pastoral do Migrante) e para as lideranças do denominado “novo sindicalismo” e das grandes greves do ABCD Paulista.

Em todas as entrevistas e falas das militantes dos Clubes de Mães, pode-se perceber que o aspecto que mais as atraiu para os movimentos e lutas que vieram posteriormente foi a possibilidade de falarem e serem ouvidas. Antes dos Clubes de Mães, a maioria dessas mulheres apenas ouvia as pregações na Igreja, as ordens do marido, mas nunca podiam expor suas opiniões e visões de mundo em público. Poder falar sobre os mais variados assuntos sem ter medo de serem reprimidas foi muito libertador para a maioria das militantes. Outro fator importante foi a valorização do conhecimento e da educação por parte das participantes, pois muitas mulheres voltaram a estudar depois que começaram a fazer parte dos Clubes de Mães.

A participação nesses clubes mudou a vida dessas mulheres e a forma de elas verem o mundo. Através de sua militância elas romperam com os papéis sociais a que estavam destinadas e puderam construir novos caminhos.

Entre as principais militantes, temos Ana Dias, Irmã Cecília Hansen, Irma Passoni, Maria de Souza Reis e Odete Marques.

Ana Dias, além de fazer parte do Clube de Mães, participava também das Comunidades Eclesiais de Base. Após o assassinato de seu marido, Santo Dias, em 1979, passou a atuar na defesa dos direitos humanos, sendo também candidata à deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no início da década de 1980. Hoje ela vive na cidade de Bebedouro, no interior de São Paulo.

Irmã Cecília Hansen participou ativamente dos movimentos da Vila Remo, principalmente dos Clubes de Mães, sendo a principal responsável pela manutenção de grande parte da documentação que deu origem ao acervo sobre o Clube de Mães no Cedem.

Irma Passoni foi freira do Instituto Beatíssima Virgem Maria até 1971, e chegou à região sul de São Paulo para atuar como assessora nas pastorais sociais e nos Clubes de Mães. Foi eleita deputada estadual em 1978 pelo MDB, ajudou a articular e a fundar o PT, foi também uma das deputadas constituintes em 1986, tendo sido várias vezes eleita até se desligar do partido em 1994.

Maria de Souza Reis, mesmo sendo mãe de dez filhos, foi uma das militantes mais ativas dos Clubes de Mães, e continua participando das atividades da paróquia e da militância no PT. Com muito sacrifício, conseguiu formar todos os filhos, sendo que um deles é professor em uma universidade nos Estados Unidos.

Odete Marques participou dos Clubes de Mães ativamente até o final dos anos 1980. Nesse período, teve importantes experiências de formação política, como a passagem por Cuba e pela Nicarágua Sandinista em um encontro de mulheres da América Latina. Voltou a estudar, formou-se em Pedagogia e hoje faz um trabalho de educação para alunos da terceira idade, sendo convidada para oficinas, inclusive no Canadá. A trajetória de Odete Marques resume bem o que aconteceu com os movimentos sociais ligados à Igreja Católica com a redemocratização, ou seja, do auge das mobilizações sociais do final da década de 1970 ao trabalho como terceiro setor em associações e ONGs nos anos 1990 e 2000.

Os Clubes de Mães, assim como outros movimentos sociais ligados à Igreja Católica, começaram a perder lideranças em suas bases com a redemocratização e a liberação dos partidos políticos, pois a oposição contra o regime militar se dividiu e isso também teve reflexos na atuação dos movimentos sociais. Os partidos favoreceram a entrada de lideranças das comunidades na política partidária, como no caso de Irma Passoni e Aurélio Peres em 1978. Após a criação do PT em 1980, mais militantes foram deixando as bases para se dedicar à política partidária, levando consigo também assessores e muitos deles também militantes do movimento social.

A luta por transformação social foi dando lugar à institucionalização e à legislação das pautas dentro do estado de direito estabelecido. Os militantes das Pastorais Sociais que estavam inseridos no movimento sindical também tiveram uma trajetória parecida.

No final da década de 1980, a crise do socialismo no Leste Europeu, a derrota de Lula nas eleições de 1989 e o avanço do neoliberalismo acabaram provocando um refluxo nos movimentos sociais ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, no movimento sindical e na esquerda brasileira de modo geral. Os Clubes de Mães aos poucos foram perdendo seu viés político e caminhando para o associativismo e filantropismo.

Algumas lideranças começaram a participar de associações parecidas com as Sociedades Amigos do Bairro (SABs), tão criticadas no passado, ou exerceram cargos comissionados em subprefeituras de governos populares, geralmente do PT. No caso dos sindicalistas, passaram a atuar como assessores liberados para o trabalho, geralmente já burocratizados pelo enfraquecimento dos sindicatos nos anos 1990.

Um legado importante deixado por esses militantes foi a “identidade de periferia”, ou seja, a consciência de pertencimento a um lugar que, mesmo tendo ainda muitas precariedades, é o lugar onde se vive. Nesse sentido, se as associações de bairro ou as pastorais da Igreja não têm mais uma atuação tão efetiva junto às novas gerações, grupos ligados à cultura hip hop e ao ciberfeminismo negro⁹⁸ tem feito um trabalho mesmo que pouco visível, mas

⁹⁸ O movimento feminista, tanto na teoria quanto na prática, tenta agregar as interseções de raça e classe em suas pautas. O coletivo “Nós, mulheres da periferia” traz essas questões de maneira atual e inteligente, ao unir

importante em relação às pautas identitárias, principalmente no que se refere à juventude negra e periférica. Mesmo com esses novos movimentos de mulheres da periferia, a memória dos Clubes de Mães permanece pouco divulgada e limitada às pessoas que vivenciaram aquela época e seus familiares. A institucionalização da documentação é recente, e ainda assim mais acessível para o público acadêmico. As memórias e experiências produzidas pelas mulheres dos Clubes de Mães necessitam ter seu legado divulgado para as novas gerações para que não se perca a história de sua luta. Gagnebin faz uma reflexão importante sobre o objetivo da pesquisa e da narrativa histórica, assim como sobre a responsabilidade ético-política na produção do conhecimento.

Nas suas célebres teses Sobre o conceito de história, escritas em 1940, Walter Benjamim declara: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal com ela cintila num instante de perigo”. Essa afirmação é uma recusa clara ao ideal da ciência histórica que Benjamim, pejorativamente, qualifica de historicista e burguesa, ciência esta que pretende fornecer uma descrição, a mais exata e exaustiva possível, do passado. Essa recusa de Benjamim fundamenta-se em razões de ordem epistemológica e, inseparavelmente, ético-política (GAGNEBIN, 1998, p.214)

A narrativa produzida sobre os Clubes de Mães não teve nem poderia ter a pretensão de reproduzir o passado tal como ele foi, mas possui a perspectiva ético-política de problematizar essas memórias e experiências como necessárias para a reflexão no presente. O caráter por vezes ambíguo que adquire a narrativa histórica não pode conduzir ao puro revisionismo, mas através das fontes deve-se produzir uma abordagem que realmente contribua de forma crítica para o conhecimento sobre a memória dos Clubes de Mães.

Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem

comunicação e resistência no ambiente virtual e em espaços públicos periféricos. Com os canais virtuais que possuem, Essa frase é citada no site do “Nós, mulheres da periferia” e no documentário “Nós, Carolinas”. Porém, as integrantes do coletivo não conseguiram me dizer onde ela foi dita ou escrita. Há indícios de que foi uma fala de Maria Carolina durante uma entrevista. CIPOLLA, Marina Martins. *Comunicação feminista para além das margens; análise do coletivo “Nós, mulheres da periferia”*. Universidade de São Paulo, 2017, p.22.

glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. “Sua narrativa afirma que o inesquecível existe” mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (GAGNEBIN, 1998, p.221).

A história dos Clubes de Mães tende a ser também uma possibilidade de problematizar novos atores sociais que ajudaram a construir a história recente do Brasil, e ainda de ressignificar espaços de memória e de discussão da história social das mulheres e os papéis sociais construídos historicamente.

Sendo assim, podemos entender que os Clubes de Mães da zona sul de São Paulo tiveram um papel na formação e articulação dos principais movimentos sociais ocorridos na cidade. Esse protagonismo pouco evidenciado tem relação com a institucionalização recente da documentação e, por que não dizer, também com o silêncio mnemônico e a seletividade em relação aos personagens que devem ser lembrados, principalmente quando a maioria desses sujeitos ainda está excluída da academia. Portanto, penso que o papel do historiador é também o de ressignificar os objetos de pesquisa e até mesmo temáticas que parecem estar fora dos parâmetros da historiografia atual, mas que têm muito a dizer sobre o passado recente do Brasil e da sociedade que somos hoje.

Referências.

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Círculos operários católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil*. (dissertação de mestrado) São Paulo: PUC, 1992.
- ALVES, Giovanni. *Do novo sindicalismo a concertação social, ascensão e crise do sindicalismo do Brasil (1978-1998)*. Revista Sociologia Política, n.15, Curitiba, Novembro, 2000.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo/Campinas, Editora Ensaio/Editora da UNICAMP, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Tradução: Denise Bottmann, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro, Sextante, 2001.
- AZEVEDO, Jô, BENEDICTO, Nair & DIAS, Luciana. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo, Cortez, 2004.
- BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto Operário: A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978- 1980)*. São Paulo: IIEP, 2010.
- BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: Dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. Tese de Doutorado (Serviço Social), PUC, São Paulo, 2001.
- BARRACLOUCH, Geoffrey. "A Revolta contra o Ocidente" *In: Introdução à História Contemporânea*, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1975, p.176-188.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas *In: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Mashall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: uma aventura na Modernidade*. Companhia das Letras, 1986.
- BETO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BLOCH, Marc. "Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente". *In BLOCH, Marc. História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

- BOFF, Leonardo & BOFF Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis RJ, Editora Vozes, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.
- BOLLE, W. *Fisionomia da Metrópole Moderna*. – 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 14 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007
- BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1972.
- CASTRO, Josué. Fome e o desequilíbrio econômico, pp. 11-55. In: “*O Livro negro da Fome*”. São Paulo, Editora Brasiliense, 1960.
- CAMACHO, Ildefonso. “*Doutrina Social da Igreja*”. São Paulo, Edições Loyola, 1995.
- CHABONNEAU, Paul-Eugene, “*Cristianismo, Sociedade e Revolução*”. São Paulo, Editora Heder, 1967.
- CHABONNEAU, Paul-Eugene. “*Desenvolvimento dos povos*”. São Paulo, Editora Heder, 1967.
- CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*. Volume 9, n.108 Maringá PR, Maio de 2010.
- COMAY, R. O fim de partida de Benjamin. In: BENJAMIN, A. & OSBORNE, P. *A filosofia de Walter Benjamin*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Experiência do movimento operário*. Edição Brasileira.
- DOMEZI, Maria Cecília. *Elas ergueram as panelas – donas de casa: da luta contra o custo de vida à construção da cidadania*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1997.
- DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. *Santo Dias: a construção da memória (1962-2005)*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.
- DOSSE, François. “Uma história social da memória”, In: *A História*. Bauru; Edusc, 2004
- DUFFY, Eamon. “*Santos e Pecadores*”; *História dos Papas*. Tradução: Luis Antônio Araújo, Cosac & Naify Edições, São Paulo, 1998.

- EVERS, Tilman. "Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida". In: MOISÉS, J. et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p.74-98.
- FERNANDES, Florestan. "*Marx e Engels*". São Paulo, Editora Ática, 1989.
- FARIA, Hamilton. *A Experiência operária nos anos de resistência - a oposição sindical metalúrgica de S.Paulo e a dinâmica do movimento operário* (dissertação de mestrado) São Paulo: PUC, 1986.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. Culturalismo e Experiência: leitura dos debates em torno da obra de E.P. Thompson. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, p. 309-322, 1999.
- FRENCH, John. *O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.
- FORTES, A.; NEGRO, A. L.; FONTES, P. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie." Memória, História e Testemunho", In: Stella & NAXARA, Márcia (org) *Memória e ressentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas : ED Unicamp, 2004 p. 85-94.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto História*, nº 17 , Novembro, p. 214-221, 1998.
- GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES, Andréia Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. *A força da Periferia*. Petrópolis RJ, Editora Vozes, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 5ª .ed. São Paulo: Loyola, Abril de 2006.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011. GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GONÇALVES, Renata e BRANCO, Carolina (2011). Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. *Lutas Sociais*, n. 27, São Paulo.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. “Introdução” IN: *HOBBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOBBSBAWN, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX:1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KECK, Margaret. *PT a lógica da Diferença: O Partido dos trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- JOAQUIM, Maria Salete. *Militantes de Clubes de Mães*. São Paulo. Editora Cortez, 2013.
- JOUTARD, Philippe. Desafios da história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verena. (Orgs) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- KUBIK, Maíra. Da guerrilha à imprensa feminista - a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980), A ousadia de falar. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.32, p.259-261, jan./jun. 2014.
- LALANDE, Bernade. *“Pacem in Terris”*. Tradução: João Maia S.J. Livraria SamPedro Editora, Lisboa, 1964.
- LIBANIO & MURAD. *“Introdução a Teologia”*. São Paulo, Edições Loyola,, 1996.
- LÖWY, Michael. *“Marxismo e Teologia da Libertação”*. Tradução: Myrian Vera Baptista, São Paulo, Cortez Editora, 1991.

- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses sobre o "conceito de história"*. São Paulo: Bom tempo, 2005.
- LÖWY, Michael. A corrente romântica nas ciências Sociais da Inglaterra: Edward P.Thompson e Raymond Willians. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, nº 8 p.43-68, junho de 1999.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *A história da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise*. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidade de Diálogo: Classe e Gênero. *Revista História Social*. n. 4/5. .Campinas, São Paulo, 1997/1998
- MARTINS, Heloísa H.T. de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*.São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARONI, Amnérís. *A Estratégia da recusa: análise das greves de maio / 78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: A dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*, 1993. Tese de Doutorado em Filosofia, UNICAMP, Campinas-SP.
- MATTOS, MARIA IZILDA S. de. Estudo de gênero: percursos e possibilidades na Historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, 11: pp.67-75, 1998. Estudos Feministas, Florianópolis: 11(2): 360, julho-dezembro/2003.
- MCKENZIE, John L, *Dicionário Bíblico*. Trad. Álvaro Cunha, São Paulo, Ed. Paulinas, 1983.
- MENDONÇA, Sonia R. & Fontes, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1980*. São Paulo, Editora Ática, 1998.
- MEZZANOTTE, Ricardo. *"Vultos da História"; João XXIII*. Tradução: Edna Franklin de A. Gimenez, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1976.
- MIKLOS, Jorge. *Diálogo dos Deuses Direitos dos Homens: Direitos Humanos e o diálogo inter-religioso na ação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns*. São Paulo: Plêiade, 2013.
- MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de História Social, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.
- MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. nº 2, setembro de 1997.

- MURARO, Valmir F. *JOC: uma utopia operária?* (dissertação de mestrado). São Paulo:USP, 1984.
- MOISES, José Álvaro. *Alternativas Populares da Democracia: Brasil anos 80*. Petrópolis RJ, 1982.
- MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. “*Como pode um povo vivo viver nesta carestia*”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982).Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2015.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Tempos em que a “razão deve ranger os dentes”*: E.P. Thompson, história e sociologia. In.:XI Congresso Brasileiro de Sociologia/ SBS Campinas: Unicamp, 2003.
- NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, nº 10, dezembro de 1996.
- PALMER, Bryan. *Edward Thompson objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Problemas, limites e possibilidades: os desafios do paradigma biográfico*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: *o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. São Paulo: *HISTÓRIA*, v.24, N.1, P.77-98, 2005. PEDRO, Joana Maria.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2005 (Coleção História).
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.
- RAGO, Margareth. *Descobrimo historicamente o gênero*. *Cadernos Pagu*, 11: p.89-98, 1998.
- RAGO, Margareth. *Epistemologia Feminista, Gênero e História*. Masculino, Feminino e Plural. 1ed.Florianópolis: editora das Mulheres, 1998.
- RAGO, Margareth. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. *Cultura histórica em Debate*. São Paulo, UNESP , 1994.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIDENTI, M. S. O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v.17-18, p.75-94, 1994/1995.

_____, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena - experiência e luta dos trabalhadores da grande S.Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth . A questão da mulher na perspectiva socialista. *Lutas Sociais*, n. 27, São Paulo, 2011.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, n. 2, São Paulo, 1997.

_____. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de (org.). *Mulher em seis tempos*. Araraquara: Unesp, 1991.

_____. Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth . *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SANT' ANNA, Silvio Luiz. *Santo dos nossos dias; fé, política e compromisso social no cotidiano de luta de um operário na Paulicéia dos anos 70*. São Paulo, Líber Edições, 1970.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: n. 2, jul./dez. 1989. 109

- SOIHET Rachel, PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 54, 2007.
- SOUZA, Hebert José de. Município de Boa Esperança: participação popular e poder local. In: *MOISES, José Álvaro. Alternativas Populares da Democracia: Brasil anos 80*. Petrópolis RJ, 1982.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Trad. Lúcia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUZA, André Ricardo de. Igreja Católica e Mercados: a Ambivalência entre a Solidariedade e a Competição. *Religião e sociedade*. Volume 27, no.1, Rio de Janeiro Julho 2007.
- UYTDENBROEK, Xavier. *Movimento do Custo de Vida: um movimento que rompeu o cerco da repressão*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1987.
- VARUSSA, Rinaldo J. Pastorais operárias: religiosidade, perspectivas e práticas políticas. Arquidiocese de São Paulo (1964-1975). (dissertação de mestrado) São Paulo: PUC, 1995.
- VARIKAS, Eleni -"Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott" -In: *Cadernos Pagu* (3) -Campinas -IFCH -UNICAMP -1994 -(Trad. de Ricardo A. Vieira).
- VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo, Editora Cortez, 1989.
- TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2000
- TELLES, Vera da Silva. A Experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os movimentos sociais em S.Paulo nos anos 70. (dissertação de mestrado). São Paulo: USP, 1984.
- TILLY, Louise A. "Gênero, história das Mulheres e História Social". *Cadernos Pagu*, 3: 1994
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, "A árvore da liberdade"*, vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. A economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII. In *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. Economia Moral Revisitada . *In Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

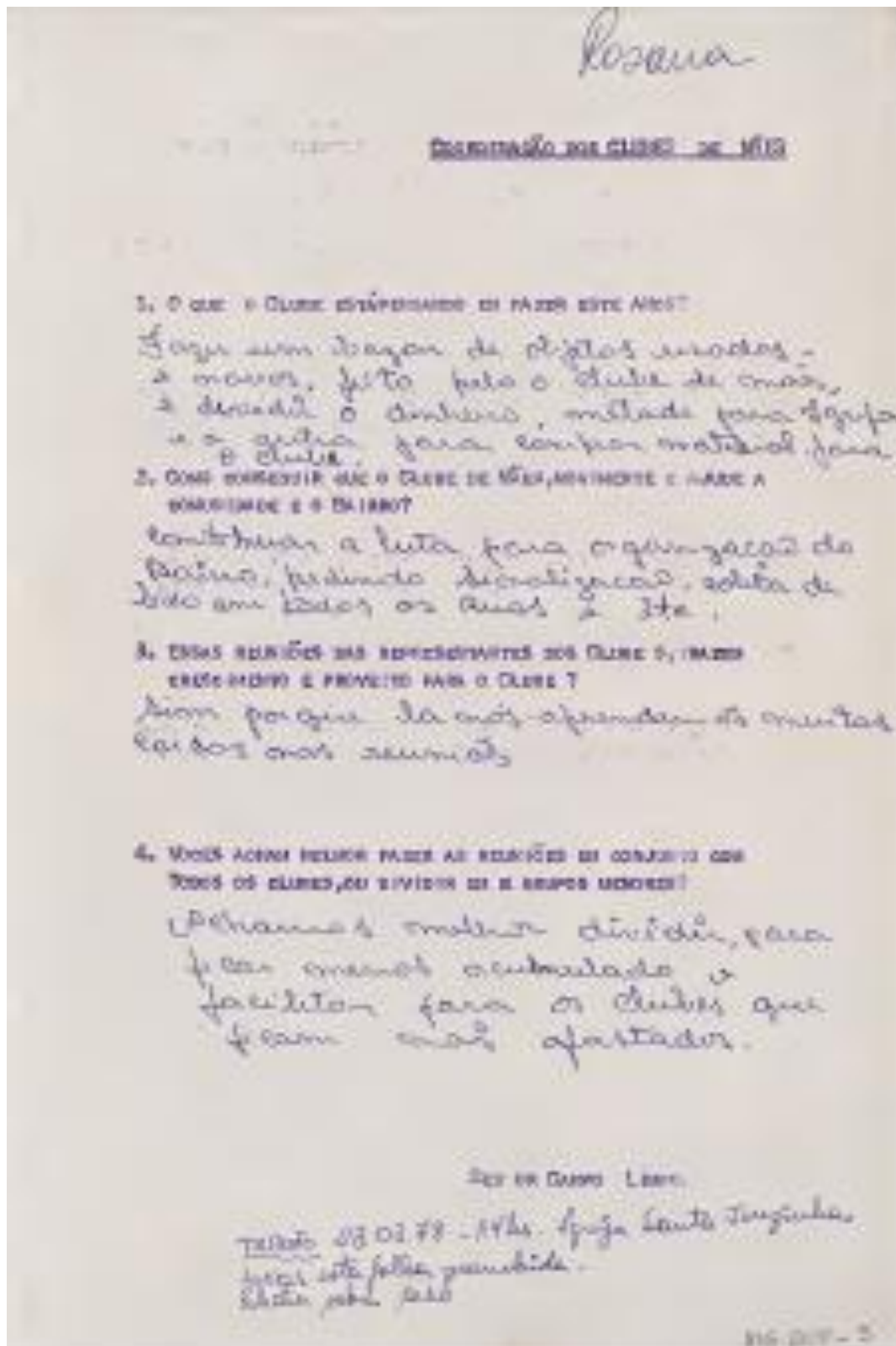
THOMPSON, Edward P. Os Românticos. *A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

Fontes Primárias

Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)

Centro Pastoral Vergueiro. Periódico Jornal Boletim do Movimento Custo de Vida. Acervo Periódicos / Centro Pastoral Vergueiro.



Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

ANEXO 3- Ficha do III Encontro de mulheres da América Latina e do Caribe.

Un Mundo y las voces de las mujeres latino y del Caribe: experiencias, perspectivas y desafíos.

FICHA DE INSCRIPCIÓN
REGISTRATION CARD

Apellidos/Names: _____

Nombres/Names: _____

Organización, asociación o grupo/Organization, association or group: _____

Carga o responsabilidad/Post or responsibility: _____

Dirección/Address: _____

Estado/City: _____

País/Country: _____

Profesión/Profession: _____

Temas de interés/topics of interest: _____

Asistirá sola/Will attend alone:

Con _____ acompañantes/with _____ accompanying persons

Nombres de los acompañantes/Names of accompanying persons: _____

178004-5

do Clube de Mães da Zona Sul.Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

Anexo 4- Pauta do III Encontro de mulheres da América Latina e do Caribe.

ANEXO 1

III Encuentro Continental de Mujeres

La Habana, 3 al 7 de octubre de 1988

"La Mujer y los años 80 en América Latina y el Caribe: evaluación, perspectivas y desafíos".

Temas:

- Dimensiones de lo político: percepción y autopercepción de la mujer.
Formas de organización. Vinculación de las organizaciones de mujeres con otros sectores sociales. Lucha específica y lucha general.
- La mujer frente a la crisis: incidencias en los sectores urbanos y rural. Estrategias de sobrevivencia. Deuda externa.
- Medios de comunicación. Experiencias de comunicación alternativa. Espacios de acción común. Uso de tecnologías de comunicación en proyectos de comunicación popular de mujeres.
- El derecho a la vida: Solidaridad

¿Cómo trabajaremos?

Los tres primeros temas serán discutidos en talleres. El último, en una sesión plenaria.

Además...

Paralelamente, por las noches, se realizará un Festival de la Mujer, con música, teatro, pintura y video.

Costo del paquete:

Hotel "A" con 7 días y 7 noches, media pensión, transporte a la sede de la reunión y cuota de inscripción \$266.00. No se incluye pasaje aéreo.

Correspondencia:

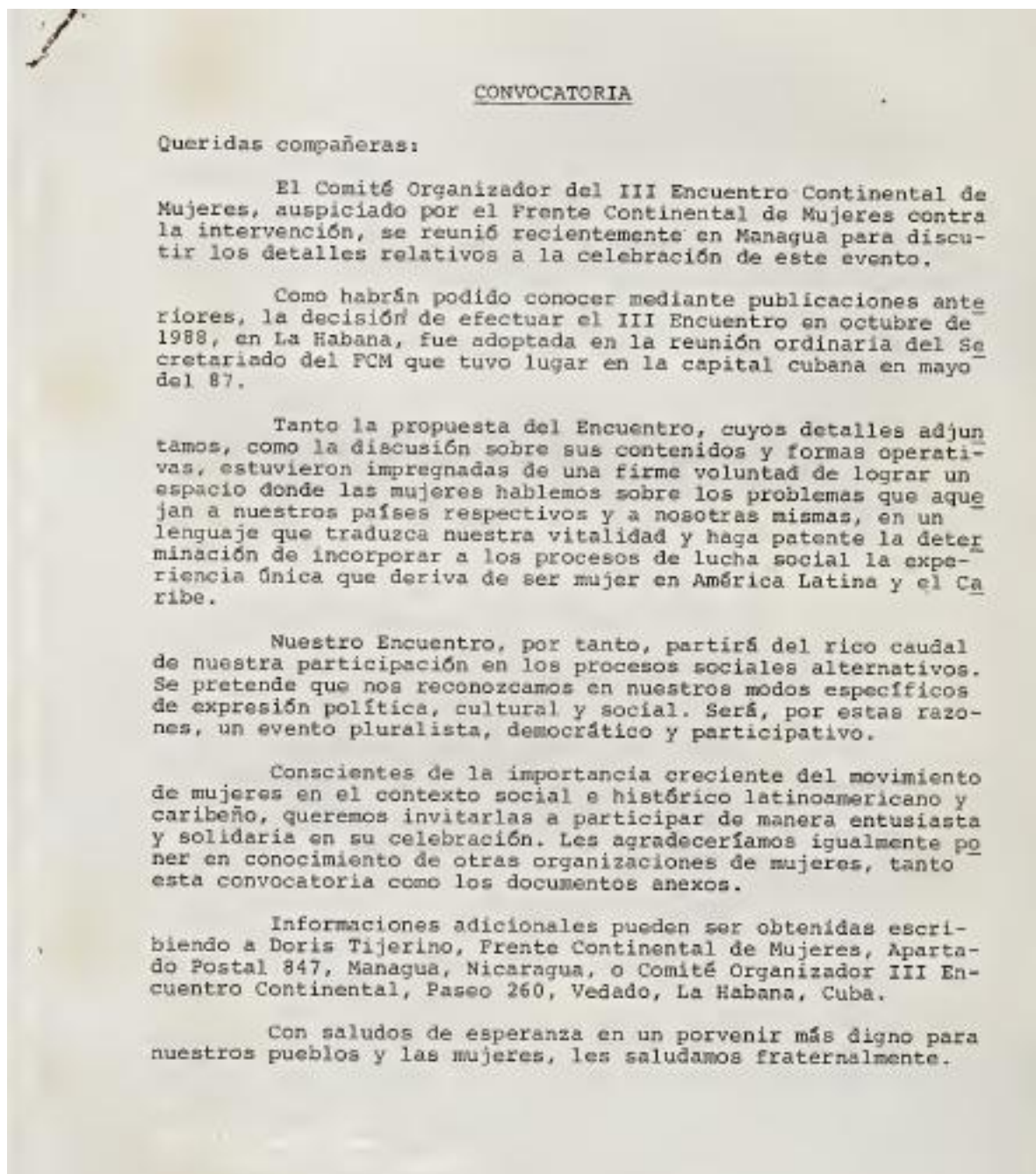
Esther Velis
Federación de Mujeres Cubanas
Paseo 260, esquina a 13
Vedado, La Habana, Cuba
Telex: 511270 FMC CU
Teléfono: 3-9932

Nota: Si está interesada en asistir, favor enviar la ficha de inscripción a la mayor brevedad.

016001-2

Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

Anexo 5- Documentação do III Encontro de mulheres da América Latina e do Caribe.



Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

Anexo 6- Cartaz do Movimento contra a Carestia.


SETOR INTERLUGOS - 74

CARESTIA


POVO UNIDO É POVO FORTE !
 Tal uma grande verdade.
 Por isso, estamos organizando nossa UNLTO e nossa LUTA. Muita coisa está acontecendo nos bairros da nossa região.

- * luta por água, luz, esgoto, asfalto
- * luta dos moradores das favelas
- * luta dos moradores dos terrenos clandestinos
- * greves de trabalhadores por melhores salários
- * organização do FUNDO DE GREVE, em apoio aos operários

Fazemos assembleias, falamos com prefeito e com outras autoridades.
 E sempre verificamos que eles não estão interessados nos nossos problemas e nem em nós.



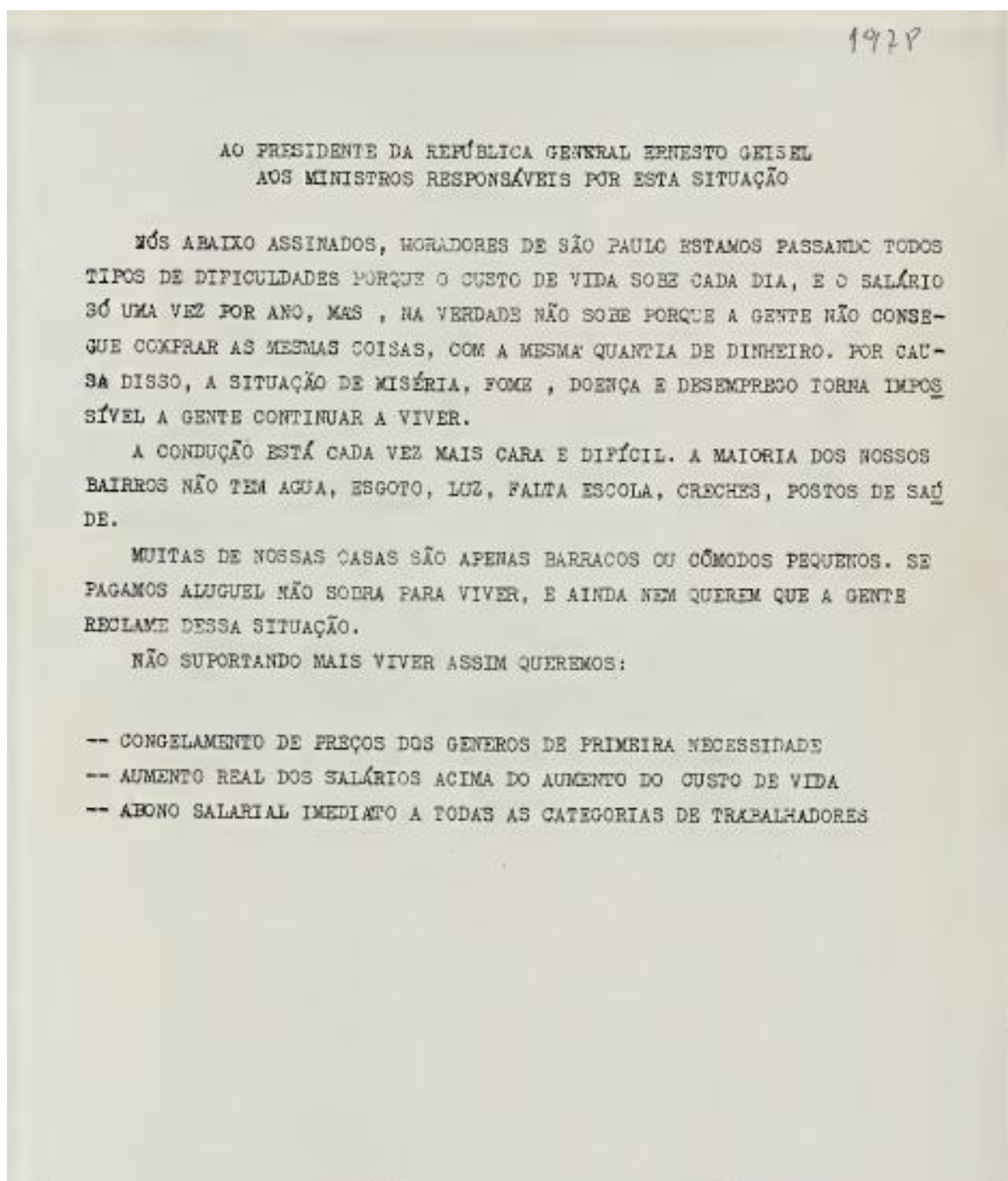
Mas, somos nós que trabalhamos e construímos a riqueza desse país. Temos o direito a uma vida decente. Nosso salário é pouco e é engolido pela carestia de vida.



D.H. 002-1

undo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

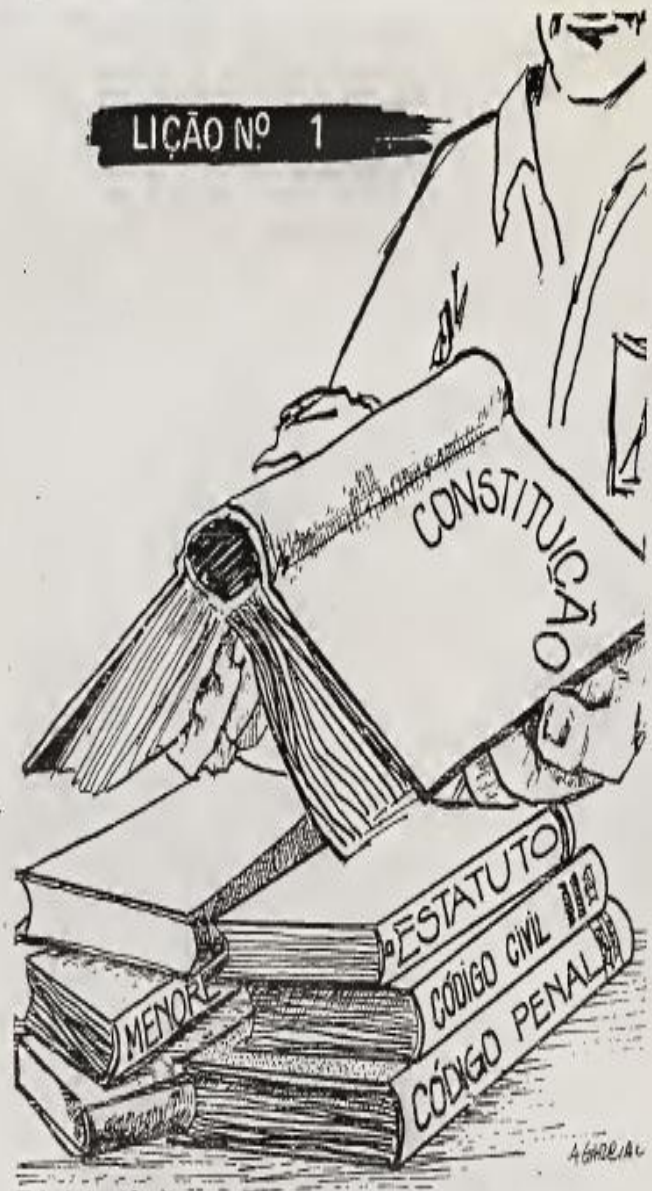
Anexo 7- Comunicado ao presidente Geisel 1978.



Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

ANEXO 8- Apostila do Clube de Mães sobre a Constituição de 1988.

LIÇÃO Nº 1



EXPLICAÇÃO NUA E CRUA DE CONSTITUIÇÃO

A CONSTITUIÇÃO é a LEI MAIOR DE UM POVO. É a Lei que manda em todas as outras leis. Ela está acima de todas as leis. Nenhuma outra lei, nenhum decreto, nenhuma ordem de autoridade, nem mesmo o Presidente da República, nada nem ninguém pode passar por cima da Constituição.

A CONSTITUIÇÃO é uma Lei bem geral, que não esmaga os direitos. Ela trata dos DIREITOS FUNDAMENTAIS, que são os PRINCIPAIS DIREITOS DO POVO. Ela garante o DIREITO DE VIVER COMO GENTE, o DIREITO DA IGUALDADE DE TODOS, o DIREITO DA LIBERDADE PARA TODOS. Dentro do direito de viver, DIREITO À VIDA, entram o DIREITO DE TER TERRA, para plantar, para morar, o DIREITO DE UM TRABALHO SEGURO, COM GANHO QUE GARANTA A VIDA DA FAMÍLIA...

O DIREITO À VIDA abarca também outros direitos como DIREITO DE BOM ALIMENTO, BOA ROUPA, BOA CASA, BONS TRANSPORTES, BOAS ESTRADAS, BOA SAÚDE, BOAS ESCOLAS, ESTUDO PARA TODOS...

A CONSTITUIÇÃO também trata das OBRIGAÇÕES DAS AUTORIDADES, que elas têm que servir a todo povo, que elas têm que garantir o direito de todos nós. Isso aqui é só um começo. Adiante vamos ver mais coisas.


17

O que é Constituição

Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

ANEXO 9- Anúncio da campanha “Diga não à inflação”, do Conselho Nacional da Propaganda, 1973

Mas você pagou tudo isso, querida?



Acordar.
Você já a viu ligar, comprar um vestido que se enfiava, pagar um penteado e quando chegou na loja não viu o que queria com o mesmo dinheiro em tudo mais caro do que o preço.

Ver a televisão a cores, só sentir a cor verde, rosa.

Ver todos os quiosques de jornais, pouco comprarem.

Importante a sua vida de dentro de uma loja.

Comprar os produtos.
Recusar-se a pagar mais do que o preço que lhe oferecem. Não ficar um tempo inteiro esperando por essas coisas que não existem.

Ódio ao dólar, pois ele mata todos os brasileiros.

Não lidar sempre com sobressalidos.
É exatamente isso que o Governo quer. É só isso que seu marido precisa.

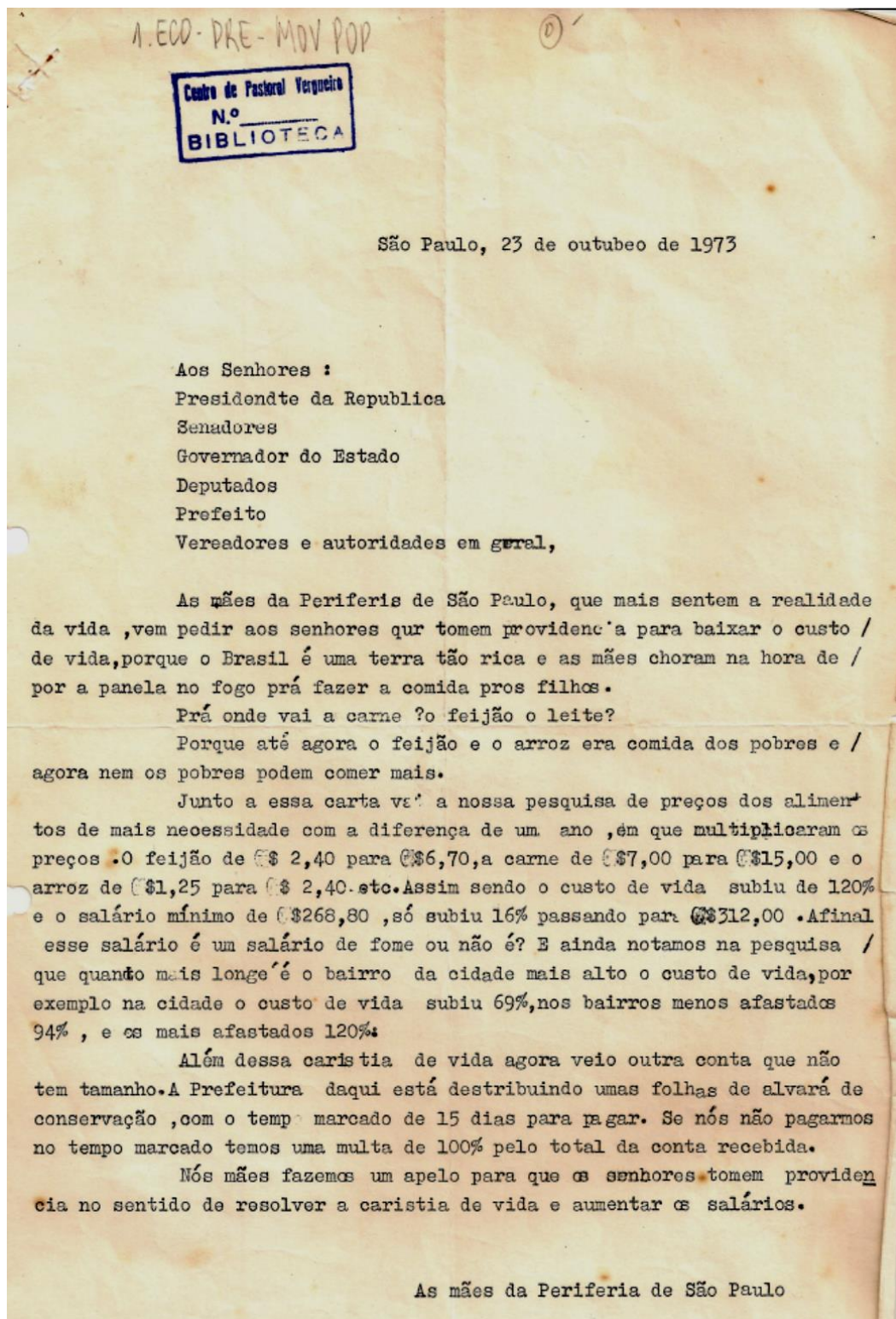
A pressão é sempre do preço baixo.



CP Campanha de interesse público do Conselho Nacional de Propaganda e deste anúncio

Publicada no Jornal OESP, em 9 de junho de 1973, p.4.

ANEXO 10 - 1ª Carta às autoridades: Clubes de Mães, em 23/10/1973.



ANEXO 11- Partes do exemplar do periódico Nº 14 *Brasil Mulher* de 1979 faz uma reportagem sobre os Clubes de Mães e o Movimento Custo de Vida

ESTÁ VAZIA

maioria operários), moradores dos bairros mais distantes e pobres.

Em São Paulo, segundo dados da Coordenação calcula-se que aproximadamente 5 mil e 500 pessoas estão organizadas em torno do Movimento. E mais da metade são mulheres.

Na vanguarda, a dona de casa

Após, 64, a maioria dos operários mais com bativos, e que se encontram à frente das lutas da classe operária, sofreu violenta repressão. Os líderes operários foram presos, cassados e outros foram obrigados a deixar o País. Foi grande o número de trabalhadores que foram demitidos dos seus empregos por terem liderado greves e defendido melhores salários para a classe operária. O governo militar impõe à Nação um modelo econômico baseado numa maior exploração dos trabalhadores: foram decretadas a lei do arrocho salarial e a lei anti-greve. Com isso, os trabalhadores são obrigados a trabalhar mais horas para conseguir o sustento da família. Perdeu-se o direito, conquistado com duras lutas, da jornada de trabalho de 8 horas. Nesses últimos 14 anos, os trabalhadores brasileiros passam a fazer em média 16 horas diárias para fornecer o sustento mínimo para sua família. As condições de vida da família operária pioraram muito. Se, em 1962, de 1000 crianças que nasciam, morriam 62, em 1976, cresce a mortalidade infantil: de cada 1000 crianças nascidas, morrem 90.

E foi nesta realidade que as mulheres — donas de casa — tomaram a iniciativa de lutar para a resolução de alguns problemas que mais afligiam à família trabalhadora tais como: falta de escolas, de transporte, de postos de saúde, creches, etc. A mulher dona de casa começou, a partir de 1972, a desenvolver a luta por melhores condições de vida. E para levar essa luta adiante, sentiu "necessidade de se organizar, juntamente com suas vizinhas e demais moradoras nos bairros da periferia de São Paulo. E a partir desse movimento que ganham força os Clubes de Mães e Associações de Donas de Casa. De 1973 para cá, uma das lutas que mais mobilizou estes Clubes de Mães foi a luta contra a alta do custo de vida.

Pioneiras no MCV

Foram elas que iniciaram o Movimento, em 1973, com uma carta às autoridades. Nesta carta diziam: «As mães da periferia são as que mais sentem a realidade da vida... Por que o Brasil é uma terra tão rica e as mães choram na hora de por a panela no fogo prá fazer a comida pros filhos? Prá onde vai a carne? O feijão e o leite? Porque até agora o feijão e o arroz era comida dos pobres e agora nem os ricos podem comer mais?» E terminam a carta fazendo um apelo à autoridade para que «tome providências no sen-

tido de, resolver a carestia de vida e aumentar os salários».

Mais tarde, em julho de 1976, os Clubes de Mães organizaram uma assembleia popular que contou com a participação de 5.000 pessoas, onde se ouviu este depoimento: «Somos mães de família em desespero, e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, roupas, aluguel. Estamos cansadas desta exploração... O salário é apertado e o custo de vida sobe sem parar. Para aguentar esta situação, nós mulheres precisamos trabalhar mas não temos creches para deixar nossos filhos e eles ficam trancados dentro de casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua sem nenhuma proteção, correndo risco de serem marginais».

Dona Ofélia, coordenadora de um Clube de Mães do Jardim Cupecê-SP, assim explica a participação da mulher na luta contra a carestia: «O homem põe o dinheiro dentro de casa e fica o dia inteiro no trabalho. E são as donas de casa que têm que se virar com aquele mingado dinheirinho».

«As mulheres que já se reuniam nos Clubes de Mães é que começaram o MCV», fala dona Isabel, que pertence ao Clube de Mães da Vila Campestre-SP. «E quando começou a existir o Movimento, muitas outras mulheres vieram para os clubes e passaram a ver que nas nossas reuniões se tratava de problemas importantes, como o da carestia».

Ana, dona de casa, 30 anos, também participa do Clube de Mães da região Sul de São Paulo. E fala sobre a importância do MCV: «A mulher que está participando, está aprendendo muito. Agora a gente já tem coragem de falar numa reunião com pouca gente ou com muita. Tanto faz. Até em praça pública, se

tiver que falar, nós falamos. E ficamos conhecendo melhor quem são as autoridades. São mesmo gente distante do povo. Nossos maridos estão dando mais valor para nós. E estão participando do movimento. Ajudaram a colher assinaturas e estão dispostos a continuar a luta contra a carestia».

A organização do MCV teve portanto, em sua base, a intensa participação das mulheres. Esta participação fica clara e evidente se lembramos que, nos abaixo-assinados de 1976 e 1977, encaminhados às autoridades pelos Clubes de Mães, estava presente a reivindicação de creches nos bairros, juntamente com o congelamento dos preços e aumento salarial. A partir do segundo semestre de 1977, o MCV acompanhando o movimento geral de reorganização dos setores populares, também se ampliou. Deixou de ser localizado nos bairros para atingir todos os setores de oposição ao regime, como as oposições sindicais, o movimento estudantil, etc. Hoje, segundo o número de agosto/78 do *Jornal do MCV*, «o movimento não está isolado de todas as outras lu-



Um desonesto?...

tas do povo brasileiro... Por isso, apoiamos as greves dos operários, bancários, médicos, jornalistas, funcionários públicos, professores e todos os que lutam por melhores condições de trabalho e de vida. Apoiamos igualmente a luta por liberdades sindicais e pelo direito de greve».

Candidatos populares

A continuidade do MCV é a grande preocupação. Os próximos passos a serem dados pelo Movimento são apoiar os candidatos populares e participar das campanhas salariais. «Para isso as mulheres vão trabalhar conjuntamente com os maridos para conseguirem aumentos salariais mais altos que os índices do governo. Nos bairros, vamos divulgar a campanha salarial, incentivar a participação dos trabalhadores e até mesmo, se for preciso, as mulheres, donas de casa, irão até os Sindicatos lutarem com seus maridos pelo aumento salarial», diz Ana, um dos elementos da coordenação do MCV.

Para garantir uma participação popular mais ampla, deverão ser fortalecidas as organizações dos moradores dos bairros, através de comitês contra a carestia que formarão coordenadorias regionais (Zona Sul, Zona Leste, Oeste e ABC).

Outras propostas de trabalho seriam realizar um encontro a nível estadual, e posteriormente nacional, para trocar experiências e unificar a luta. Pensa-se também em preparar uma vigília no fim do ano. Há ainda mais sugestões sendo discutidas nas bases do MCV.



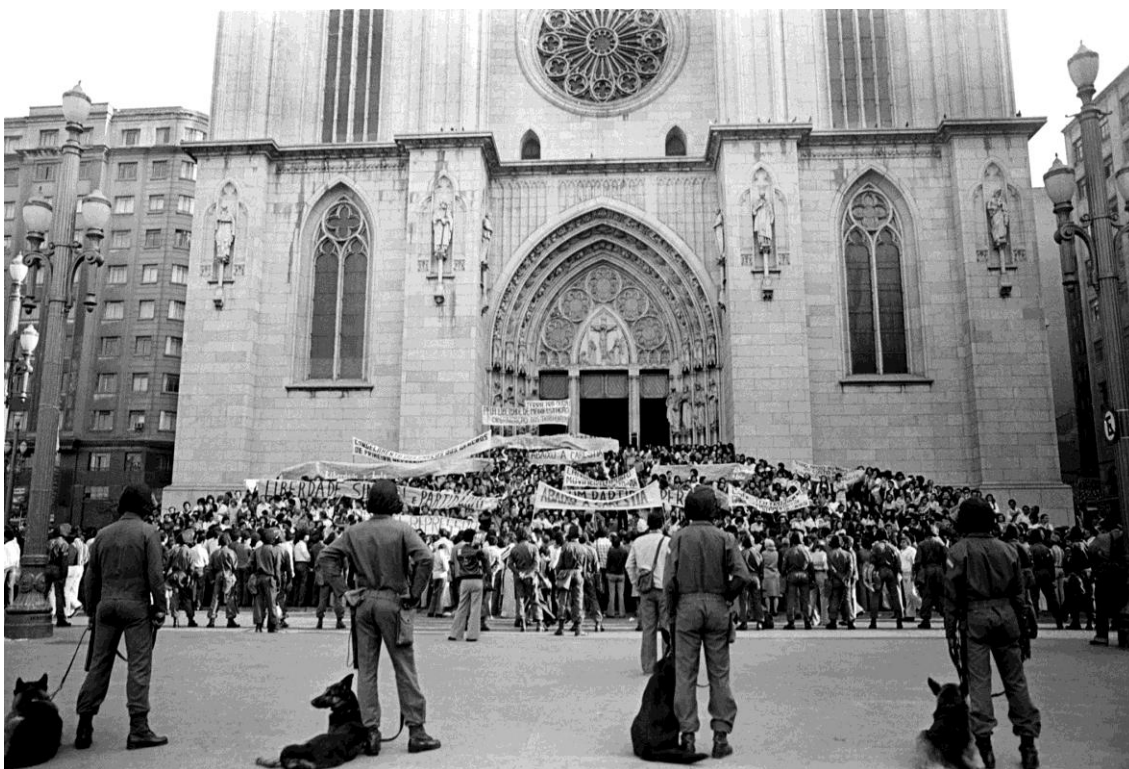
Dona Ofélia, da Zona Sul

CARESTIA

ANEXO 12- Irma Passoni uma das principais agentes de pastoral dos Clubes de Mães e depois viria se tornar Deputada Constituinte.



ANEXO 13– Mobilizações do Movimento Custo de Vida 1978.



Mobilização Movimento Custo de Vida, Praça da Sé em São Paulo 1978 Fotos: Ricardo Alves

ANEXO 14- Depoimentos das cidades participantes do 1º Encontro Nacional Contra a Carestia, em São Paulo.(9 páginas)

PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL CONTRA A CARESTIA

DATA: 27 e 28 de janeiro

DEPOIMENTOS DAS CIDADES:

Porto Alegre (RS)

Começaram o trabalho conversando com as pessoas nas vilas, nos bairros, sobre os problemas gerais, através de uma associação chamada Fracab, que está ligada aos bairros e vilas operárias.

Dividiram a cidade por zonas: norte, sul, vale do Rio dos Sinos. Existem os responsáveis também pelo contato com sindicatos, associações de classe, igreja, para se juntarem na luta.

Fizeram duas assembléias do MCV. Algumas cidades do interior já participaram.

Fizeram encontros entre as vilas, assembléias locais, percebendo um bom resultado para juntar o pessoal que não precisaria estar se deslocando.

Na última assembléia lançaram uma Carta Aberta. Numa assembléia anterior saiu um boletim de convocação à população para participar do MCV.

A Federação tem também um jornal chamado "Jornal dos Bairros", que divulga o MCV.

As donas-de-casa participam nos bairros, lutando também por outros problemas, como creches, etc, com os operários.

A partir do MCV foram fundadas associações de bairro.

Criaram uma comissão de coordenação do MCV que possui representantes de cada lugar que participa. Essa comissão é aberta para os lugares que vão entrando gradativamente no MCV.

Na última assembléia resolveram que abaixo-assinado no momento não era propício e que à medida que a participação for crescendo essa idéia será aceita.

Estão trabalhando junto às 3 reivindicações do abaixo-assinado inicial do MCV em São Paulo e mais algumas reivindica-

ções mais locais.

Os sindicatos que participam são: Bancários, Metalúrgicos, Vestuário, Arquitetos, Engenheiros, Jornalistas, Associação dos Sociólogos, IAB E CEBES.

Maceió (AL)

Começaram a pouco tempo, a partir do Movimento dos Direitos Humanos.

Numa assembléia com 60 pessoas, foi relatado como estava o MCV em S.P. e sobre a preparação do Encontro. Tiraram daí uma comissão de 6 pessoas para iniciar o trabalho do MCV. Participaram estudantes, pessoas ligadas a trabalhos de base e dos Direitos Humanos.

Em março virá alguém para São Paulo se comunicar com o MCV. Decidiram fazer uma reunião (na mesma época em que estava havendo o Encontro aqui), para ir aos bairros iniciar as discussões, fazer um jornal do MCV, etc...

Existem várias preocupações sobre como iniciar, como se ligar a S.P, sobre a estruturação jurídica etc...

Belém (PA)

O MCV começou em Belém quando eles receberam o texto do A-baixo-Assinado de S.P. Começaram a se mobilizar na cidade e no campo para colher o máximo de assinaturas. Isso foi no início de agosto de 78.

Depois das assinaturas se reuniram moradores dos bairros para ver quais seriam as próximas etapas.

Deixaram um pouco S. Paulo e se voltaram para os problemas do Pará. Não foi difícil mobilizar a partir das lutas do povo.

Se preocuparam em fazer uma coordenação com as pessoas dos diversos bairros, sem procurar políticos, igreja, estudantes, mas sim operários e donas de casa. Criou-se comissões em cada bairro e foi eleito um representante para a coordenação geral, que se reúne quinzenalmente, formada pelos representantes eleitos de cada bairro. Atualmente está com 18 pessoas que discutem procurando aprofundar nos problemas que causam a alta do custo de vida, a economia do Estado e do País.

O povo vive um pouco amedrontado, mas procura-se discutir o custo de vida ligando-o com o problema da terra, que é muito grave no Pará, com o problema da água, luz, esgoto etc...

A coordenação tem contato com 12 municípios. Sempre alguém visita algum desses lugares de 15 em 15 dias, para ajudar no encaminhamento do trabalho. Esses municípios do interior estão com o MCV mais enraizado pois o problema da terra é bastante grave.

Existe também a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos que ainda não definiu bem seus objetivos.

O teatro no bairro é usado como um importante instrumento de discussão dos problemas do operário e do camponês. Recebem propostas para levar em vários lugares, pois os meios de informação lá são muito difíceis.

Quando começaram a discutir sobre o custo de vida ser também um problema político, muita gente começou a se afastar, mas através dos trabalhos nos bairros foram aos poucos ganhando mais pessoas. Mesmo porque todos sabem que não é um movimento pequeno que vai mudar as coisas mas sim com todo mundo junto.

A Igreja tem dado algum apoio, mas não são todos.

Muitos instrumentos de discussão devem ser utilizados como por exemplo : alguns grupos discutem os problemas através do evangelho.

Belo Horizonte (MG)

O MCV começou com a ida de Aurélio para lá.

As reuniões do MCV começaram nos bairros aproveitando onde já existia algum trabalho. O trabalho que contribuiu bastante foi a luta pelos limites dos loteamentos.

A maioria dos participantes são operários e contam também com padres, professores e grupos de jovens.

Foi realizada uma assembléia no dia 20/12/78, que contou com a participação de cerca de 1000 pessoas.

Um grupo de senhoras fizeram uma pesquisa para ver quais eram as maiores dificuldades dos bairros. O resultado foi que havia muita doença por falta de esgoto, água e coleta de lixo.

O prefeito disse que estes problemas eram porque o bairro não tinha definido os limites. Foi organizada uma vigília, com a participação da Igreja, onde foram feitas discussões ligando textos da Bíblia com o problema do povo e enviaram uma carta ao prefeito com 3.500 assinaturas. O prefeito respondeu que o problema era do governador. Foi feita uma carta para o governador, contando o problema e exigindo uma resposta. A carta foi enviada mas a resposta ainda não veio.

O MCV está nascendo em B.H., a proposta é de se fazer uma pesquisa para saber quais os produtos que devem ser congelados, que são mais consumidos etc...

Foi lida a carta convocando o povo para a Assembléia de 20/12/78.

Um grupo de teatro pretende montar a peça João Feijão.

A oposição sindical dos metalúrgicos estão juntos na luta contra a carestia. O trabalho é também de água, luz etc...

Londrina (PR)

Começaram com o abaixo-assinado enviado de São Paulo, mas as pessoas que participaram não eram moradores de bairros populares, por isso agora o MCV está iniciando nos bairros com maior participação dos trabalhadores e donas-de-casa. Os primeiros contatos foram com organizações de bairros e postos de saúde.

Vieram representantes de 10 bairros e um representante de Cambé. Como estão iniciando, vieram mais para conhecer outras experiências e levar material.

Feira de Santana (BA)

O depoimento começou com a leitura de uma carta sobre o trabalho do Comitê dos Direitos Humanos.

Por sugestão do pessoal de um bairro, no dia dos Direitos Humanos foi organizada uma Ginkana. Uma das tarefas da ginkana era trazer uma pessoa que foi anistiada em 1945. Uma outra tarefa era ir de casa em casa perguntando quais os principais problemas do povo. Os principais problemas que apareceram foram: Custo de Vida, salário e desemprego. A partir da avaliação da ginkana decidiram fazer um núcleo do Comitê dos Direitos Humá-

nos neste bairro e começaram uma pesquisa sobre o custo de vida sugestões para a luta e etc... Essa pesquisa é feita no domingo de casa em casa e está sendo ampliada para outros bairros.

Salvador (BA)

O MCV está ligado ao trabalho conjunto. Este trabalho iniciou em 1975 com a prisão de alguns vereadores do MDB e com a expulsão de alguns moradores de bairros populares de suas casas. Os representantes de vários bairros depois de várias reuniões, organizaram uma assembléia para formar o núcleo de coordenação. Este núcleo fez uma carta de princípios que defendia: a luta de vários setores (operários, estudantes, artistas, camponeses) contra a censura, pela anistia geral e irrestrita.

Os bairros começaram a se organizar e passaram um abaixo-assinado sobre o problema das chuvas e expulsão dos moradores. As assinaturas ainda estão sendo recolhidas.

Existe uma comissão de educação para levar cursos de alfabetização nos bairros.

Na última assembléia foi eleita uma coordenação efetiva.

Está sendo realizado um festival de artes e um caderno de poesias sobre o tema liberdade.

Rui Barbosa (BA)

O MCV começou nos clubes de família e sindicatos dos trabalhadores, onde discutiam seus problemas. Começaram então a planejar como lutar contra as dificuldades. Ligaram-se ao trabalho de São Paulo e pediram orientação ao trabalho conjunto de Salvador.

Participam do MCV comunidades da roça e periferia, grupos de jovens com teatro.

A primeira assembléia para o lançamento do abaixo-assinado do município contou com 420 pessoas. No texto do abaixo-assinado além das 3 reivindicações foi incluído: terra para quem nela trabalha ou deseja trabalhar; garantia de preço mínimo dos produtos plantados eliminando o intermediário.

Já foi feita uma segunda assembléia, um mês depois do lançamento, onde se conseguiu 2.000 assinaturas.

Estão pensando em realizar uma pesquisa sobre o preço do produto, desde o produtor até o consumidor; os gastos do produtor, para levantamento do preço mínimo e eliminação dos intermediários.

As dificuldades estão na falta de organização maior e de uma coordenação e também na ampliação (necessidade de formação de grupos em cada local).

A preocupação está no problema do pequeno produtor, no salário dos macaqueiros (bóia-fria) e também o preço da lavoura.

Fortaleza (CE)

1º depoimento:

Iniciou o MCV com o abaixo-assinado de S.P., com um grupo de intelectuais (professores, jornalistas e outros).

A coordenação é formada por uma comissão central com representantes de comissões de bairros e sindicais e ação permanente na comunidade. Tem um presidente, secretário e tesoureiro.

Tem equipe de saúde, educação, jornalismo com jovens.

Quanto a ampliação estão discutindo a ligação com outras entidades.

Estão levando o abaixo-assinado de S.P. que será entregue ao Presidente da Assembléia.

2º depoimento:

O MCV está iniciando nos bairros populares, através dos trabalhos comunitários. Esses trabalhos são levados pelos moradores dos bairros. Um grupo de mulheres fizeram um abaixo-assinado que foi entregue às autoridades, mas não houve resposta.

Num bairro sem as mínimas condições, sem escola, água, transporte etc, os próprios moradores construíram um prédio, através do mutirão, onde funciona a escola, associação de bairro e área de lazer; conseguiram assistência médica. As próprias donas-de-casa levantaram o teto do prédio.

Não estão entrosados com o Movimento Contra a Carcristia do Ceará, mas sim com os trabalhos nas comunidades.

Foi feita a denúncia a respeito dos favelados da Av. José Bastos, que foram despejados pela polícia com violência. O MCV

apoiou com assistência jurídica.

Foi lida a moção de apoio do MCC aos favelados no final do Encontro.

Para a continuidade do trabalho é importante que se estabeleçam princípios para as atividades e que caminhe de **baixo para cima.**

Cuiabá (MT)

Não existe o MCV ainda, mas existe um grupo de saúde disposto a levar o trabalho.

Rio de Janeiro (RJ)

O Centro da Mulher Brasileira que desenvolve trabalhos em defesa da mulher trabalhadora, construção de creches, está querendo iniciar o MCV em alguns bairros populares. A dificuldade está na falta de apoio da Igreja carioca.

C I D A D E S D E S Ã O P A U L O

RIBEIRÃO PRETO - começaram com grupo pequeno lançando o Movimento Custo de Vida. Sairam para coletar assinaturas, para ampliar e fazer propaganda do Movimento. Ainda falta base. O objetivo maior é de ampliação. Através de 3 comunidades fizeram o trabalho na Igreja, passaram de casa em casa com o abaixo-assinado, com o objetivo de divulgar o MCV. Alguns assinavam, outros tiveram receio. Ainda não se conseguiu dar uma continuidade no trabalho. A região tem muito bóia-fria.

SOROCABA - existe um pequeno grupo tentando organizar e levar aos bairros o MCV. Já colheram assinaturas junto com S. Paulo.

SERTÃOZINHO - trabalham junto com Cruz das Posses (onde iniciou o MCV) onde o problema maior é a terra. Em Sertãozinho existe mais operário com os problemas de salário (metalúrgicos) e educação. Já fizeram abaixo-assinado lançando o MCV. O Sindicato Rural trabalha junto. A dificuldade ainda é o medo de alguns em relação aos usineiros e fazendeiros. É difícil reunir o povo. Em Cruz das Posses existem umas 8 pessoas tentando levar o MCV. Para estudar é muito difícil, não dá para pagar e não sobra tempo pois se trabalha muito e não sobra horas alguma.

FERNANDÓPOLIS - a realidade da periferia é de assalariados e, os que vendem a roça, pequenos arrendatários e voltam com o nome de bóias-frias. No local o MCV iniciou a partir de trabalhos de grupos cristãos e de Direitos Humanos. Fizeram um estudo da conjuntura do país, junto com as comunidades rurais. Os sindicatos comerciais e rural são paternalistas. O MCV local apoia o MCV de S. Paulo e participou da Assembléia de Entrega dos Abaixo-Assinados na praça da Sé. O trabalho local foi um abaixo-assinado contra o INPS, e o trabalho de conscientização do voto. Se sentiram felizes em perceber que estavam votando de verdade e escolhendo um candidato de nossa classe. Trabalharam para o MDB especialmente para os candidatos Aurélio e Irma (eleitos). Em Fernandópolis já se vê a necessidade de ligar o pessoal das cidades com o pessoal da roça. A região é chamada de região do gado e do leite, porém, o povo não consegue comprar carne pois, está muito cara. Como o leite é a mesma coisa. A Nestlé é a fábrica multinacional da região. O MCV veio de encontro aos trabalhos que já estavam sendo levados há vários anos.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - iniciaram o MCV quando ouviram as notícias em agosto sobre o MCV de S. Paulo. Convidaram uma pessoa da Coordenação de S. Paulo para ir até lá para participar de uma assembléia que fizeram, convidando toda a população da cidade. Distribuíram jornais e fizeram reuniões nos bairros. Formaram um grupo de coordenação do Movimento, no início com 4 pessoas e atualmente com 15, donas de casa e jovens. Estão estudando e se aprofundando sobre as leis do trabalhador. Até o 1º de maio será feita uma assembléia para apresentar os trabalhos e depoimentos. Ainda existe muita dificuldade no trabalho. O Movimento está indo para os bairros da periferia. Os jovens promoveram uma vigília para o estudante Cajá. Existe um teatro que é levado há bastante tempo com peças sobre o custo de vida.

SÃO MIGUEL ARCANJO- é uma cidade na região de Sorocaba com 15 mil habitantes. Tem trabalho sobre saúde e educação. Já conseguiram hospital e creches. A problemática da terra, do pequeno agricultor é grave. O Movimento Custo de Vida local está iniciando e está junto aos trabalhos específicos em cada lugar.

JABOTICABAL- não iniciou propriamente dito o MCV na cidade. Em dois municípios locais foi iniciado o abaixo-assinado através da iniciativa da igreja local, porém, falta um trabalho organizado ainda. Pensa-se também em levar o trabalho conjuntamente com a problemática do bóia-fria através da Comissão Pastoral da Terra.

CAMPINAS- iniciou o MCV antes da entrega de S.P. na praça da Sé, onde participou. Participou do lançamento (assembleia) do abaixo-assinado para toda grande S.Paulo no colégio Arquidiocesano. Coletou 26 mil assinaturas. Após, reuniu 22 bairros e formou-se uma nova coordenação para retomar os trabalhos pós-abaixo-assinado. Nesta nova coordenação com representantes dos bairros, entidades, etc., ficou centralizado os trabalhos de toda região e portanto, com a participação de representantes de outros municípios, tais como: Mogimirim, Mogiguagu, Itabira, Valinhos, Sumaré, Vinhedo, Piracicaba e Jundiaí. É a tentativa de se formar uma coordenação para todo o interior de S.Paulo. Em reunião geral esta nova coordenação decidiu fazer uma carta de convocação para todas entidades, sindicatos, centro comunitários, sociedades amigo de bairro, movimento estudantil, centros de saúde, etc., para participarem do MCV. A distribuição desta carta está em andamento. Um representante da coordenação irá nos bairros, em cada reunião que aí houver, com a carta, explicando os objetivos e fazer o convite para participar no MCV. A aceitação tem sido boa. Esta coordenação geral está fazendo também levantamento das lutas específicas, para centralizar e coordenar os trabalhos. Ex. luta por água. Para unificar estas lutas isoladas foi sugerido um jornal que será criado e já conta com uma verba de 8 mil cruzeiros/mes, fixa, doada pelas entidades que assumiram a luta do MCV. A distribuição do jornal será por todo o interior de S.Paulo, com uma tiragem inicial de 10.000 n.ºs. Foram formadas também dentro da coordenação geral, comissões para facilitar os trabalhos: finanças, redação, contactos, etc.. Atualmente está se pensando também em continuar com os abaixo-assinados, pois a região é muito grande e 26 mil assinaturas coletadas foi muito pouco.

ANEXO 15- Fotos atuais de mulheres militantes dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo.



Dona Benedita Evangelista, militante dos Clubes de Mães



Odete Marques e eu Carlos Alberto Nogueira Diniz



Maria de Souza Reis e eu Carlos Alberto Nogueira Diniz.



21 de março de 2018, Irma Passoni, Irmã Cecília Hansen, Ana Dias e Odete Marques participando do evento promovido pelo Cedem que comemorou os 40 anos das grandes mobilizações do Movimento Custo de Vida.

ANEXO 16- Panfleto produzido pelas mulheres do Clube de Mães da Vila Remo explicando a importância de participar do debate sobre a Constituição de 1988.

Vamos buscar no livro chamado DICIONÁRIO o sentido das palavras... Ele dá sete sentidos para CONSTITUINTE. Vamos ver só alguns sentidos.

CONSTITUINTE quer dizer QUE CONSTITUI...
O que é CONSTITUIR?

CONSTITUIR é ser a BASE, o ALICERCE, o FUNDAMENTO, a RAIZ, o ESSENCIAL, O QUE NÃO PODE FALTAR.

CONSTITUIR também é
ASSENTAR, DETERMINAR, MARCAR...
é ASSENTAR OS MARCOS,
é DETERMINAR OS LIMITES,
é CONSTRUIR.

CONSTITUIR é também
DAR PODER A OUTRA PESSOA
PARA ELA NOS REPRESENTAR,
PARA ELA FAZER AS VEZES DA GENTE.

QUE NEM QUANDO A GENTE DIZ:
"VOU CONSTITUIR UM ADVOGADO PRA ME DEFENDER."

CONSTITUINTE ainda tem o sentido de pessoa que participa, que toma parte, da ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE.

Só pra lembrar:
ASSEMBLÉIA é uma reunião muito importante de pessoas que procuram juntas decidir, resolver um problema ou alcançar um fim, uma finalidade.

20

QUAL SERÁ A FINALIDADE DE UMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE?

Uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE tem como finalidade escrever uma CARTA... que não é uma carta qualquer. É a CARTA MAIS IMPORTANTE DE UM POVO. UMA CARTA QUE O POVO FAZ PRA SI MESMO, E PARA TODAS AS AUTORIDADES.

Essa CARTA é tão importante que vira LEI, vira a LEI MAIOR DE UM POVO, que é a LEI CONSTITUCIONAL, ou a CONSTITUIÇÃO.

Quando se diz A CONSTITUINTE

tem o sentido de A ^{Assembléa} CONSTITUINTE, encarregada de fazer a CONSTITUIÇÃO.

CONSTITUINTE é também a pessoa em quem a gente vai VOTAR para ir para a ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE.

Nesse caso da pessoa constituinte, será UM constituinte, se for homem, ou será UMA constituinte, se for mulher.

Agora vamos para o que é mais importante que é:

A NOSSA CONVERSA

- 1 — Como a gente entendeu a palavra CONSTITUIR?
- 2 — Qual o valor da ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE?
- 3 — Qual o grande valor de ser CONSTITUINTE, de poder ir escrever a LEI MAIOR DO BRASIL?
- 4 — A CONSTITUIÇÃO, sendo a CARTA DO POVO, ela deve ser escrita pelos poderosos? Por quê?
- 5 — Será que nós temos ou não temos capacidade de escrever A CARTA DO POVO, A CONSTITUIÇÃO?

21

dig 035-4

Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

